



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Davison Calixto Jacinto

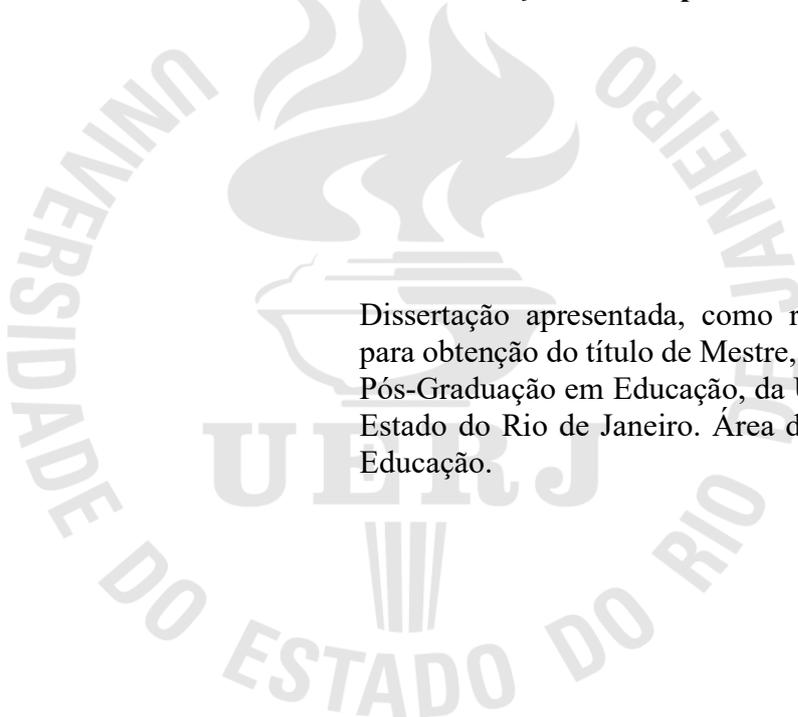
**Paróquia Sant'Ana de Itaúna: memória e educação no Complexo do
Salgueiro**

Rio de Janeiro

2023

Davison Calixto Jacinto

Paróquia Sant'Ana de Itaúna: memória e educação no Complexo do Salgueiro



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Paula Leonardi

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

J12	Jacinto, Davison Calixto Paróquia Sant'Anna de Itaúna: memória e educação no Complexo do Salgueiro / Davison Calixto Jacinto. – 2023. 116 f. Orientadora: Paula Leonardi. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 1. Educação – Teses. 2. Memória – Teses. 3. Favelas – História – Teses. 4. Paróquias – Teses. I. Leonardi, Paula. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.
br	CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Davison Calixto Jacinto

Paróquia Sant'Ana de Itaúna: memória e educação no Complexo do Salgueiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Aprovada em 23 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Paula Leonardi (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Joalice Santos Conceição

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a. Alexandra Lima da Silva

Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Maria Aparecida Correa Custodio

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

A Deus, Nossa Senhora do Carmo (Santa de devoção), Dinaldo e Ana Lúcia (meus pais), Dinaldo Júnior (meu irmão) e Valdilanne (meu amor)

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora do Carmo pela graça que é chegar até aqui. Realizo um sonho, o qual foi nutrido em meu coração durante esses anos. Mesmo quando as dificuldades apareciam, as quais se mostraram grandes ao ponto de achar que seria impossível, comprovo que vale a pena não desistir.

Agradeço meus pais, Ana Lúcia e Dinaldo Viana, meus amparos, que desde a infância foram os meus maiores incentivadores para prosseguir nos estudos, valorizando o poder de transformação que só a Educação pode proporcionar. Para eles, chegar até aqui é um verdadeiro sonho de consumo, que vai ser realizado.

Agradeço meu irmão, Dinaldo Júnior, que, durante toda a minha pesquisa, além dos meus pais, esteve sempre ao meu lado, torcendo e rezando por mim.

Agradeço minha companheira Valdilanne Guimarães, que durante toda a minha caminhada acadêmica foi essencial, oferecendo-me não só o apoio na academia, mas, sobretudo, carinho, cuidados, paciência e amor, de modo que quero sempre retribuir.

Agradeço meus educadores e educadoras que tiveram, durante toda a minha trajetória, influência indescritível para minha vida. Sem dúvida, também são responsáveis por me fazer chegar até aqui. Em especial, gostaria de destacar alguns deles: Ronald Clay dos Santos, que foi o meu orientador de Mestrado Acadêmico em Psicologia, na UFRRJ, durante dois períodos, o qual me incentivou a ir para a UERJ, quando fui aprovado e convocado pela ProPed; Joalice Conceição, que foi minha professora na graduação, no grupo de pesquisa, que durante a pandemia e tristeza do isolamento, fez uma ligação me incentivando a tentar entrar em um programa de Mestrado, com quem tanto aprendi e aprendo; Márcia Cabral e Sônia Câmara, as quais, já na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, me motivaram a seguir acreditando nesse caminho, sendo inspirações profissionais e pessoais até hoje.

Agradeço meus amigos que, de alguma forma, foram suportes em todas as minhas lutas, acadêmicas ou não. Especialmente, queria destacar alguns deles: Bruno, Matheus, Ramon, Mariana, Isabel e, inclusive, os amigos do trabalho, que ficaram na torcida pela minha conquista.

Agradeço meus parceiros do Grupo de Estudos História da Educação e Religião – GEHER, em especial, minha orientadora, Paula Leonardi, por toda confiança, acolhimento em um dos momentos mais significativos de minha vida, com os quais construímos juntos

aprendizagens que ganham efeitos na minha vida. Orientadora, sempre guardarei pela senhora um carinho enorme, que ficará para sempre em meu coração. Eterna gratidão.

Agradeço a Paróquia Sant'Ana de Itaúna, o atual administrador paroquial, Frei Ilson, o qual foi fundamental para andamento da minha pesquisa, dando total apoio e acesso aos documentos que foram necessários nesta investigação.

Agradeço a banca examinadora dessa dissertação, sou grato pela disponibilidade e considerações que foram pertinentes para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPed, todos os servidores. Agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, quando cursei dois períodos no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, desde o dia em que estive lá até a minha saída para a UERJ. Sempre fui muito bem acolhido, principalmente pelos professores que me deram aula. Agradeço o Complexo do Salgueiro, lugares que, de certa forma, também foram e são locais de minhas formações e aprendizados.

RESUMO

JACINTO, Davison Calixto. *Paróquia Sant'Ana de Itaúna: memória e educação no Complexo do Salgueiro*. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente Dissertação apresenta uma discussão sobre o surgimento da Paróquia Sant'Ana de Itaúna e do Complexo do Salgueiro, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. O surgimento do Complexo se deu no período da Ditadura Civil-Militar, no qual o povo brasileiro passou por violência, tortura e morte. Com o apoio da Igreja Católica ao Regime, seus líderes entraram em desacordo, de modo que alguns, foram torturados e mortos por suas práticas de educação não escolar progressista. Nesse contexto histórico, registramos e refletimos sobre suas histórias e memórias, seus relatos e suas fotografias, demonstrando como funciona a Paróquia dentro dos bairros existentes no Complexo, principalmente as pastorais, lugares esses que são difíceis de conseguir acesso, já que não possuem assistência do Estado e estão dominados pelo tráfico de drogas. Por fim, exploramos o processo de educação presente no Complexo do Salgueiro, conhecendo o quantitativo de escolas Municipais e Estaduais, bem como o modo como elas funcionam. Ademais, discutimos sobre a criminalidade circunda essas instituições educacionais. Assim sendo, a proposta central desta pesquisa foi contar parte de uma história do Complexo do Salgueiro e da Paróquia Sant'Ana de Itaúna, mostrando o período em que surgiram, para depois abordar as memórias, as violências, as pastorais no tempo presente e suas atuações, bem como as escolas locais e o recorte histórico. Utilizamos a pesquisa qualitativa descritiva, apoiando-nos em Deslauriers (1991), Goldenberg (1997), Minayo (2001), Triviños (1987) e Fonseca (2002). Por meio desses, fundamentamos os principais resultados encontrados pela pesquisa, a partir dos quais pudemos refletir sobre dados históricos da igreja, das capelas pertencentes à Paróquia Sant'Ana de Itaúna e da educação no Complexo do Salgueiro, assim como também a atuação central da Pastoral da Educação.

Palavras-chave: Complexo do Salgueiro. Paróquia Sant'Ana de Itaúna. Memória. Educação.

ABSTRACT

JACINTO, Davison Calixto. Sant'Ana de Itaúna Parish: memory and education in Complexo do Salgueiro. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This Dissertation presents a discussion about the emergence of the Paróquia Sant'Ana de Itaúna and Complexo do Salgueiro, in the municipality of São Gonçalo, State of Rio de Janeiro. The emergence of the Complex took place during the period of the Civil-Military Dictatorship, in which the Brazilian people experienced violence, torture and death. With the support of the Catholic Church for the Regime, its leaders came into disagreement, so that some were tortured and killed for their progressive non-school education practices. In this historical context, we recorded and reflected on their stories and memories, their reports and their photographs, demonstrating how the Parish works within the neighborhoods in the Complex, especially the pastorals, places that are difficult to access, as they do not have assistance from the State and are dominated by drug trafficking. Finally, we explored the education process present in Complexo do Salgueiro, getting to know the number of Municipal and State schools, as well as how they work. Furthermore, we discussed the crime surrounding these educational institutions. Therefore, the central proposal of this research was to tell part of a story of Complexo do Salgueiro and Paróquia Sant'Ana de Itaúna, showing the period in which they emerged, and then addressing the memories, violence, pastorals in the present time and their performances, as well as local schools and the historical background. We used descriptive qualitative research, relying on Deslauriers (1991), Goldenberg (1997), Minayo (2001), Triviños (1987) and Fonseca (2002). Through these, we based the main results found by the research, from which we were able to reflect on historical data of the church, the chapels belonging to the Sant'Ana de Itaúna Parish and education in Complexo do Salgueiro, as well as the central role of the Pastoral of Education.

Keywords: Salgueiro Complex. Sant'Ana de Itaúna Parish. Memory. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Funeral do Padre Antônio Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara.....	25
Figura 2 –	Campanha da Fraternidade de 1974	28
Figura 3 –	Dom Adriano concedendo entrevista após o episódio de sequestro	34
Figura 4 –	Presépio montado na igreja Santa Cecília	38
Figura 5 –	Dom Mauro Morelli	39
Figura 6 –	Dom Clemente.....	41
Figura 7 –	Cartilha Viver é Lutar	43
Figura 8 –	Distância da Paróquia Sant’Ana até a matriz de São Gonçalo e da Catedral São João Batista, em Niterói	49
Figura 9 –	Registro do terreno da Paróquia Sant’Ana	51
Figura 10 –	Registro do terreno da Capela Nossa Senhora da Aparecida	54
Figura 11 –	Registro do terreno da Capela Nossa Senhora da Conceição	55
Figura 12 –	Certidão de doação do terreno feito pela Marinha do Brasil	58
Figura 13 –	Distância da capela Nossa Senhora da Aparecida para a Paróquia Sant’Ana de Itaúna	59
Figura 14 –	Capela Nossa Senhora Aparecida e saída dos fiéis	60
Figura 15 –	Capela Nossa Senhora das Graças	63
Figura 16 –	Distância da Paróquia à Capela Nossa Senhora das Graças	64
Figura 17 –	Imagens da Capela Nossa Senhora da Conceição	65
Figura 18 –	Mapa do Complexo do Salgueiro	69
Figura 19 –	Antigo lixão de Itaoca	70
Figura 20 –	Pier de Itaoca	71
Figura 21 –	Imagem dos bandidos da Baía de Guanabara	71
Figura 22 –	Bairros de Itaoca e Praia da Luz	74
Figura 23 –	Bairros de Itaoca e Ilha de Paquetá	75

Figura 24 –	Registros da Praia da Luz	75
Figura 25 –	Barricadas em uma das vias principais do Complexo do Salgueiro	78
Figura 26 –	Denúncias de barricadas construídas pelo tráfico	78
Figura 27 –	Livro Tombo	81
Figura 28 –	Mapa do território	84
Figura 29 –	Paróquia Sant’Ana	88
Figura 30 –	Parte interna da Paróquia	89
Figura 31 –	Paróquia Sant’Ana depois das primeiras reformas	90
Figura 32 –	Paróquia Sant’Ana atualmente	90
Figura 33 –	Imagem da escola no dia da operação policial	94
Figura 34 –	Pichação em uma das passarelas do Rio de Janeiro	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comunidades.....	84
Tabela 2 – Pastorais	85
Tabela 3 – Movimentos	86
Tabela 4 – Ministérios	87
Tabela 5 – Escolas Municipais no Complexo do Salgueiro	92
Tabela 6 – Escolas Estaduais no Complexo do Salgueiro	93

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	Educação, civismo e religião durante a ditadura civil-militar	21
1.1	Teologia da Libertação	31
1.2	A atuação dos “bispos vermelhos”	33
1.3	Dom Adriano Hypólito	33
1.4	Dom Waldyr Calheiros	37
1.5	Dom Mauro Morelli	39
1.6	Dom Clemente Isnard	40
1.7	Comunidades Eclesiais de Base e seu papel no processo de alfabetização...	42
1.8	Educação na Ditadura	44
2	Complexo, favela, comunidade, capela. Qual pedagogia?	48
2.1	Construção da Paróquia e suas Capelas	50
2.2	Capela Nossa Senhora Aparecida	59
2.3	Capela Nossa Senhora das Graças	62
2.4	Capela Nossa Senhora da Conceição	65
2.5	Criminalidade e desigualdade presentes no Complexo do Salgueiro	67
2.6	Desigualdade urbana e social no Complexo do Salgueiro	76
2.7	Local de memória	79
2.8	Paróquia Sant’Ana de Itaúna	82
2.9	Memória da Paróquia	87
3	EDUCAÇÃO PRESENTE EM SANT’ANA E NO COMPLEXO DO SALGUEIRO	92
3.1	Desigualdade causada pela violência	94
3.2	Educação em meio à criminalidade	101
3.3	Atuação da Pastoral da Educação na Paróquia Sant’Ana	103
	CONCLUSÃO	107
	REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a história de presença e atuação da Paróquia Sant'Ana de Itaúna no Complexo do Salgueiro, apontando o seu contexto histórico, bem como os antigos e atuais registros, a fim de perceber como esta instituição participa da pedagogia da cidade (Neta, 2010). Para isso, descreve a ação promovida por agentes locais, os quais atuam direta ou indiretamente nela, considerando a Igreja, o Complexo do Salgueiro e a Educação como repositório de memória e identidade endereçando para certa socialização/educação.

Como esses espaços se formaram? Como são construídas práticas educativas, formais ou não, nesses espaços? De que modo são processadas as representações dos moradores que participam desta igreja?

O interesse pela presente pesquisa surge, inclusive, por minha história de vida, por minha experiência e identificação com o processo investigativo. Segundo Bondía (2002, p. 21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. Dessa forma, é o que tem relação direta conosco, não o que simplesmente existe. Em outras palavras, do que existe, aquilo que nos afeta. Assim, esta investigação itinerante é projetada, pois todos os caminhos e escolhas adotados dentro desse processo me afetaram para a construção de reflexões.

Venho, por formação, do curso de Pedagogia, alimentando minha base pesquisadora e crítica de que não existe ensino sem pesquisa, tal como também não existe pesquisa sem ensino. Seguindo as palavras de Freire (1996, p. 32), “ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar novidade.” Nessa perspectiva, pesquiso para educar e me educar, aprender e conhecer, atendendo às minhas inquietações.

Ao explicar sobre diários de itinerância, Barbier (2002, p. 133) afirma que mais do que uma ‘trajetória’ muito bem balizada, “na itinerância de uma vida, encontramos uma infinidade de itinerários”. Esse conceito se processa como um percurso de vida e formação que é cheio de redes e bifurcações, de modo que se admite avançar e retroceder, começar e recomeçar.

Começo, contando um pouco da minha origem. Sou filho de uma mulher preta casada com um homem branco, que sempre enfrentaram muitas dificuldades financeiras e, até mesmo, de aceitação por seu relacionamento inter-racial. Sempre prezaram pelos estudos dos seus dois

filhos. O fascínio pelo conhecimento e a busca por estudos se iniciaram com as minhas avós materna e paterna, que tinham vivências distintas uma da outra.

A materna nasceu em São Cristóvão, Rio de Janeiro, e foi criada desde cedo na cidade grande. Não tendo vida fácil, trabalhou desde cedo para sustentar e dar dignidade aos seus quatro filhos, que criou sozinha, pois o meu avô, dependente de álcool, o que o tornava agressivo, foi expulso de casa pela minha avó.

Já a mãe de meu pai nasceu no interior do Estado do Rio de Janeiro, em Santo Antônio de Pádua, que naquele período vinha de uma realidade rural. Ela teve quinze filhos que, desde muito cedo, trabalhavam vendendo comida e ajudando nas grandes fazendas existentes na cidade. Todos chegaram a ser matriculados na escola, mas nenhum deles conseguiu terminar o Ensino Fundamental, devido à necessidade de ajudar em casa. Todos, em fases diferentes, tiveram que largar os estudos para poder conseguir trabalhar e receber o seu salário para comprar o que comer. O tempo passou e praticamente todos foram embora da pequena cidade localizada no Noroeste Fluminense do Rio de Janeiro, para viver um sonho de ter uma vida melhor nas cidades grandes: Niterói e São Gonçalo.

A história das duas avós se cruza quando ambas vêm para o Complexo do Salgueiro, logo após a sua criação. Existia a promessa de ser um lugar melhor, calmo e em desenvolvimento. Nos anos 70, não era difícil conseguir um lote no local. Foi lá onde se criou, viveu, se arrependeu. Ela morreu, com o coração triste, pois não se acostumou e sempre pedia para voltar à sua cidade de origem, o que, infelizmente, nunca aconteceu.

Nesses encontros da vida, os meus pais se conheceram e logo se casaram. Tiveram dois filhos e sempre prezavam pela educação dos seus filhos. Pensavam que, dessa forma, nunca passariam para eles o sofrimento vivenciado em toda sua infância, por não conseguir ter tempo e condições de estudar. Meu pai, dono de bar, e minha mãe, cozinheira, sempre batalharam muito para manter a nossa família, no mesmo lugar de morada, que era e continua sendo no Complexo do Salgueiro.

Com o passar dos anos, a criminalidade no local só aumentava. Meus pais decidiram levar os dois filhos com eles para o trabalho. O meu pai, tinha um bar no Barreto, um bairro de Niterói, e a minha mãe trabalhava junto com ele, na cozinha, fazendo comida. Estudamos na Escola Municipal Altivo Cesar e Mestra Fininha, ao lado do bar. Durante toda a minha infância, a criação foi assim, atrás de um balcão de bar, onde acabava ajudando os meus pais a servir e dar troco.

Terminados os estudos na educação básica e cursamos, meu irmão e eu, Pedagogia e Psicologia. Essa breve história foi um relato da minha motivação para a realização da minha

pesquisa, mantendo senso de urgência por conhecimento, o que também foi buscado, durante a vida toda, pelos meus pais e por nós.

O sonho e desejo de cursar o Mestrado Acadêmico na UERJ surgiu no final da minha graduação na UFF. Motivado por aulas ministradas pelas Professora Joanice Conceição e Adriana Penna, além do da forma como construía saberes, ela sempre falava da UERJ e que gostaria de ver seus alunos cursando ao menos o Mestrado lá. Na primeira oportunidade de tentar, não consegui escrever o projeto a tempo. No ano seguinte, a pandemia de COVID -19 nos deixou desempregados, contando somente com a ajuda do governo para poder sobreviver. Dias difíceis, sem perspectivas de ver o sol raiar novamente. Porém, no final do ano de 2020, as inscrições para o programa foram abertas, apresentando uma nova formatação, devido o momento em que passávamos, tudo ia ser online.

Nesse mesmo período, eu consegui um emprego numa área em que nunca imaginei que iria exercer. Atuei como servente de pedreiro, numa obra que ocorreu na Paróquia Sant'Ana. As economias, que antes ajudavam, já não eram suficientes, de modo que a ajuda do governo não supria todas as necessidades. Então, foi aí que surgiu essa oferta de emprego, oferecida pelo meu sogro, que decidi aceitar. Isso aconteceu nos últimos meses de 2020. Mesmo período das fases estabelecidas pela comissão do Mestrado da ProPEd.

Num período tão triste devido à pandemia, os noticiários retratavam como o Covid-19 proliferava em toda população. Foram meses em casa sem ter o que fazer e vendo os meus pais fazendo conta todos os dias para não passarmos fome. Isso foi me provocando a pensar que nunca conseguiria ser igual aos outros alunos e entrar num programa de Mestrado.

Até que, no final de outubro deste mesmo ano, após eu descer do telhado da igreja, onde batia um sol quentíssimo, eu vejo no meu celular um e-mail da ProPEd que eu avancei para a próxima fase, que seria uma entrevista com a orientadora escolhida, numa data já estabelecida pelo programa.

O horário e a data estabelecida eram no mesmo momento do trabalho. Eu teria que falar com o chefe de obras para me liberar e, depois, com o padre, já que precisaria do empréstimo do computador da igreja, da internet e de uma sala para poder ser entrevistado pela orientadora. Com medo de receber um não, mas com vontade imensa de conseguir realizar um sonho, conversei com o chefe de obra se poderia sair por meia hora, pois eu tinha uma entrevista. Este prontamente autorizou. Ele e o outro colega de trabalho ficaram torcendo por mim.

Após isso, fui até o padre pedir o computador, a sala e a internet da Paróquia, quem também cedeu tudo, a fim de que eu conseguisse participar da entrevista. Assim ocorreu. Eu, todo suado e sujo de obra, entrei na reunião da sacristia, com o computador da paróquia. A

Paula e outra pessoa do Programa realizaram a entrevista comigo. O tempo passou e eu, sem acreditar que tinha conseguido, achei que todo o esforço tinha sido em vão. Porém, em março de 2021, eu recebi dois e-mails do ProPED, nos quais havia a solicitação que eu informasse alguns dados e eu entrasse em contato com a Paula.

Foi uma grande alegria e uma parte da vitória alcançada, pois era o começo de um sonho que estava sendo realizado. Agora, estou a poucos dias de concluir esse objetivo, na esperança de conseguir e realizar de vez o sonho de me formar pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nesse contexto, fui inserido no Grupo de Estudos de História da Educação e Religião do Rio de Janeiro (GEHERRIO). Pude perceber, através de leituras colocadas no grupo, que, ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e na organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos, gerando significativas interferências na construção e na dinâmica de identidades individuais e coletivas. A partir desse contexto formativo, adquiri um novo olhar, descobrindo que não percebia a influência desses monumentos na constituição da paisagem “natural”, formada no bairro de Itaúna.

Para realizar esta pesquisa, a minha principal inquietação foi a Paróquia Sant’Ana de Itaúna, como influência da igreja no bairro e na paisagem local. Também consigo ver as histórias e as diversas formações construídas ao longo dos anos, formando, no local, um espaço de memórias.

Através das pesquisas minuciosas sobre a Igreja e o local em que ela foi inserida, descubro que, no período em que surgiu o Complexo do Salgueiro e a Paróquia no local, a época foi muito dolorosa para o nosso país, no contexto do período da Ditadura Civil Militar, começando no dia 31 de março de 1964 e só encerrando só em 1985, quando o Tancredo Neves foi eleito, indiretamente, para Presidente da República.

Podemos notar, com frequência, que, quando adentramos na parte educacional, foi possível ver crianças, a partir dos 10 anos de idade, serem fortemente assediadas por esse “mundo do tráfico”, destacando desde muito cedo o seu contato prematuro com a criminalidade.

Na maior parte dos casos, esse ingresso decorre de diversos fatores sociais e familiares, em que “a rejeição vivida em casa, por vezes, estende-se ao convívio com uma comunidade pouco acolhedora e se prolonga na escola que não encanta, não atrai, não seduz o imaginário do jovem e não valoriza seus alunos” (SOARES, 2005, p. 208).

Esse pode ser um dos fatores com que os jovens se rendam às “vantagens” imediatas oferecidas pela criminalidade. Com o sentimento de autorrealização, de reconhecimento que o poder atribuído ao tráfico produz, Veronese afirma: “[...] a adolescência envolvida com a

criminalidade se constrói a partir da negação de direitos – escola, saúde, família, profissionalização...” (2001, p. 34).

Isso nos ajuda a entender que, entre alguns motivos, a “falta” de qualidade nos direitos fundamentais do ser humano resulta a inserção do adolescente na atividade do tráfico de drogas. Ou seja, a criança, que está em pleno desenvolvimento de transição para a adolescência, começa a enxergar no tráfico um meio fácil de conseguir o que deseja sem precisar acordar cedo para ir à escola ou até mesmo trabalhar. Um estudo mostra que:

Os números sobre evasão escolar, que também têm relação com o ingresso no universo do tráfico. A maior parte dos entrevistados parou de estudar aos 15 ou 16 anos. Como justificativa para o abandono da escola, 40,4% afirmam que foi para ganhar dinheiro para ajudar a família ou ainda para comprar bens de consumo. (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, 2018, p. 82)

Conforme Passetti, “o Estado mostra-se como violentador quando não supre as carências de crianças cujas condições econômicas são por ele consideradas insatisfatórias” (2006, p. 19). Assim, entende-se que, com seu posicionamento, o Estado legitima a violência e ao mesmo tempo é omissivo quando não a combate por meios competentes.

Dessa maneira, em *Becos da Memória*, Evaristo (2017) reflete sobre as discriminações existentes na favela, destacando os interesses de grupos hegemônicos desde a sua vinda ao Brasil. O drama dessas pessoas que vivem nesses locais sobre a falta de assistência torna-se uma verdadeira negação da democracia racial. A narradora-personagem, Maria-Nova, narra um dos dramas existentes numa favela, causado muitas das vezes pela agressividade do estado.

Todos sabiam que a favela não era o paraíso, mas ninguém queria sair. Ali perto estava o trabalho, a sobrevivência de todos. O que faríamos em lugares tão distantes para onde estávamos sendo obrigados a ir? Havia famílias que moravam ali havia anos, meio século até, ou mais. O que seria a lei usucapião? Eram estes pensamentos que agitavam a cabeça de Maria-Nova, enquanto olhava o movimento de tratores para lá e para cá. (EVARISTO, 2017, p. 71)

Assim, a leitura de Evaristo (2017) nos ajuda a refletir sobre a razão da existência de favelas, como as pessoas foram morar nelas, por que elas seguem com dificuldades de se inserir em outros espaços da cidade, por qual razão as vidas delas parecem ter menos importância para o Estado do que as vidas de moradores dos bairros mais nobres.

Pesquisar a Paróquia Sant’Ana como um todo, sua matriz, capela, pastorais, documentos, padres, foi uma tarefa bastante desafiadora. Não seria tarefa fácil pesquisar algo tão próximo de mim. Entretanto, como lembra Velho (1978, p. 85), “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não necessariamente conhecido”. Inegavelmente, possuímos visões parciais sobre os elementos dos quais fazemos parte, em virtude de estarmos

ligados, especialmente, à funcionalização e à objetivação em favor da melhor aplicação e praticidade dos elementos a nosso dispor.

No entanto, baixo a esta familiarização do cotidiano, existem diversos elementos que se encontram nas fissuras e que, quando postos à tona, podem gerar estranhamentos. Gilberto Velho (1978, p. 86) afirma que o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar, intelectual e/ou emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito dos fatos e das situações contextuais.

Ademais, no que diz respeito ao Complexo do Salgueiro, ao contrário da homogeneização, cunhada pela palavra Complexo, é necessário enfatizar as diversas microáreas que o compõe, em confluência com variadas histórias locais que advém dele. O bairro mantém uma identidade relacional, já que em diversos contextos e situações se diferenciam e se hierarquizam (DA SILVA, 2013).

Com base em Gilberto Velho (2013), oriento meu processo de imersão nos relatos. Como lembra o autor, “daí a importância do trabalho de campo, com observação participante e entrevistas que devem, em princípio, permitir ao investigador ir além das ‘aparências’ e identificar ‘códigos’ nem sempre explicitados” (VELHO, 2013, p. 10).

No que diz respeito à sua instalação e sua história, foi importante identificar: nomes dos doadores dos terrenos; o registro e o cartório; como foram as negociações com a igreja; como surgiu; livro Tombo paroquial; período histórico. Sobre a história das pastorais e quem as utiliza, foi importante considerar: quais são as pastorais existentes; onde atuam; houve modificações ao longo dos anos; quais pessoas assumiram; como soube; quais funcionam na Paróquia; que funcionam nas Capelas e também a importância da pastoral da educação para a localidade. Sobre o Complexo do Salgueiro, foi interessante entender: a história; a criminalidade; as barricadas; a ausência do Estado; as tragédias climáticas, como as enchentes em alguns bairros e como a educação se faz presente no meio da criminalidade.

Dessa maneira, esta Dissertação se divide em três capítulos. No primeiro, busco um recorte histórico do período em que o contexto da pesquisa está inserido, que foi a Ditadura civil-militar, apontando os seus desfechos e como a educação se fez presente nesse período.

No segundo capítulo, vai ser possível conhecer um pouco da história local do Complexo do Salgueiro, apontando a atuação e bairros; o conhecimento da Arquidiocese de Niterói e da Paróquia Sant’Ana de Itaúna e suas capelas; por fim, refletir sobre a criminalidade que se faz presente e que afeta a vida dos moradores e crianças do Complexo do Salgueiro, resultando em aumento da desigualdade. Importante frisar que as imagens relacionadas à violência que estão

presente neste capítulo foram retiradas de páginas da internet e de portal de notícias. Também cabe salientar que os nomes citados são todos fictícios, por razões de segurança. Todos os documentos expostos na Dissertação foram autorizados pelo responsável legal.

Ainda neste capítulo, o último item, voltado diretamente para a paróquia e suas pastorais, refletimos sobre suas ações para a população local. Investigo também memórias apresentadas através de conversas e registros de algumas imagens. Centrado na Paróquia, contextualizo o seu local, suas instalações, sua estrutura e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Além disso, situo as pastorais, que estão presentes e atuantes como locais que mais precisam dessa assistência.

No terceiro e último capítulo, busco aprofundar o processo da educação, que apesar da alta criminalidade local, é possível ver que, ainda assim, a educação, através das escolas e das batalhas que os professores enfrentam a cada dia, floresce em meio à violência, à evasão escolar e à constante guerra do tráfico.

A hipótese que norteia essa investigação é que a paróquia participa da pedagogia da cidade no Complexo ao interferir no espaço material e simbólico local, contudo, vê suas atividades cerceadas pelo avanço da criminalidade e de outras confissões religiosas.

Ao longo da dissertação, utilizo a pesquisa qualitativa, que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm suas especificidades, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos e nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Almejo utilizar o método qualitativo para entender quais caminhos foram sendo construídos, norteando o que convém ser feito, mas não quantificar os valores e as trocas simbólicas, que não se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Segundo Deslauriers (1991, p. 58), vai dizer que na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (*apud* SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. (MINAYO, 2001, p. 14).

A pesquisa descritiva caracteriza os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987), fazendo análise documental e, inclusive, estudo de caso, para prosseguir com a pesquisa. Para Triviños (1987, p. 112), os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos.

O levantamento bibliográfico é necessário para a pesquisa de referências sobre determinado tema e os autores que vão auxiliar e dar um norte na pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. E a documental por conta dos jornais, revistas, documentos oficiais que vão ser essenciais para o objeto de pesquisa.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. Recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Ademais, utilizo o método da conversação para buscar alguns relatos sobre determinados assuntos pertinentes à pesquisa. A conversa como método é importante, porque permite uma postura mais dialógica em que nos faz pensar em nossa formação e prática, e, assim, (trans)formar a nós mesmas e nosso cotidiano, conforme aponta Nilda Alves (2008).

A partir das conversas, negociamos e expandimos nossas relações sociais, afinal, as conversas nos levam a permanentes movimentos, por meio delas, tecemos nossas redes de saberes, entendendo que cada conversa torna-se um rizoma e podem “[...] enredar os sujeitos, levando-os, dependendo das redes de conversas tecidas, a mudar de ideias” (FERRAÇO; ALVES, 2018, p.45), não porque têm essa pretensão, mas, porque nas trocas, como em rizoma, elas se expandem, nos expandem e nos movimentam para várias linhas de fuga, tal qual nos ensina Deleuze e Guattari (2011).

Andréa Serpa também afirma a importância da conversa, principalmente quando acontece no acaso, de modo que diz que “é no acaso que a conversa se torna potente, porque não é regulada, não é territorial. Ela se entrega à cumplicidade, às afetações, onde ninguém perde ou ganha, mas, todo mundo aprende” (SERPA, 2018, p. 116)

Sendo assim, começemos pelo capítulo que se destina a pensar o recorte histórico, a compreensão das relações entre educação e o catolicismo, com a ditadura civil-militar no Brasil, contemplando aspectos importantes, como os atos institucionais, crises políticas, atuações dos bispos vermelhos e a educação como estratégia para a legitimação da ordem burguesa.

1 EDUCAÇÃO, CIVISMO E RELIGIÃO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Este capítulo trata da relação entre Igreja Católica e Estado durante o Regime Civil Militar, implementado em 31 de março de 1964, explorando pontos caros à pesquisa, são eles: a Teologia da Libertação, a atuação dos chamados “bispos vermelhos” e as Comunidades Eclesiais de Bases e a Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, será realizado um recorte histórico para adentrar nos temas centrais dessa pesquisa, Complexo do Salgueiro e Paróquia Sant’Ana de Itaúna.

Entretanto, cabe frisar sobre a utilização do termo “ditadura civil-militar” ao longo desta investigação. O termo vem sendo questionado por alguns historiadores, inclusive por Daniel Aarão Reis e Carlos Fico, autores que colaboraram com a consolidação do antigo termo na historiografia brasileira. O historiador Daniel Aarão Reis, em 2010, realizou uma autocrítica de seus próprios textos pretéritos, a fim de fazer saber a noção “errônea” de ditadura militar. O pesquisador afirma:

“Em nota ao texto da aula, o historiador diz: “Eu mesmo empreguei o termo [ditadura militar], e quantas vezes, inclusive em título de livro, contribuindo para consolidar uma tradição equivocada, do que hoje me arrependo. (MELO, 2012, p. 40)”¹

No ano de 2012, o historiador voltou a falar sobre o assunto por meio de artigo que foi publicado no jornal O Globo e da republicação na Revista de História da Biblioteca Nacional, ao afirmar que:

Tornou-se um lugar comum chamar o regime político existente entre 1964 e 1979 (sic) de ‘ditadura militar’. Trata-se de um exercício de memória, que se mantém graças a diferentes interesses, a hábitos adquiridos e à preguiça intelectual. O problema é que esta memória não contribui para a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular (COSTA, 2019, p. 4).²

Desse modo, o termo requer uma profunda renovação, observando, durante o seu período, a participação dos civis nas suas diversas formas de ação, como apoio, projetos, manifestações, propagandas e campanhas. Insistir somente nesse termo seria uma forma de afirmar que somente os militares foram responsáveis pela instauração da ditadura Civil Militar no país, silenciando as ações políticas de civis na formulação dos governos militares, que ia dos municípios, passando pelos estados até a esfera federal.

¹ Segundo Melo (2012), esse trecho foi retirado do seguinte texto: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, jan./jun, 2010, p.171-186.

² Segundo Costa (2019), esse trecho foi retirado do seguinte texto: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Civil-militar*. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa e Verso, 31 de março de 2012.

No decorrer do Regime Civil-Militar, foram instaurados os Atos Institucionais (AI), que iniciaram mudanças nas instituições do país, tendo como justificativa o “exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções.”³ Com isso, o primeiro Ato Institucional, chamado de AI-1, foi implantado no dia 9 de abril de 1964, pelos comandantes do Exército da Marinha e da Aeronáutica, mantendo a Constituição de 1946 como base, mas fazendo várias modificações, assim como o funcionamento do Congresso.

Este último aspecto seria uma das características do regime militar. Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias (FAUSTO, 2011, p. 257).

O AI- 1 tinha como principais objetivos reforçar o Poder Executivo, reduzir o campo de ação do Congresso e do presidente da República, que tinha a autorização de enviar ao Congresso projetos e leis para a apreciação na Câmara até trinta dias corrido. O mesmo prazo serviu para o Senado e, se por alguma circunstância o prazo não fosse respeitado, todos os projetos e leis seriam considerados aprovados.

Após dois meses do Regime militar, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu um manifesto “contraditório, onde os bispos apoiavam a instauração do regime militar.”⁴

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. (...) Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face de clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. (...) Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação (MAINWARING, 2004, p. 102)

O manifesto denominava o golpe de revolução. O AI-1 instituiu a eleição de um novo presidente da República, através da votação indireta do Congresso Nacional. No dia 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente, com o mandato prévio até o dia 31 de janeiro de 1966. General Castelo Branco tinha como objetivo instituir uma “democracia restringida”⁵, visando a reformar o sistema econômico capitalista,

³ Ato Institucional de nº 01 - Art.10, de 09 de abril de 1964

⁴ MAINWARING, SCOTT. *A Igreja Católica e Política no Brasil (19716-1985)*. São Paulo, 2004, p. 102.

⁵ Expressão utilizada por Boris Fausto em seu livro *História Concisa do Brasil*, para definir que a democracia naquele momento não era algo livre, tinha restrições, com direito a punições, caso não fosse cumprida.

“modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista” (FAUSTO, 2011, p. 259).

Em outubro de 1965, ocorreram as eleições diretas nos Estados e, mesmo com os vetos a candidatos por parte da linha dura das forças armadas, a oposição ao governo venceu em Estados importantes, como no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com isso, o governo de Castelo sofreu forte pressão dos seus adversários militares, os linhas duras, pelo fato de ser tolerante com seus inimigos, deixando agirem de forma livre, sem censura ou qualquer tipo de impedimento.

Essa pressão dos adversários militares resultou em uma solução imediata para acalmar os ânimos: a instauração do AI-2, após 24 dias das eleições estaduais. O Ato Institucional de nº 2 tinha o objetivo de estabelecer que as eleições para presidente e vice-presidente da República seriam realizadas pela maioria absoluta do Congresso Nacional, sem sessão pública e votação nominal. Também reforçou os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar decretos e leis em matéria de segurança nacional. Com isso, o governo passou a legislar sobre assuntos importantes através de decretos e leis imposto por eles.

Em janeiro de 1967, o governo Castelo Branco após a aprovação da nova Constituição, afirmou que ampliaria os poderes conferidos ao Executivo, principalmente no que diz respeito à segurança nacional.

Apesar das mudanças impostas pelo General Castelo Branco, ele não conseguiu fazer o seu sucessor ser eleito, visto que os novos presidentes eleitos foram o general Artur Costa e Silva e para vice-presidente um civil, o udenista Pedro Aleixo. Ambos tomaram posse em março de 1967.

A oposição, vendo o tamanho da repressão e seu impacto causado em toda sociedade, começou a se rearticular. Alguns membros da hierarquia da Igreja Católica, como diz Fausto, “começaram a se defrontar com o governo, destacando-se no Nordeste a atuação do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara” (2011, p. 263).

Entretanto, a grande maioria da Igreja Católica foi a favor dessa repressão civil militar, argumentando em cima do combate ao socialismo. Viam nas ideias socialistas o perigo da subversão social, com consequências catastróficas para a sociedade.

De acordo com a Igreja Católica, o socialismo era o demônio gerador de todo mal. Essa visão está na raiz do significado da palavra diabo, do latim *diablus* e que significa: aquele que gera divisão, que desune, o caluniador, o que gera temor. Assim era atribuídos ao socialismo os atributos do antigo inimigo do homem (ANGELOZZI, 2017, p. 88).

Em 1968, diante de um contexto carregado de significações em todo o mundo, as mobilizações ganharam força. As manifestações de rua ganharam fôlego, logo após a morte de um estudante, morto pela Polícia Militar, durante um pequeno protesto realizado no mês de março, no Rio de Janeiro.

Seu enterro foi acompanhado por milhares de pessoas. A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências. Esses fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, reunindo não só os estudantes como setores para uma mobilização mais ampla, reunindo setores da classe média e da Igreja (FAUSTO, 2011, p. 264).

O grande movimento dessas forças foi o acontecimento da passeata dos 100 mil, realizada em junho de 1968, com objetivo de lutar pela democratização. Depois disso, ocorreram greves em algumas cidades, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e grande parte do Nordeste. Costa e Silva, diante da proporção que a resistência estava tomando, precisou agir o mais rápido possível e a solução encontrada por ele e que marcou a todos, aconteceu no dia 13 de dezembro de 1968, quando baixou o AI-5, fechando o congresso.

O Ato Inconstitucional de número 5 foi, para Fausto, foi “instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contrarrevolução dentro de uma contrarrevolução” (2011, p. 265). Diferente de outros Atos, esse não tinha prazo de vigência. O Presidente volta a ter poderes para fechar o Congresso, o que não era permitido na Constituição de 1967. Restabeleciam-se poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como a livre autonomia para aposentar ou demitir servidores públicos.

Um fator aterrorizante do AI-5 foi o apoio e o reforço dos grupos de luta armada ligados ao governo, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O Regime não cedeu a pressões sociais para se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma brutal repressão Civil Militar. Além disso, em 1968, as relações entre os bispos e as autoridades do Estado eram de franca colaboração. No entanto, com a publicação do AI-5 e o fechamento do Regime, os excessos militares afetaram diretamente a Igreja.

Por conta disso, as reações vieram de alguns prelados, clérigos, leigos de Conferências Episcopais.

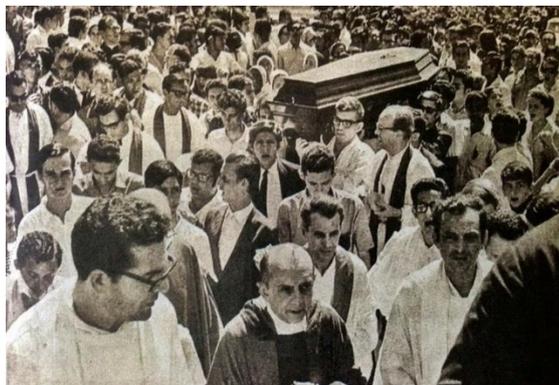
Influenciados pela Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, que estabeleceu a opção pelos pobres e do Concílio Vaticano II, que estabeleceu reformas na Igreja e passou a olhar para a diversidade cultural do mundo e consequentemente dos fiéis, muitos sacerdotes e líderes do mundo católico se aproximaram de modo novo dos trabalhadores da cidade e do campo, dentro de um programa de assistência. (ANGELOZZI, 2017, p. 114).

Com isso, iniciou-se uma mudança ideológico-política voltada para os movimentos de classes trabalhadoras e das forças sociais empenhadas na transformação da sociedade, o que

representou o início de uma grande ruptura com o papel tradicional da Igreja e as suas relações com o Estado.

Ideias reformistas ganhavam força, na medida em que líderes religiosos eram mortos no campo e na cidade. Um exemplo foi a morte do padre Antônio Henrique Pereira Neto, assessor de Dom Hélder Câmara, cujo corpo foi encontrado enforcado numa árvore com marcas de espancamento e três tiros (ANGELOZZI, 2017, p. 115).

Figura 1: Funeral do Padre Antônio Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara



Legenda: Uma multidão acompanhava o caixão do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, torturado e morto pelo Regime Militar.

Fonte: CENDHEC – 2021.

Diante do ocorrido, Dom Hélder escreveu uma nota à imprensa e à população, repudiando a atitude dos seus algozes, os quais estavam fazendo os ataques para impedir a continuação do seu trabalho social às populações carentes. Em um trecho da nota, afirma “Que o holocausto do pe. Antônio Henrique obtenha de Deus a graça da continuação do trabalho pelo qual doou a vida e a conversão de seus algozes”⁶. Além disso, Dom Hélder, em sua nota de repúdio, lembrou do estudante da UNE de Pernambuco, que também foi brutalmente morto pelos militares em exercício.

Os atritos entre a hierarquia católica e o Regime de Segurança Nacional começaram a ficar expostos e mais expressivos, a partir de 1967, motivados pelas ideias contrárias de alguns sacerdotes das Forças Militares. Em 1968, surge o apoio dos sacerdotes a greves operárias e movimentos estudantis, aumentando ainda mais o clima de tensão entre a Igreja e o Governo.

Esse clima agrava-se quando em 1969 um sacerdote é assassinado com crueldade e publicamente difamado, vários outros são presos e torturados e um bispo é indiciado em inquérito policial-militar. Muitos cristãos, envolvidos ou não nas lutas de resistência armada, são presos, torturados e assassinados (SANCHIS, 1998, p. 44).

⁶ Jornal Folha de São Paulo, 1º Caderno, p. 6, 29 de maio de 1969, extraído da Biblioteca Nacional, microfilme.

Por causa das repressões, a Igreja vai se tornando generalizada, não são mais leigos e padres. Sanchis afirma que são “individualmente considerados, os acusados de subversão, é a Igreja enquanto instituição que se torna suspeita de infiltração comunista” (1998, p. 44).

Em outras palavras, qualquer protesto, qualquer medida em defesa dos direitos humanos violados, era vista como colaboração com o comunismo e proteção terrorista. A Igreja Católica não é poupada pelo Governo Federal e os órgãos de repressão; ao contrário, usam seus poderes limitados para pressioná-la e demovê-la de sua posição contestatária ao Regime.

Após essas mudanças políticas, foram determinadas cassações e perseguições aos opositores, com risco de pena de morte. Mais uma vez a Igreja se divide a respeito. Durante o carnaval de fevereiro de 1969, a CNBB reuniu-se para elaborar um pronunciamento oficial sobre o contexto político brasileiro e as relações entre Igreja e Estado. O pronunciamento foi publicado nos jornais, cinco dias após a reunião, afirmando, logo de início, que: “a Igreja não podia fugir de uma real colaboração com o governo em todos os setores onde sinceramente se procurarem a verdade e a justiça, a liberdade e o amor” (ANGELOZZI, 2017, p. 120). Os Bispos também se posicionaram sobre o AI-5, afirmando que:

A edição deste possibilitava arbitrariedades, entre as quais a violação dos direitos fundamentais do homem, como o de defesa da legítima expressão do pensamento e de informação e ameaçava a dignidade da pessoa (ANGELOZZI, 2017, p. 121).

Por fim, o documento termina com um apelo à redemocratização do país, dizendo:

Nosso ardente desejo traduzido em apelo a todos os homens de boa vontade, principalmente aos atuais responsáveis pelos destinos da nação, é que se leve a termo, quanto antes possível, a redemocratização do regime e cumprimos o dever pastoral de lembrar que aqueles que detém nas mãos o poder de decisão assumem, perante Deus e perante a História, imensa responsabilidade (ANGELOZZI, 2017, p. 121).

Em resumo, este documento elaborado pelos Bispos refletia a situação da Igreja Católica no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Reafirmaram a posição da Igreja, quando se trata sobre os movimentos de esquerda e ao comunismo, onde afirmaram que moviam a Igreja para o bem comum e não para ações políticas e partidárias. Mas os Bispos e todo o Clérigo estavam divididos. Isso ficou em evidência a cada dia com as manifestações e declarações de alguns bispos. O Cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, o cardeal arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer e o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, mantiveram suas opiniões, apoio e aliados ao governo militar.

Com a doença do presidente Costa e Silva, que tempos depois se agravou, foram declarados vagos os cargos de presidente e vice-presidente e um pedido de convocação de novas eleições, de forma indireta, para a chefia do Executivo. Após negociações e acordos firmados

entre militares e civis, Emílio Garrastazu Médici foi eleito para assumir a presidência da República, ao lado do seu vice-presidente, o almirante Augusto Rademaker.

Dom Agnelo Rossi, marcou um encontro, em Brasília, com o recém-empossado presidente Médici, para tratar assuntos sobre a relação do Estado com a Igreja Católica e sobre os frades dominicanos que foram presos, acusados de proteger Carlos Marighella, que foi líder da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Segundo Lincoln Secco, professor de História Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, define Carlos Marighella como:

Carlos Marighella foi um estudante baiano, dirigente do partido comunista, afrodescendente e líder da Aliança Libertadora Nacional. Devido à sua opção pela resistência armada à Ditadura Militar, ele foi assassinado em 1969 por agentes da repressão política. Marighella tinha sido um dirigente comunista, deputado constituinte e até inspirou um personagem do livro *Subterrâneos da Liberdade* de Jorge Amado. Foi preso no Estado Novo e assassinado na Ditadura Militar. Tinha um grande apelo para a juventude militante de esquerda porque manteve o marxismo-leninismo como conteúdo de seu pensamento, mas rompeu com a forma do partido Leninista e criou uma organização com uma forma revolucionária em que a ação revolucionária era o mais importante (SECCO, 2022).

Dessa forma, após os últimos acontecimentos, o cardeal distribuiu uma nota aos jornalistas presentes, dizendo:

Que a Igreja continuaria a manter relações cordiais com o regime, visando somar forças para o bem do país. Quanto aos dominicanos presos, declarou que cada um tem responsabilidade própria e deve responder pelos seus atos (ANGELOZZI, 2017, p. 121).

Em outubro de 1970, houve a troca de bispos na Arquidiocese de São Paulo e Dom Paulo Evaristo Arns assumiu a Arquidiocese. Com a sua chegada, os conflitos entre a Igreja e o Estado aumentaram ainda mais o clima de tensão entre os dois.

Segundo Angelozzi, “Dom Paulo Evaristo Arns era defensor dos pequenos, dos pobres, dos direitos humanos, do combate a toda forma de opressão, ou seja, anunciar e denunciar” (2017, p. 122). Essas questões influenciaram as dioceses de todo o Brasil, causando ainda mais uma divisão de alguns bispos, que eram a favor do regime, contra os que não concordavam com as atitudes dos militares.

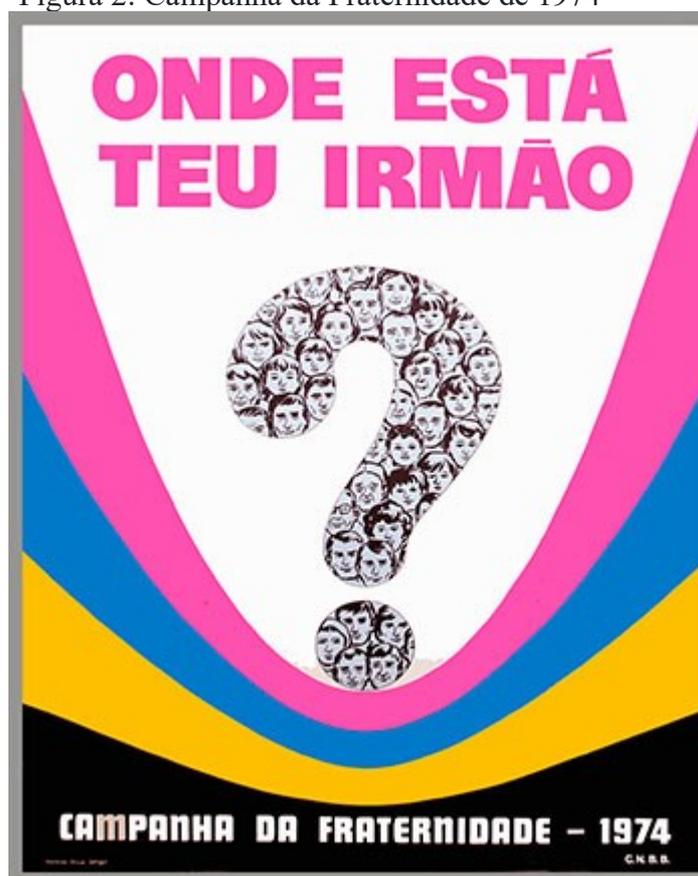
Para alguns setores da Igreja Católica no Brasil, a década de ruptura com o papel tradicional da Igreja, que passou a se voltar mais para os movimentos das classes trabalhadoras e para as forças sociais empenhadas na transformação da sociedade. (ANGELOZZI, 2017, p. 125).

Com o objetivo de voltar o seu olhar aos movimentos presentes no período dos anos 70, a Campanha da Fraternidade⁷, passou a ter mensagens relacionadas as questões sociais, reforçando a ideia da igreja de ir contra a todos os ataques de censuras, torturas e mortes que ocorriam no Regime Militar.

Como aconteceu na campanha da fraternidade de 1974, no qual fez um forte apelo à reconstrução a vida, com o lema “Reconstrói, protege a vida de indefesos e inocentes. Onde está o seu irmão, Eu estou sofrendo nele.” Angelozzi afirma que:

os versos “apelavam para a identificação com a dor alheia, comparando ao próprio Cristo os martirizados do regime, como os pobres, famintos, operários, perseguidos políticos ou marginalizados de qualquer tipo ou gênero (ANGELOZZI, 2017, p. 127).

Figura 2: Campanha da Fraternidade de 1974



Legenda: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1974, que pergunta “Onde está teu irmão?”

Fonte: Site oficial da Campanha da Fraternidade.

Em meados dos anos 1970, a oposição começava a ganhar forças através das manifestações e fortes movimentos contra o Regime Civil Militar, que resultou na liberalização do Regime. O confronto com a Igreja Católica e o Estado foi muito desgastante para o governo

⁷ É uma campanha realizada anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no período da Quaresma.

que tratou de estabelecer pontes com a Igreja a partir de um princípio, que era a luta contra a tortura.

Mas a oposição e a Igreja não eram termômetros mais sensível a indicar a necessidade da distensão. Esse termômetro se localizava nas relações entre as Forças Armadas e o poder. O poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das Forças Armadas (FAUSTO, 2011, p. 271).

Para neutralizar a hierarquia de qualquer repressão ao regime, foi necessário neutralizar a linha dura, aliviar a repressão e de forma ordenada, promover a “volta dos militares aos quartéis.” Com objetivo de anular a linha dura do Regime Militar, o governo permitiu que as eleições legislativas de novembro de 1974 acontecessem de forma mais liberal, com partidos podendo discursar nas rádios e televisões.

Porém, devido a uma série de repressões imposta pelo governo tempos depois, em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, que foi diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, foi intimado a comparecer ao DOI-CODI⁸, por ser um dos principais suspeitos de ter ligações com o PCB. Herzog foi até lá e dali não saiu mais vivo. No primeiro momento, a sua morte foi apresentada como suicídio por enforcamento, mas, na verdade, o que aconteceu foi tortura seguida de morte.

Foi um fato marcante e de grande indignação, principalmente pela população e a Igreja Católica. “A Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mobilizaram-se, denunciando o emprego sistemático da tortura e os assassinatos encobertos” (FAUSTO, 2011, p. 272).

Meses depois aconteceu um caso parecido, com o metalúrgico Manoel Fiel Filho, que na versão oficial era de suicídio por enforcamento, mas, na verdade, foi o mesmo que aconteceu com o Herzog, tortura seguida de morte.

As relações entre Igreja-Estado durante o período de 1974 até 1978 foram de bastante conflitos, com a Igreja sendo considerada como uma das principais inimigas do Regime Militar. Isso ocorria, devido alguns Bispos serem mais críticos ao governo, manifestando-se publicamente e promovendo campanhas contra o governo.

Um relatório do 2º Exército, escrito em 1974, declarava que: “o clero se constituiu no mais atuante dos inimigos que atentam contra a segurança nacional, promovendo, através de processos nitidamente subversivos⁹, a substituição da estrutura político-social-econômica brasileira por uma nova ordem, em tudo semelhante à filosofia marxista (MAINWARING, 2004, p. 178).

⁸ Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964.

⁹ Aqui Mainwaring refer-se à visão dos militares sobre tais processos. Ou seja, de seu ponto de vista, eram processos subversivos.

Durante esse período, as relações entre Igreja e Estado eram de extrema tensão, pois ocorreram neste tempo incidentes de repressões contra a Igreja. O primeiro ocorreu em julho de 1976, em Mato Grosso, no local onde a FUNAI havia reservado uma área para os índios demarcarem suas terras, mas, quando começaram a fazer isso, chegou um grupo armado de 60 homens com fazendeiros e atiradores contratados.

Eles seguiram em direção a casa paroquial, onde um padre tentou acalmar toda a situação, mas não obteve sucesso e acabou sendo espancado. Pouco depois o padre Rodolfo Lunkenbein chegou junto com os outros índios para tentar amenizar o conflito, mas os homens armados queriam a terra que era dos índios e acabou gerando um confronto no qual morreram dois índios e cinco ficaram feridos.

Aconteceu na cidade Ribeirão Bonito, Mato Grosso, na prelazia de Dom Pedro Casaldáliga, onde a violência e a repressão aconteciam com bastante frequência. O caso sucedeu da seguinte forma:

No início de outubro de 1976, enquanto a polícia torturava publicamente dois irmãos devido aos seus esforços para organizar os camponeses, o chefe da polícia foi assassinado por retaliação pela constante brutalidade contra a população. Dias depois, em 5 de outubro, a mãe dos dois irmãos, que nada tinha de ver com o assassinato, foi presa, espancada e torturada. No mesmo dia, a esposa de um dos irmãos foi aprisionada e estuprada por um grupo de soldados que também queimou sua casa e destruiu a sua colheita. A 11 de outubro de 1976, devido aos relatórios sobre a violência generalizada contra a população local e as torturas das duas mulheres, padre João Bosco Burnier e Dom Pedro pararam em Ribeirão Bonito na volta de uma reunião de agentes pastorais sobre os problemas dos índios. Os dois foram até a delegacia para dar queixa das prisões e das torturas. A polícia não estava disposta a ouvir e ameaçou matar o padre e o bispo caso fizessem uma denúncia. Um dos soldados bateu no padre Bosco com o seu rifle e logo depois atirou em sua cabeça, assassinando-o (MAINWARING, 2004, p. 179).

Em meados de 1983, o Partido dos Trabalhadores começou a levantar, através dos seus movimentos, uma campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República. Um movimento que se uniu aos outros partidos com o objetivo de derrubar de vez o Regime Militar. Foi realizado um enorme comício em São Paulo. A partir daí, o movimento só cresceu também em outros Estados. Ruas cheias e gritos de “diretas já” foram ouvidos em todos os cantos do país.

Diante disso, a população colocava nas manifestações suas reivindicações, como: “a expectativa de uma representação autêntica, resolução de problemas como salário, segurança, inflação, que apenas a eleição direta para Presidente da República não poderia solucionar” (FAUSTO, 2011, p. 282). Com isso, em 1985, ocorrem as eleições indiretas e a oposição dos militares. Tancredo Neves e o seu vice José Sarney ganham as eleições e colocam um fim à Ditadura Civil-Militar.

1.1 Teologia da Libertação

Durante o período da Ditadura Civil-Militar, no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, surge a Teologia da Libertação, que tinha como característica principal a opção pelos pobres¹⁰.

A teologia da Libertação pretende atualmente ser a maneira mais coerente de articulação entre fé cristã e práxis libertadora [...]. Antes de tudo ela quer ser verdadeira teologia. Isto significa que deve ser e também é um discurso educador da fé do País [...]. Comandado por esta fé e em função das obras da fé se obriga à mediação sócio analítica [...]. A fé produz uma forte sensibilidade pelos problemas da exploração do povo, pois os interpreta como manifestações de pecado (BOFF, 1991^a, p. 11).

A Teologia da Libertação foi elaborada por teólogos como Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, Juan Luiz Segundo, Jon Sabino, dentre outros. Segundo Camurça (2013, p. 35), “essa teologia constitui-se como a primeira dos tempos modernos produzida na periferia da Igreja e comprometida de forma radical com os pobres e excluídos.”

Para a Igreja, seria difícil aceitar a Teologia da Libertação, devido a grandes resistências da ala tradicional conservadora do catolicismo, que perdura até os dias de hoje. Essa aproximação da Teologia da Libertação com o marxismo era um dos pontos que incomodava bastante tanto militares como a hierarquia da Igreja Católica.

O que permitiu a conciliação entre revolução e cristianismo nesse movimento da Teologia da Libertação foi a convergência de visões de mundo entre cristianismo e marxismo: em ambos, valores anti-individualistas e comunitários, protagonismo dos oprimidos, crítica do capitalismo e do liberalismo econômico, perspectiva universalista de transformação da humanidade e visão teleológica/finalista do “Reino de Deus” ou da “sociedade sem classes” (LÖWY, 2000, p. 116-117).

Desse modo, a configuração religiosa da “Igreja da libertação” não se diluiu numa prática eminentemente marxista. A Teologia da Libertação persistiu em uma óbvia rejeição à visão marxista da religião como “ópio do povo”.

Embora aceitassem uma parte dessa crítica com relação à ação histórica das igrejas cristãs, como legitimadoras do *status quo* (Löwy, 2000, p. 131-132), a aceitação da crítica marxista foi feita em nome de um cristianismo autêntico, de acordo com o seguimento do “mestre Jesus” e dos valores do Evangelho, de solidariedade e compaixão para com os oprimidos.

¹⁰ “A teologia da libertação é feita a partir deste lugar social: junto com os pobres, assumindo sua causa e partilhando de suas lutas. Toda teologia é feita a partir de algum lugar predominante, mesmo aquela que se pretende universal e oficial [...] (BOFF, 1986, p. 21).

Os princípios da Teologia da Libertação passaram a embasar as ações de parte do clero católico para a defesa de seus ideais. Mas quais seriam esses princípios? Michael Löwy (2000) enfatiza oito pontos que seriam os pilares principais da teologia da Libertação, entre os quais se destacam: a libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo, uma nova leitura da Bíblia, uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, uma opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de autolibertação.

Leonardo Boff (1975) afirmou que, ao notar que a pobreza vem de um problema estrutural, existe a necessidade de compreender que, sem transformações econômicas e políticas, não existem condições de superação da pobreza, conseqüentemente, de um discurso sério sobre Deus.

Segundo Martins (2010), a tarefa principal da teologia foi fazer vir a luz, o processo de libertação, que manifestou na ambigüidade da vida como devir da humanidade. Este processo coloca o homem como participante e construtor da sua própria história. Onde desenvolve consciência das circunstâncias que o inserem novamente no mundo e com melhor visão desse mesmo mundo em que vive.

Assim, o homem somente é compreendido segundo a sua condição no tempo, que se manifesta nas estruturas sociopolíticas. A teologia toma consciência dessa realidade de dois modos: pela articulação sacramental e pela crítica. É no interior dessas articulações que acontecem os três passos do método teológico: análise da realidade, reflexão teológica, pistas para uma nova ação pastoral (Martins, p. 23, 2010).

A tarefa da Teologia da Libertação foi trazer os processos de opressão e a possibilidade de libertação, que se manifestam na ambigüidade da vida, como devir da humanidade. Fazendo com que esse processo torne o homem histórico e cria condições para que o mesmo esteja inserido novamente no mundo. Assim, o homem somente é compreendido e se compreende segundo o seu contexto, que se manifesta nas estruturas sociopolíticas. (BOFF, 1980, pp. 13-26, 73-82.).

Nesse sentido, Martins (2010), traz uma definição da Teologia em cima da escrita do Hugo Assmann(1970)¹¹, que através de um pensamento crítico, tendo a práxis de libertação como ponto principal, que emerge da análise da realidade para promover, num segundo momento, uma construção teológica. Onde foi dividido, de forma estrutural, em “análise da realidade, reflexão teológica e considerações pastorais” (ASSMMAN, 1970, p.50).

¹¹ Considerado como participante fundador da Teologia da Libertação, onde diz que a tarefa da Teologia é levar em consideração essas libertações diversificadas ao longo da história e construir seu próprio projeto de libertação.

No final dos anos 1970, com a Ditadura se caminhando para o seu fim e o país adentrando no processo de redemocratização, por parte do Vaticano, buscou-se frear a ajuda que a Igreja no Brasil prestava na mudança social da sua população. Como tentativa de “normalizar a Igreja Brasileira”, Michel Löwy (2000) diz que uma das medidas aplicadas foi a de recuperar o controle da Igreja por meio de indicações de bispos conservadores não comprometidos com a questão social nas principais Dioceses e postos da Igreja brasileira. O que se viu foi a "nomeação de bispos conservadores que muitas vezes destroem ou enfraquecem as estruturas pastorais estabelecidas por seus predecessores” (LÖWY, 2000, p. 154).

1.2 Atuação dos “bispos vermelhos”

Apelidados, pelos agentes da Ditadura Civil-Militar, de “bispos vermelhos”, em alusão ao comunismo, eles tiveram atuações diretas contra Ditadura no Estado do Rio de Janeiro. Os bispos são: Dom Adriano Hypólito, ex-bispo de Nova Iguaçu, Dom Waldyr Calheiros, ex-bispo de Volta Redonda; Dom Clemente Isnard, ex-bispo de Nova Friburgo; e Dom Mauro Morelli, ex-bispo de Duque de Caxias.

1.3 Dom Adriano Hypólito

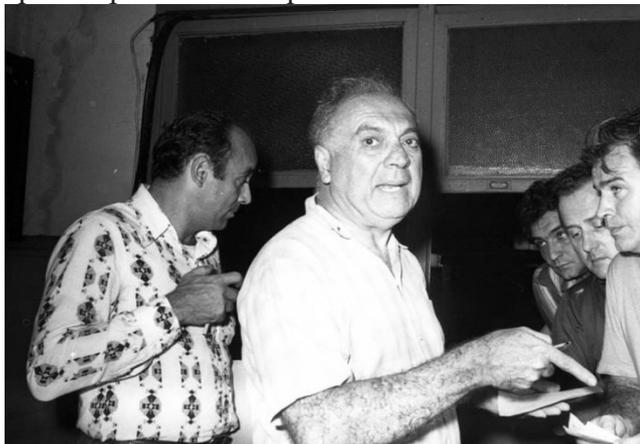
Dez anos após assumir a Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito organizou movimentos populares. Durante esse período, ele foi ameaçado, sequestrado e torturado pelos agentes civis-militares que viam o arcebispo como um lutador de causas como justiça social e de direitos humanos.

Durante o período em que esteve à frente da Diocese, foi sequestrado e torturado, despido e abandonado num matagal pintado de vermelho, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Também teve o seu carro, um Fusca, levado até as proximidades da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na Glória, e destruído numa explosão. O atentado seria uma ação da Aliança Anticomunista Brasileira, mas nunca um envolvido foi sequer identificado ou punido pelas autoridades. Numa entrevista, o Dom Adriano comenta sobre o ocorrido:

Eram seis homens e estavam armados com revólveres. Eles enfiaram um capuz na minha cabeça, me obrigaram a entrar num automóvel, arrancaram minhas roupas e passaram a chutar e pisar meu corpo. Eu estava certo de que iam me matar. Refleti sobre os motivos que levariam aqueles homens a me tirar a vida e concluí que aquilo tudo só podia ser consequência de minha atuação. A 198 Dom Adriano entre os libertadores da América consciência disso me acalmou, preparei-me para morrer, enquanto meus sequestradores prosseguiram me submetendo a toda sorte de

humilhações. Depois de esguicharem um spray de tinta vermelha sobre meu corpo, me abandonaram algemado e nu, numa rua escura de Jacarepaguá. Mas antes me advertiram que da próxima vez eu não escaparia com vida. (DANTAS, 1978, p. 3).

Figura 3: Dom Adriano concedendo entrevista após o episódio de sequestro



Legenda: Entrevista ao Jornal Globo após ter sido solto do sequestro e tortura.
Fonte: Site oficial Com Causa Cultura de Direitos.¹²

Com este mesmo posicionamento, o jornal Movimento, de 09 de dezembro de 1979, afirmou que militares, liderados por José Ribamar Zamith, foram os responsáveis pelo sequestro do bispo. Ainda de acordo com este jornal, o Exército sabia da autoria do sequestro, mas manteve a informação secreta. Contudo, no relatório final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), consta:

José Ribamar Zamith Capitão Comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército. Participou de sessões de tortura nas instalações do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), posteriormente Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro. É também suspeito de ter participado do sequestro do bispo dom Adriano Hipólito, em 1976, e do atentado à bomba no Riocentro, em 1981. (CEV-RIO, 2015, p. 414).

Vítima de infarto, Dom Adriano Hypolito morreu no dia 10 de agosto de 1996.

1.4 Dom Waldyr Calheiros

Para entendermos um pouco da atuação do Dom Waldyr como arcebispo da Diocese local, vamos entender como surgiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Chega no Rio de Janeiro, na cidade de Volta Redonda¹³, no ano de 1930, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um projeto siderúrgico, que demorou 11 anos para sua realização.

¹² <https://www.comcausa.org.br/domadriano/>

¹³ localizada na região do Médio Paraíba, Sul Fluminense do Estado.

Volta Redonda nasce, portanto, da articulação de interesses corporativos dos militares, dos interesses do capital nacional-internacional aliados ao Estado, apontando para um vago projeto nacionalista industrializante. (SOUSA, s/d.:5)

Com a inauguração da CSN, em 9 de abril de 1941, a cidade faz uma reformulação em sua identidade social. Ocupada até então por grandes proprietários e trabalhadores rurais, com a chegada da CSN, a cidade assume uma nova identidade, ficando conhecida como a “Cidade do Aço”. Com isso, começaram a surgir muitos trabalhadores do interior para constituírem a mão de obra da Companhia.

Nos anos 1950, o operariado está constituído e formado sob a ideia industrial. Entende o sindicalismo como o principal intermediário nas lutas entre o capital e o trabalho. Nos primeiros anos da década de 1960, surgem ideias para o sindicalismo e, em 1964, logo após o Regime Civil e Militar, acontece o primeiro movimento liderado pelo sindicato, que é a primeira greve geral dos trabalhadores da empresa.

Com a greve, a cidade e o Sindicato dos Metalúrgicos foram invadidos pelos civis-militares, fazendo com que muitos dos seus dirigentes fossem presos e torturados, tendo a sua documentação apreendida. Conseqüentemente, acontece o esvaziamento do movimento sindical, já que pessoas ligadas à Ditadura assumem o poder do sindicato. Por causa disso, o sindicalismo começa a perder forças nas lutas sociais. Vale destacar que, nesse período, Volta Redonda torna-se área de segurança nacional, o que dificulta ainda mais a mobilização e articulação do movimento sindical.

Durante esse período, Dom Waldyr Calheiros chega à Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, tendo a percepção de que, na cidade operária, cercada por militares, está o caminho central para o bem da população. Buscou-se defender os mais pobres e se envolver diretamente com os problemas dos trabalhadores. Encontrou ali uma realidade bastante desafiadora, com impressionante repressão civil-militar, com líderes sindicais presos e refugiados. Vendo essas questões, ele dá início ao seu bispado com novas orientações voltadas às minorias e movimentos sociais, diferentes do seu antecessor e alinhado com as ideias propagadas no Concílio Vaticano II (ESTEVEZ, 2011).

Uma das suas primeiras medidas foi a descentralização das atividades da Diocese e a criação de 105 pequenas comunidades, onde incentivava a discussão de problemas de ordem cotidiana, como moradia e escola. Segundo Estevez, “essa transformação sofrida encontra explicação num contexto mais amplo vivido pela Igreja Católica em nível internacional, desde o surgimento da Ação Católica” (ESTEVEZ, 2011, p. 8). Portanto, é possível observar uma

Igreja atenta aos problemas sociais, preocupada com a resolução de questões práticas da vida cotidiana.

No ano de 1967, o arcebispo teve seu primeiro desentendimento com o regime militar, quando se recusou a celebrar uma missa pelo aniversário da “Revolução”¹⁴, como os militares se referiam ao dia 31 de março de 1964. Essa decisão causou revolta nos militares e em alguns padres conservadores, que não aceitavam a decisão do Dom Waldyr de recusar a celebração da missa.

Logo depois desse primeiro desentendimento, no mesmo ano, ocorreu o episódio da prisão de dois jovens da JUDICA (Juventude Diocesana Católica), que causou ainda mais o embate entre o Arcebispo e o Regime Militar. Posto isso, Dom Waldyr, mais uma vez, se posiciona contra o regime repressivo militar. Por conta desse acontecimento, ele publica uma declaração no Jornal do Brasil conhecida como “Os sete pecados capitais”. Foi um longo depoimento, no qual aponta sete pecados cometidos pelo regime militar e por alguns padres conservadores. O documento dizia o seguinte:

1) com um acordo salarial que vem se arrastando há cinco meses, e enquanto isso vários operários são privados até „dessas migalhas que caem da mesa de seu Senhor
2) estou preocupado que, para alguns, este aumento acrescenta NC\$ 160,00 a mais no seu salário, enquanto, para outros, o aumento representa mais ou menos NC\$ 21,00, que, somados ao seu salário atual, chegam a NC\$ 150,00, mais ou menos, quantia inferior ao simples aumento dos primeiros. O pão que este come é o mesmo preço. A carne que estes não comem é o mesmo preço para aqueles que a comem; 3) estou preocupado que este aumento não venha a cobrir o saldo devedor dos operários, que já é preocupação da CSN, e que centenas de operários, no dia do pagamento, levam para suas casas, motivando tristeza para alguns lares, desentendimentos em outros e desespero para muitos, pondo a estabilidade da família em jogo; 4) estou preocupado com o índice elevado de doentes mentais entre operários, não só novos, como antigos. Alarma-nos também o número de alcoólatras; 5) estou preocupado com a manutenção de castas sociais: Laranjal é para ... a Vila é para ... apartamentos é para ... Isto é criar rivalidades entre classes. São ilhas criadas; 6) estou preocupado com a vida de comunidade dos moradores nas casas que não lhes pertencem. Sei que a própria CSN está preocupada também há vários anos. As casas não lhes pertencendo e não podendo comprá-las, ninguém se sente estável e seguro. Daí, a apatia por qualquer coisa da cidade. Esta indiferença entre pessoas humanas é pernicioso no relacionamento humano; 7) estou preocupado com o excesso da oferta de trabalho e a exploração de algumas empresas que se aproveitam da situação, impondo-lhes pagamento arbitrário, em desrespeito à legislação vigente. (ESTEVEZ, 2011, p. 7).

Por conta disso, o bispo pediu para ser preso, em solidariedade aos operários que foram detidos por terem participado de uma encenação da Igreja, considerada subversiva, na celebração dos 20 anos da Declaração dos Direitos do Homem, em 1968. Em carta de esclarecimento sobre o ocorrido, destinada à comunidade diocesana, Dom Waldyr afirmou:

¹⁴ Comemoração pelo dia do Regime Militar, que aconteceu no dia 31 de março de 1964.

Disse-lhe que ele haveria de convir não ser possível eu assistir passivamente prisões de pais de famílias, privados da convivência com sua esposa e filhos, enquanto eu, o causador, o criminoso, o comunista e subversivo, estava solto. Então, que ele me considerasse também prisioneiro (ESTEVEZ, 2013, p. 85).

No primeiro momento, os militares afirmaram não ter a intenção de prender o bispo, mas tempos mais tarde, o coronel Armênio afirma que toda essa situação não passou de um ato teatral feito pelo Dom Waldyr, na tentativa de “a transformar-se em ‘mártir’, de forma a anular a impressão causada à imprensa e aos líderes católicos da área, quando lhes foi feita, por mim, uma explanação comprovada, da forma de agir do Sr. Bispo e de alguns prelados seus auxiliares” (ESTEVEZ, 2013).

O arcebispo Dom Waldyr motivado pela Encíclica *Populorum Progresio*¹⁵, do Papa Paulo VI, disse que em casos de opressões evidentes e prolongadas, a oposição revolucionária era o caminho de disputa aceita, pensando no bem dos oprimidos pelo regime civil-militar.

Após a declaração gerar grandes proporções, a Igreja novamente voltou a posicionar-se a não aceitação de certos abusos cometidos pelo Regime, dando o total apoio ao Dom Waldyr. Formou-se um grupo de bispos e padres a nível nacional e, posteriormente, em toda a América Latina, os quais se posicionavam contra o Regime Civil-Militar e debatiam dentro das igrejas “as ideias socialistas, engajando leigos e religiosos na luta contra a ditadura militar” (ESTEVEZ, 2011, p. 11).

Desse modo, na década de 1970, Dom Waldyr se tornava uma voz cada vez mais potente na necessidade de intervenção do campo religioso na política. Segundo dados¹⁶, dos 200 bispos existentes no Brasil, cerca de 90% estavam contra a ditadura.

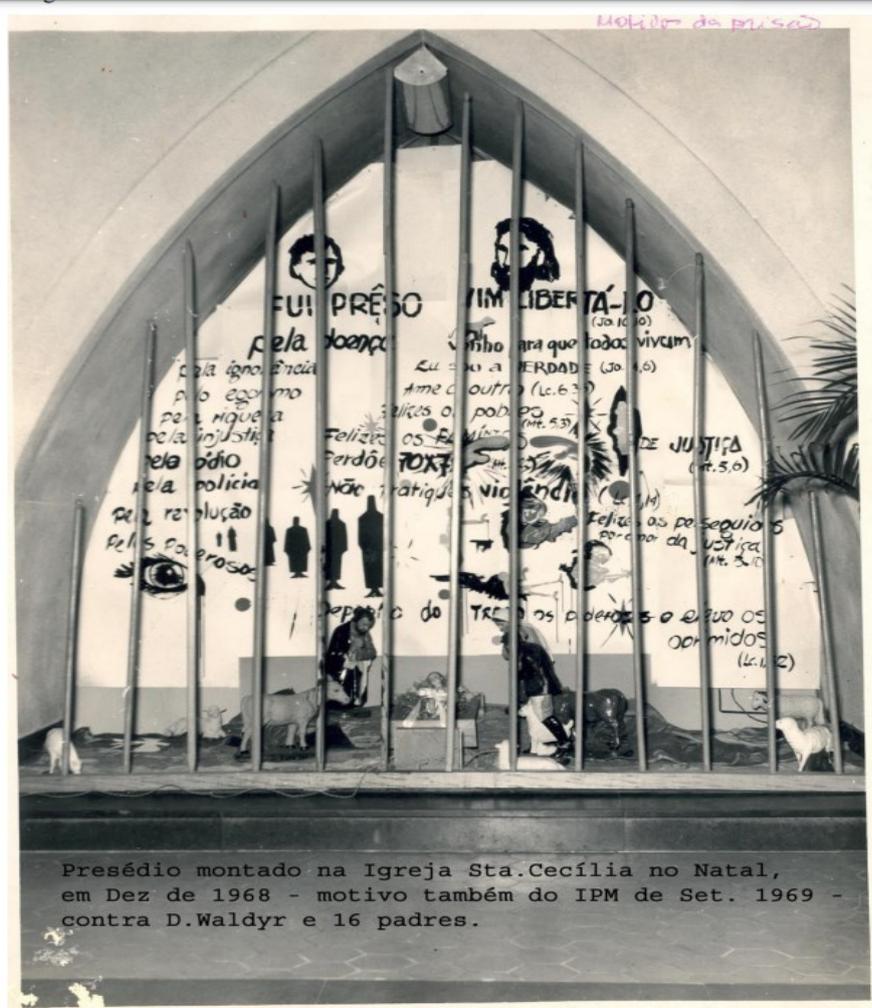
Na mesma época, ocorreu o CELAM¹⁷, Conselho Episcopal Latino-Americano, que tinha como tema “Opção pelos Pobres”, no qual abordou discussões sobre os movimentos sociais presentes na América e a repressão que acontecia em alguns países, principalmente no Brasil.

¹⁵ *Populorum Progresio* é uma encíclica escrita pelo Papa Paulo VI e publicada no dia 26 de março de 1967. Foi dedicada à cooperação entre os povos e aos problemas dos países em desenvolvimento.

¹⁶ Dados abordados no artigo “Igreja Católica em Volta Redonda: configurações e enquadramentos.”, de Alejandra Estevez, 2011.

¹⁷ O foco principal desta Conferência foi sobre os pobres, priorizando a reorganização das pastorais, tendo como principal objetivo a “promoção humana como principal linha de ação em favor do pobre, respeitando a dignidade pessoal do homem e ensinando-lhe a ajudar a si mesmo” (ANGELOZZI, 2017, p. 117).

Figura 4: Presépio montado na Igreja Santa Cecília.



Legenda: Presépio montado na Igreja Santa Cecília, simbolizando o período de exceção e perseguição que muitos membros ligados à Igreja estavam sofrendo.
Fonte: ESTEVEZ, 2013.

Por ocasião do Natal de 1968, na igreja Santa Cecília, foi concebido um presépio que causou grande indignação da parte das autoridades militares e municipais e servia para aumentar a lista de atos “subversivos” cometidos pelos católicos da cidade. As tradicionais cenas reproduzidas no presépio de Jesus menino na manjedoura acompanhado dos reis magos, símbolo maior do catolicismo nessa época do ano, fazia direta referência ao período de exceção e perseguição que muitos membros ligados à Igreja estavam sofrendo. A parede ao fundo do presépio aludia a um preso – segundo as inscrições, “pela ignorância, pelo egoísmo, pela riqueza, pela injustiça, pelo ódio, pela polícia, pela revolução, 84 pelos poderosos”. A seu lado, estava a imagem de Jesus Cristo, simbolizando a libertação do homem contra todas estas opressões, deixando clara a opção preferencial pelos pobres, assumida pouco antes em setembro de 1968, na Conferência de Medellín. Todo este cenário encontrava-se atrás de grades, aludindo ao ambiente prisional (ESTEVEZ, 2013, p. 86).

Foram essas ações do Arcebispo de Volta Redonda, de permanecer do lado dos que sofreram com a terrível Ditadura, que ocasionaram momentos de tensões entre o Estado e a Igreja, ocasionando repressões terríveis para os religiosos que defendiam quem era contra o

regime civil-militar. Assim, foram considerados, inclusive o arcebispo, como uma pessoa comunista, por denunciar as repressões impostas pela repressão.

1.5 Dom Mauro Morelli

Dom Mauro Morelli, arcebispo emérito da Diocese de Duque de Caxias, que morreu em outubro de 2023, foi um bispo muito atuante na luta contra a Ditadura Civil-Militar e também na ajuda das minorias, os que sofriam fortes repressões dos civis-militares. Vestia-se de maneira simples, “com calças e a camisa negra, óculos de finas hastes de metal cromado, anel de prata na mão direita e sobre a cabeça um chapéu; no inverno para espantar o frio e no verão para proteger do sol”¹⁸.

“Havia nove anos que um bispo não pisava lá. Eu fui em fevereiro de 1975 e, na primeira vez, a professora explicou para as crianças como era um bispo. Cheguei vestido assim [de calças e camisa negras], e aí, que desencanto! Todo mundo com bandeirinha esperando! Só depois eles descobriram que o bispo não é só roupa”, destaca (entrevista Wolfart e Machado).”

Permaneceu como bispo da Diocese de Duque de Caxias de 1981 a 2005. Dom Mauro foi visto pelos militares, segundo relata o jornalista Bernardo Mello Franco¹⁹, como “progressista radical e defensor de subversivos” e “desde seu tempo de seminário, está voltado para ideias marxistas”.

Figura 5: Dom Mauro Morelli



Legenda: Dom Mauro Morelli discursa para posseiros em Duque de Caxias, em 1982

¹⁸ Trecho da entrevista feita pela Graziela Wolfart e Ricardo Machado – O incansável Dom Mauro Morelli.

¹⁹ <https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/coluna/2023/10/chamado-de-radical-na-ditadura-dom-mauro-morelli-dedicou-vida-a-luta-contr-a-fome.ghtml>

Quando se tornou bispo de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, viu e conviveu de perto com a miséria nas favelas, fome e violência. Também atuou e incentivou movimentos sociais e organizou um mutirão para combater a desnutrição infantil. Na Diocese, ele permaneceu por 24 anos como Arcebispo, que segundo Dom Mauro, antes de chegar “à Diocese quando foi implantada, não tinha um tostão em caixa, tinha só um padre e ninguém sabia onde eu ia morar” (WOLFART; MACHADO, 2013, p. 52).

As participações e apoio de Dom Mauro nas manifestações e protestos em favor da população incomodavam o regime civil-militar. Assim que chegou na Diocese de Duque de Caxias, ele soube da greve dos trabalhadores de uma fábrica da Fiat (antiga Fábrica Nacional de Motores – FNM), em Xerém, e logo foi manifestar o seu apoio aos trabalhadores, mesmo a greve sendo considerada ilegal.

Dom Mauro apoiou o movimento e fez campanha de arrecadação de doações para ajudar os trabalhadores. Outras manifestações tiveram apoio do Arcebispo, como em 1991, quando uma manifestação fechou a Avenida Washington Luís protestando contra o descaso das autoridades com saúde na Baixada (MATOS, 2006, p. 105).

Por fim, Dom Mauro, em 2005, renuncia a Diocese de Duque de Caxias e declara dedicação exclusiva à luta pela segurança alimentar e cobrar assistência dos governantes municipais, estaduais e federais. “A prioridade da minha vida será incomodar todos os que governam” (FRANCO, 2023, p. 12).

1.6 Dom Clemente Isnard

Dom Clemente Isnard, o primeiro arcebispo da Diocese de Nova Friburgo, entre 1960 e 1994, no período da Ditadura Civil-Militar, atuou na proteção a perseguidos políticos da época. Durante esse período, ele atuava contra a Ditadura de modo silencioso, evitando falar de políticas nas celebrações, mas, fora delas, ajudava militantes perseguidos por militares, abrigando-os em sua casa e num seminário, em Lumiar, zona rural de Nova Friburgo.

Também foi muito amigo do Arcebispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, que foi preso, torturado e roubado, sendo pintado de vermelho e deixado nu, na beira de uma estrada. Numa entrevista ao jornal da Voz da Serra, Dom Clemente conta como foi a sua atuação durante a Ditadura.

“(…) Em Friburgo, o prefeito era da UDN [União Democrática Nacional, partido político dos articuladores civis do golpe de 64], mas ele me respeitou, tanto que não organizou em Friburgo a célebre Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Foi

uma atitude de respeito à minha pessoa, sabendo que eu não aprovava aquilo. Eu nunca tive uma atitude política porque achei que não era minha função. Sempre votei e ainda voto, mas nunca participei da vida política. Acho que a Igreja não deve se meter na política. Eu fui vice-presidente da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil], no período de quatro anos em que a instituição era presidida por dom Ivo Lorscheiter. Nós comungávamos das mesmas ideias e o governo o respeitava muito, tinha um pouco de medo dele, que era bispo de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. [Dom Ivo Lorscheiter presidiu a CNBB durante período muito duro do regime militar, entre 1965 e meados da década de 1970. Nesse período, abrigou na Igreja brasileira vários defensores da Teologia da Libertação, além de bispos e sacerdotes de tendências pouco conservadoras.] Nunca escondi minhas ideias. Não pregava na igreja denunciando as torturas, mas escrevia. Agora, pessoas de menos realce sofriam, inclusive padres. Houve padres mortos. Um deles, o padre Henrique, em Recife, cuja morte foi uma espécie de meio de atingir dom Hélder [Câmara], que era o bispo de Olinda e Recife. Era um padre moço, bom, encarregado dos jovens e foi morto barbaramente. Havia entre os bispos uma atitude de profunda independência e de condenação às torturas. Eu ordenei um padre, Gérson da Conceição, que era profundamente ligado à reação antimilitar. Ele acabou sendo preso e condenado. Ele era, na época, vigário de Japuiba [em Cachoeiras de Macacu]. É claro que eu senti muito a prisão do padre, assim como as torturas que ele sofreu. No início, não era possível falar com ele, não deixavam. Depois eu pude visitá-lo, lá em Deodoro [na Vila Militar, no Rio de Janeiro]. Fui lá apenas uma vez porque eu não podia me movimentar com facilidade²⁰.

O arcebispo também comenta sobre Ivaldeck Barreto, militante que ele escondeu e facilitou a sua saída do país, quando foi perseguido pelo regime civil-militar.

“A minha casa nunca foi revistada. O Barreto, se não me engano, eu escondi na minha casa. A casa do bispo era respeitada. Eu me lembro de quando ele foi se despedir de mim, em Friburgo, e eu o acompanhei até o ônibus para o Rio, para, de lá, iniciar essa viagem. Era um ponto de interrogação. Muitas vezes a pessoa era presa na fronteira. Mas ele não foi preso. Ele trabalhava no movimento de jovens da Igreja. Era já casado e conseguiu furar a fronteira para ir para o Chile. Mas, depois, no Chile, veio o Pinochet, e ele teve que sair e foi para a França. E lá ficou em paz. Depois, quando pôde, voltou ao Brasil.”

Figura 6: Dom Clemente



Legenda: Dom Mauro Morelli discursa para posseiros em Duque de Caxias, em 1982

²⁰ Trecho da entrevista ao jornal Voz da Serra. Link: <https://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/ex-bispo-de-nova-friburgo-relembra-tempos-dificeis>

No dia 21 de agosto de 2011, em Recife (PE), morre o arcebispo Dom Clemente Isnard, após uma parada respiratória, decorrido de uma fisioterapia. Quando esteve vivo, exerceu diversas atividades, como:

Exerceu inúmeras atividades, tendo destacada atuação no **Concílio Ecumênico Vaticano II** em relação à liturgia. Foi membro do Conselho Federal de Cultura (1961), do Conselho Estadual de Educação (1961-1964) e do Conselho para Execução da Constituição de Liturgia (1964-1969).

Foi, ainda, Secretário Nacional de Liturgia (1964); Membro da Comissão Episcopal Pastoral da CNBB; Vice-presidente da CNBB (1979-1982); presidente do Departamento de Liturgia do CELAM (1979-1982); 2º Vice-presidente do CELAM (1983-1987); membro da Congregação para o Culto Divino; membro do 1º Sínodo dos Bispos em 1967.

Dom Clemente participou também das Conferências do Episcopado Latino-americano de Puebla (1979) e Santo Domingo (1992)²¹.

1.7 Comunidades Eclesiais de Base e seu papel nos processos de Alfabetização

Durante o período do regime civil-militar, também surge uma série de movimentos ligados à educação e à cultura popular. Como por exemplo, os Centros Populares de Cultura (CPC), os Movimentos de Cultura Popular (MCP), Movimento de Educação de Base (MEB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Apesar desses movimentos entrarem alguma das vezes em divergência, Gohn (2001) afirma que todos tinham afinidade estabelecida no ponto convergente, que era tomar o conhecimento como instrumento de emancipação política.

Constituída por um grupo de pessoas ligadas à ideologia da Igreja Católica Progressista a Ação Popular tinha como objetivo conscientizar e alfabetizar politicamente as camadas populares. Saviani explica:

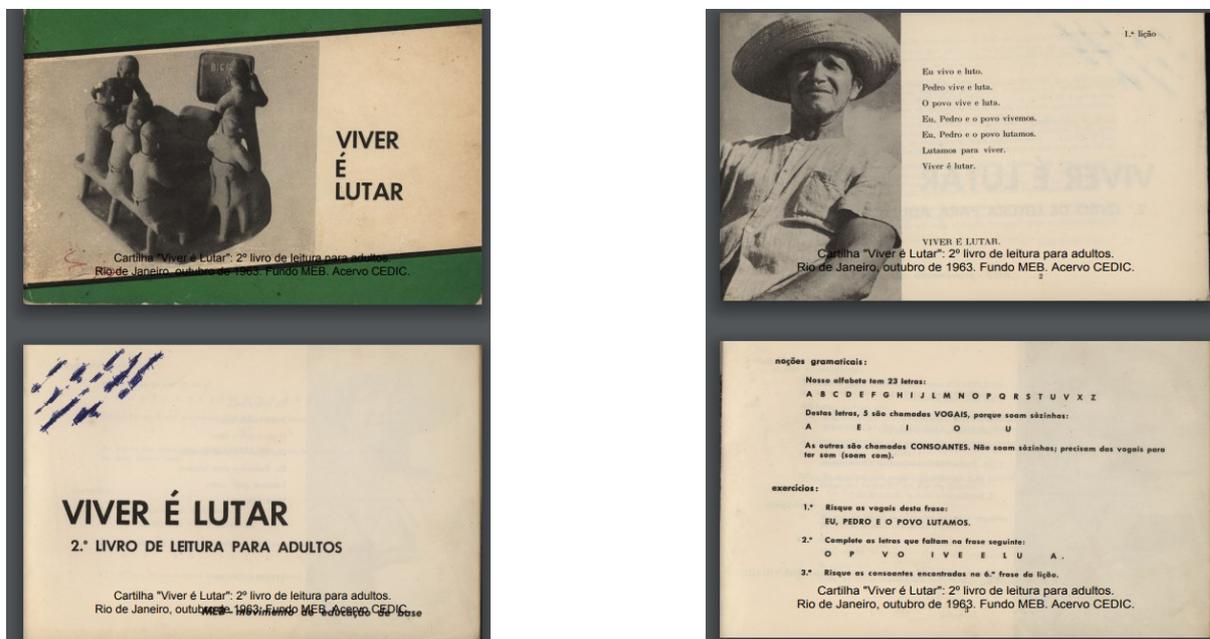
A ação popular é a expressão de uma geração que manifesta, na ação revolucionária, as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como consequência da análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que vivemos (SAVIANI, 2008, p. 339).

Com as ações criminosas recorrentes do regime civil-militar direcionadas às pessoas que se declaravam contra a Ditadura, a Ação Popular e grupos católicos como a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), apresentaram programas de alfabetização de adultos, tendo como principal justificativa a preparação da população para o trabalho.

²¹ <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/173-noticias-2011/46741-morreu-d-clemente-Isnard>

A cartilha “Viver é Lutar” foi um dos programas produzidos pela Igreja Católica, usando trabalho com textos e imagens, abordando temas como as condições precárias de vida no campo e a necessidade de sindicalização como forma de superação da realidade.

Figura 7: Cartilha Viver é Lutar



(a)

(b)

Legenda: (a) e (b) – Partes da cartilha Viver é Lutar, produzido pela Igreja Católica para a alfabetização de jovens e adultos.

Fonte: Acervo PUC – SP, 1963.

Segundo Angelozzi (2017), a cartilha chegou ser apontada como uma cartilha de ensinamentos comunistas, por possuir conteúdos politizadores, que iam contra o regime civil-militar, que era vigente naquele período.

As Comunidades Eclesiais de Bases “representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria dessa prática” (BOFF, 2004, p.145), ou seja, não vive sem o outro, pois “toda práxis contém dentro de si sua teoria correspondente” (BOFF, 2004, p. 154).

As Comunidades Eclesiais de Bases pautavam-se nas roças, cooperativas, farmácias comunitárias, nos mutirões para construção de casas e nas atividades do campo. Baseado em vivências, todos que frequentavam as Comunidades Eclesiais de Base, podiam partilhar e expressar a sua vivência do dia a dia, conforme aponta Boff:

nessas comunidades todos tinham liberdade de expressar aquilo que quisessem: falavam tanto pessoas que tinham uma formação acadêmica como aquelas que tinham seu conhecimento baseado em vivências, como velhos, crianças, sem teto, famintos, que, na sua humildade, davam seu testemunho de vida (BOFF, 2004, p. 161).

Isso leva a refletir sobre a contribuição que as Comunidades Eclesiais de Bases, movimento popular, leva ao cidadão uma educação informal, na qual a pessoa passa a ler a sua realidade, analisá-la adquirindo novos conhecimentos, não sendo limitada somente à educação formal, normalmente presa a um currículo e que pode ser muito desconectada das vivências e experiências dos alunos.

Com o fim do período da Ditadura, as Comunidades Eclesiais de Bases vão, aos poucos, se deteriorando, perdendo o seu sentido de emancipação, conforme aponta Leher (2007), afirmando que sua força estava propriamente na luta por melhores condições de vida e contra o regime.

1.8 Educação na Ditadura

Durante a Ditadura Civil-Militar, a educação, de modo geral, sofreu com as consequências do regime. Os educadores e estudantes durante esse período foram perseguidos, calados, expulsos, presos, exilados e alguns assassinados. Conforme aponta Brito, o governo autoritário abria caminho para a aplicação de suas políticas educacionais que possuíam dois grandes objetivos:

o primeiro era a formação da mão de obra adequada ao modelo de desenvolvimento econômico dos militares. O segundo era a difusão de uma ideologia favorável ao regime entre as crianças e adolescentes, começando por impor aos jovens um padrão de comportamento regrado e obediente. Estes aspectos se interligavam, pois, uma rígida disciplina escolar, baseada no medo, poderia fortalecer a obediência social no ambiente de trabalho e promover o aumento da produtividade na economia (BRITTO, 2021, p. 4).

No decurso do regime, as escolas foram mudando, tornando o seu ensino mais tradicional e voltado para conservadorismo, como aponta Bittencourt (2009, p. 226-227), “existe uma ligação entre o método tradicional e o uso da lousa, giz e livro didático: o aluno, em decorrência da utilização desse material recebe de maneira passiva uma carga de informações”.

Assim sendo, o ensino era na “decoreba”²², com repetições acontecendo mecanicamente, por exemplo: sendo permitido somente a resposta do professor nos exercícios, não permitindo a liberdade de expressão e diálogo dos alunos em sala de aula. No cotidiano das escolas, as práticas de violência contra os alunos e uma série de outras arbitrariedades, como

²² Segundo o dicionário Oxford, significa: ação de decorar dados, ger. para prestar exames escolares, mas sem a preocupação de entendê-los ou relacioná-los.

avaliações através de questionários decorados e exigência da participação em desfile cívico de 7 de setembro.

Destaca-se que os estudantes deviam aprender a ficarem quietos, calados e sentados. Nesse diapasão, as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) foram implantadas no sistema de ensino brasileiro, com objetivos do fortalecimento da unidade nacional, o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas entre outras (BRITO, 2021, p. 7).

Com base no decreto nº 869 da Constituição de 1967, a disciplina de Educação Moral e Cívica apoiava-se na defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana. A partir disso, vê-se que a estrutura das escolas era voltada para a ordem e a obediência e não para estimular o senso crítico dos alunos.

Outra mudança, a ser destacada nesse período, foi no sistema educacional, passando o Ensino Primário e o Ginásio (que configurariam atualmente o Ensino Fundamental I e II) a ser o 1º grau- Ademais, o Ensino Secundário (atual Ensino Médio) tornou-se o 2º Grau ou Ensino Profissionalizante. Nesse último segmento, encontra-se um dos grandes objetivos do governo militar, a oferta de cursos técnicos, como auxiliar de escritório ou de enfermagem, técnico em edificações, contabilidade, entre outros.

Durante esse período, tivemos a concepção inovadora de Paulo Freire, que ficou conhecida como “Método Paulo Freire”²³, que envolveu a leitura do mundo e da palavra, explorando o olhar crítico do aluno.

Tal método partiu do princípio da conscientização das pessoas, levando-as a questionarem a natureza da sua situação social, diante dos contextos históricos e sociais por elas vivenciados, a partir da reflexão crítica e consciente do mundo, visando que estas se constituíssem como sujeitos na construção de uma sociedade de fato democrática, a partir do desenvolvimento crítico da tomada de consciência por parte das mulheres e de homens (SILVA; TORRES. 2021, p. 129).

Freire era contra a concepção preconceituosa sobre o analfabetismo, denunciando a existência de uma visão inocente, dizendo que:

[...] o encara ora como uma “erva daninha” –daí a expressão corrente: ‘erradicação do analfabetismo’ –, ora como uma ‘enfermidade’ que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma ‘chaga’ deprimente a ser ‘curada’ e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de ‘civilização’ de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da ‘incapacidade’ do povo, de sua ‘pouca inteligência’, de sua ‘proverbial preguiça’ (FREIRE, 1981, p. 15).

²³ É importante registrar que as ações de Freire não constituíam, apenas, um “método”, mas um Sistema Integrado de Educação, em que a Alfabetização de Adultos era parte de um processo mais abrangente, situado entre a Alfabetização Infantil, Ciclo Primário Rápido; Universidade Popular; Centro de Estudos Populares Internacionais da Universidade de Recife, entre outras iniciativas.

Beisiegel (2004) anuncia que Paulo Freire acumulou experiências significativas no que diz respeito à alfabetização de adultos, tanto na área urbana como no âmbito rural. Ensaiou “métodos”, técnicas e processos de comunicação em favor da democratização da cultura, opondo-se à sua vulgarização, demonstrando ser avesso à ideia de “doação” presente nas relações existentes entre educador e educando.

Paulo Freire e seu grupo também contestavam a forma de como a escola tradicional tratava seus educandos, sobretudo aqueles que faziam parte das camadas populares da sociedade brasileira, enfatizando que era fundamental destacar, nos processos educativos, a valorização dos saberes que esses sujeitos traziam de suas vivências. Para Fávero, esse “método” estabelecia:

a partir da crítica do modo de trabalhar da escola tradicional, questionando, recusando as cartilhas como doação, transformando a aula num debate e o professor num animador, Paulo Freire e sua equipe colocam, decisivamente, a alfabetização como o primeiro passo da ampla educação de adultos. (FÁVERO, 2009, p. 15)

Com a instauração do regime civil-militar, houve uma grande destruição das práticas pedagógicas de alfabetização, principalmente daqueles que seguiam os fundamentos teóricos-metodológicos freirianos, que foram considerados, pelo regime, como subversivos e de instaurar o caos em toda a sociedade.

Essas acusações levaram o educador pernambucano Paulo Freire ao exílio por quase duas décadas, justamente nos períodos que estava sendo estruturado um Plano Nacional de Alfabetização, no qual seriam contempladas todas as experiências de alfabetização de jovens e adultos em andamento.

Esse plano surgiu em 1967, com o nome de Plano de Educação Funcional e Educação Continuada de Adultos, que posteriormente foi operacionalizado pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Visto como uma grande aposta da Ditadura, passou a contribuir também para a sua legitimação, principalmente com a aceleração do desenvolvimento industrial, que vinha aumentando em meio à carência de mão de obra minimamente qualificada.

No que se refere ao processo de alfabetização, Souza (2016) afirma que metodologicamente funcionava com a mesma organicidade do “método” elaborado por Freire, ou seja, escolhia-se um tema para ser explorado por meio de cartazes ou textos. A diferença, portanto, estava na forma como era conduzido o processo: enquanto, na perspectiva freireana, os temas eram escolhidos por meio de uma pesquisa socioantropológica, na busca por conhecer o universo linguístico-discursivo da comunidade e, assim, empregar sentidos às palavras, no Mobral, houve a busca de uniformizar esses temas, dando um significado universal.

É possível perceber que a Igreja Católica esteve dividida no período e que setores progressistas, que investiam na educação para a emancipação foram perseguidos. Paulo Freire, ele mesmo cristão, também foi perseguido. Aproximações com a teologia da libertação já foram identificadas em seu pensamento conforme aponta o Martins (2010), a pedagogia do Freire formulou uma proposta de educação a partir do mundo do oprimido e não do opressor, pois o que se tinha até o momento, era uma pedagogia da classe dominante com o objetivo de manter a classe dominada sob controle, dócil, na inconsciência da realidade própria e externa.

Desse modo, a Teologia da Libertação e a Pedagogia de Paulo Freire tem como ponto principal de luta, a preocupação com os oprimidos e pobres, tendo como principal causa a de refletir e de agir na luta contra o opressor.

Portanto, perceber que a Igreja, atendida com as mudanças de Medellín e Puebla, e considerando a circulação de ideias semelhantes no campo da Educação e da Teologia, cabe observar estes dois aspectos no espaço aqui em análise, o Complexo do Salgueiro e na Paróquia, com seus três edifícios. O capítulo seguinte avança para conhecermos a Arquidiocese de Niterói, Paróquia de Sant'Ana (como a história dos terrenos), os bairros que a Igreja e a Capela estão inseridos e a questão da violência que se perpetua até os dias de hoje no Complexo do Salgueiro, que está presente e interferindo diretamente a vida dos moradores.

2 COMPLEXO, FAVELA, COMUNIDADE, CAPELA. QUAL PEDAGOGIA?

A batalha pelas Diretas foi dura e com muitos percalços. Durante esse período histórico, constituiu-se uma igreja no lugar chamado Complexo do Salgueiro, localizado em São Gonçalo, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

São Gonçalo, de acordo com o site oficial da Prefeitura²⁴, é um município brasileiro localizado no Estado do Rio de Janeiro, estando a 25 km de distância da capital fluminense. Sua população segundo o Censo de 2022 feita pelo IBGE²⁵ é de 896.744 habitantes, uma queda de -10,3%, em comparação com o Censo de 2010.

Neste município, dois aspectos são relevantes para esta pesquisa: o surgimento do Complexo do Salgueiro nos anos da Ditadura Civil Militar e a fundação da Paróquia Sant'Ana de Itaúna, em Itaúna, um bairro existente dentro do Complexo do Salgueiro.

Como vimos anteriormente, o contexto histórico é marcado por lutas de classes, opressões, torturas e mortes. Além disso, temos a relação do Estado x Igreja Católica, resultando, no começo do Regime, no apoio da hierarquia católica ao governo militar. Porém, com o passar dos anos, foi mudando. Por volta dos anos 70, começa a surgir o embate entre as duas instituições.

Durante a pesquisa, ficou evidente que a história do Complexo do Salgueiro tinha, pelo menos, duas versões. A que foi escrita por um professor historiador e a versão popular. O professor Alexander Martins não tem muitos detalhes e aprofundamento ao tema, pois ele escreveu sobre o local numa matéria, do *Jornal O São Gonçalo*, tradicional jornal da cidade. Mesmo com tentativas de contato com ele, para saber maiores informações, não houve retorno.

Desta forma, foi possível perceber que quase não há registros sobre o começo da história do local, o que temos em profusão são as atuais notícias de violência do tráfico e do abuso de poder da Polícia Militar.

A Paróquia Sant'Ana de Itaúna é uma das Igrejas pertencentes à Arquidiocese de Niterói, que é responsável pelas Igrejas Católicas de 14 municípios²⁶ do Estado do Rio de Janeiro, formando ao todo, 73 Paróquias e 1 “quase” Paróquia. Segundo o Site oficial da Arquidiocese de Niterói,

²⁴ Retirada do site oficial da Prefeitura de São Gonçalo.

²⁵ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Estimativa de 2021. Rio de Janeiro, IBGE, 2022.

²⁶ Segundo o site oficial da Arquidiocese de Niterói, os municípios são Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e Tanguá.

A Arquidiocese de Niterói (*Archidioecesis Nictheroyensis*) é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica, no Estado do Rio de Janeiro. Pertence ao Conselho Episcopal Regional Leste I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e a sede arquiépiscopal encontra-se na cidade de Niterói. Atualmente, o governo arqui-diocesano está sob a responsabilidade do Arcebispo Dom José Francisco Rezende Dias (SITE DA ARQUIDIOCESE DE NITERÓI).

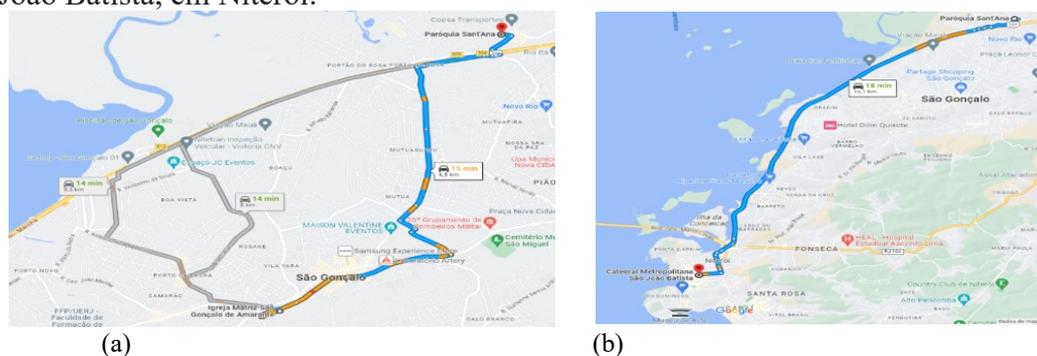
Durante o pontificado do papa Leão XIII, que ocorreu entre os anos de 1878 e 1903, foi erigida a Diocese de Niterói, no dia 27 de abril de 1892, através da Bula *Ad universas orbis Ecclesias*, que significa “Igrejas em todo o Mundo”. Sua jurisdição se subordinava ao Estado do Espírito Santo. Logo depois a Diocese do Espírito Santo seria criada pelo citado Papa, a 15 de novembro de 1895, pela bula *Sanctissimo Domino Nostro*²⁷.

Com 14 municípios, a Arquidiocese de Niterói foi dividida em vicariatos, que são o agrupamento de paróquias que possuem como finalidade um melhor desenvolvimento do ministério pastoral, para o bem dos fiéis, permitindo uma melhor comunicação entre o bispo e os párocos²⁸.

Dessa forma, a Arquidiocese de Niterói foi dividida em 6 vicariatos, que são: Niterói, Alcântara, São Gonçalo, Oceânico, Lagos e Rural. O vicariato São Gonçalo, que abrange todos os bairros da cidade, possui 16 Paróquias e uma “quase” Paróquia em seu território. Por ser de Itaúna e pertencer ao município, a Paróquia de Sant’Ana de Itaúna faz parte do Vicariato São Gonçalo.

A Paróquia fica localizada na Estrada de Itaúna, nº 7 – Itaúna, que fica aproximadamente 7km da Matriz de São Gonçalo, no Centro do Município e a 16km da Catedral São João Batista, sede da Arquidiocese de Niterói, localizada no Centro da região metropolitana de Niterói.

Figura 8: Distância da Paróquia Sant’Ana até a Matriz de São Gonçalo e da Catedral São João Batista, em Niterói.



Legenda: (a) – Distância da Paróquia de Sant’Ana de Itaúna para a Matriz de São Gonçalo, em São Gonçalo.
(b) – Distância da Paróquia Sant’Ana de Itaúna para a Catedral São João Batista, em Niterói.

²⁷ Significa “Nosso Santíssimo Senhor”. Foi desmembrada da Diocese de Niterói, sendo seu Administrador Apostólico (de 1895 a 1897) o 1º Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, D. João Esberard.

²⁸ <https://arqnit.org.br/portal/historia/>. Acessado no dia 15 de maio de 2022.

O arcebispo responsável pela Arquidiocese, no período de construção da Paróquia, foi Dom Antônio de Almeida Moraes Junior, que esteve à frente durante os anos de 1960 e 1979 e tinha como lema “Anunciarei a Verdade”. Foi um dos responsáveis pela expansão territorial da Arquidiocese em todo território, principalmente em São Gonçalo. Foi durante o seu tempo como Arcebispo de Niterói, que ocorreu a fundação da paróquia no bairro de Itaúna.

Foi famoso orador sacro, e pertenceu a diversas associações culturais e beneficentes, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Instituto Arqueológico de Pernambuco, Academia Mineira de Letras, Academia Fluminense de Letras, Doutor honoris causa da Universidade Federal Fluminense, além de Conselheiro Nacional da Cruz Vermelha Brasileira e Grande Oficial da Ordem do Mérito de Rio Branco (ARQUINIT, 2023, p. 21).

Além disso, o então arcebispo Dom Antônio lutava contra uma forte “onda vermelha”, que segundo ele, dizia estar chegando ao país. Ele também se definia como uma pessoa de “caráter anticomunista e intervencionista”. Para ele, o país estava passando por um “verdadeiro assalto comunista”:

Ipo facto, para o novo metropolitano, era imperiosa a execução bem-sucedida de uma missão: a conscientização do eleitorado católico, para que, assim, seu rebanho não cometesse o grave equívoco de contribuir com o avanço das “hostes vermelhas” no estado (LEITE; CABRAL, 2011, p. 6).

2.1 Construção da Paróquia e suas Capelas

Os primeiros passos de construção da Paróquia Sant’Ana de Itaúna foram em 16 de maio de 1973. Segundo o Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo, o terreno foi cedido à secretaria da Paróquia por um grupo de 10 pessoas que desejavam que se erguesse naquele espaço uma igreja para exercer um trabalho religioso de evangelização a todas as pessoas da região, oferecendo batizados, crismas, casamentos, dentre outros serviços pastorais.

No Registro, constam os seguintes nomes dos doadores: Ana Rangel de Figueiredo, viúva e do lar; Gentil Rangel de Figueiredo e Maria de Claunice de Carvalho Figueiredo, ele militar e ela do lar; Francisco Rangel de Figueiredo e Irany Quaresma de Figueiredo, ele militar e ela do lar; Alcides Rangel de Figueiredo e Maria Faria de Figueiredo, ele mecânico e ela do lar; Antônio Rangel de Figueiredo; Celina Oliveira Figueiredo e Maria Rita Rangel de Figueiredo, religiosa, todos brasileiros.

Sobre a família Rangel e Figueiredo, foi encontrado um memorial, escrito pelo Francisco José Quaresma de Figueiredo, que também fez parte da família Figueiredo e filho do

Francisco Rangel de Figueiredo e Irany Quaresma de Figueiredo. Estes tinham os seus familiares residentes da cidade de São Gonçalo e, conforme consta o memorial, alguns deles atuavam na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Já a mãe era dona de casa e costureira²⁹. As medidas iniciais do terreno doado pelo grupo foram de

22 metros de frente para a Estrada de Itaúna, igual largura nos fundos, confrontando com quem de direito, tendo de extensão de frente a fundos, do lado direito, 33,50 metros, confrontando com o lote 6 e do lado esquerdo 32,00 metros, confrontando com o lote 8, com a área de 660,00m².³⁰

Figura 9: Registro do terreno da Paróquia Sant'Ana.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO GONÇALO
 3.ª CIRCUNSCRIÇÃO
 Oficial: Antonio Cunha Meira

Talão 190
 Apresentado em 16 de maio de 1973.- N.º 032

Número de ordem: 29.152 CERTIFICADO que nesta data fixa "Transcrito" jo até seguinte:
 Distrito do Imóvel: 1.ª Pla. 161 do L. 3/AN.-

Denominação ou rua e número do imóvel: Estrada de Itaúna, lote nº 7, do loteamen-
 to denominado "BAIRRO ITAÚNA", em zona urbana.

Nome, domicílio e profissão do donatária: MITRA ARQUIDIOCESANA DE NITERÓI, com
 sede em Niterói.

Nome, domicílio e profissão dos doadores: ANA RANGEL DE FIGUEIREDO, viúva, do lar,=
 GENTIL RANGEL DE FIGUEIREDO s/m. MARIA CLAMISSE DE VARALHO FIGUEIREDO,=
 ele militar, ela do lar; FRANCISCO RANGEL DE FIGUEIREDO s/m IRANY QUARESMA
 DE FIGUEIREDO, ele militar, ela do lar; ALCIDES RANGEL DE FIGUEIREDO s/m=
 MARIA FÁBIA DE FIGUEIREDO, ele mecânico, ela do lar; ANTONIO RANGEL DE FI-
 GUEIREDO s/m CELINA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO e MARTA RITA RANGEL DE FIGUEIRE-
 DO, religiosa, todos brasileiros.

Título: Doação.

Forma do título, data e nome do Tabelião ou do juiz e observação: Escritura lavrada no Cartó-
 rio do 4.º distrito de Itaboraí, livro 28, fls. 228, em 9 de maio de 1973.

Valor do Contrato: Cr\$ 150,00 - Avaliação fiscal: Cr\$ 1.000,00.

Características e confrontações do imóvel: lote de terreno medindo 22,00 metros de fren-
 te para a Estrada de Itaúna, igual largura nos fundos, confrontando com
 quem de direito, tendo de extensão de frente a fundos, do lado direito, =
 33,50 metros, confrontando com o lote 6 e do lado esquerdo 32,00 metros, =
 confrontando com o lote 8, com a área de 660,00m².

Condições do contrato: Não tem.

Transcrição anterior: N.º 27768 folhas 263 do Livro 3/ AN do Registro de Imóveis da 3.ª
 Circunscrição de São Gonçalo. O referido é verdade e dou fé.

São Gonçalo, 16 de maio de 1973.-
 Oficial

Legenda: Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo do terreno da Paróquia Sant'Ana de Itaúna.

²⁹ Memorial de Francisco José Quaresma de Figueiredo, 23 de abril de 2017. Link: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/25/o/Memorial_-_Parte_ii.pdf

³⁰ Informação retirada do documento de Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo.

Com a doação do terreno, a Arquidiocese de Niterói, no primeiro momento, coloca o Padre Noé para atender espiritualmente as pessoas da região. No entanto, não de forma definitiva, e sim esporadicamente, conforme a necessidade e a sua disponibilidade. Ele acompanhou as obras, dando orientações e pedindo doações para terminar a construção da Igreja.

Passado um ano e alguns meses, exatamente no dia 24 de outubro de 1974, o Arcebispo Dom Antônio designa, de forma definitiva, para Itaúna, o Padre Luciano Neves Teixeira, a fim de desenvolver um trabalho religioso e evangelizador, o que não estava ocorrendo, devido à falta de um padre morando e se dedicando exclusivamente no local.

Segundo o documento de duas folhas, elaborado pelo Guilherme Moreira, ex-padre da Paróquia, existe a descrição da história resumida da Igreja. Uma das primeiras pastorais criadas pelo Padre Luciano foi o SAIAADAP³¹, tendo como finalidade, segundo aponta o próprio documento, desenvolver um trabalho pastoral na região, vivência do batismo e a autenticidade da fé Católica Apostólica Romana.

Também era responsável por apresentar a Igreja para todos do bairro e realizar o desejo do Padre Luciano “mostrar a verdade (Deus) a todos e livrar de qualquer ideologia marxista que poderia existir”³². A pastoral foi criada no dia 1 de junho de 1975.

A fundação da Paróquia Sant’Ana ocorreu, de forma oficial, vinte e sete dias depois, por meio do decreto de Dom Antônio, que nomeou o Padre Luciano como o primeiro Pároco da Paróquia. Como objetivo inicial, segundo o documento escrito pelo Padre Guilherme, que coletou informações através de paroquianos antigos, o Pe. Luciano tinha como objetivo inicial a dinamização das atividades paroquiais, pensando desde cedo em expandir a igreja para que pudesse atender a todas as pessoas da região, através das pastorais.

Porém, só no dia 22 de fevereiro de 1979, o Pe. Luciano conseguiu uma recomendação do arcebispo Dom José Gonçalves da Costa, para receber ajuda financeira para a construção da Paróquia. Essa ajuda veio da Alemanha Ocidental, da organização Adveniat³³. Graças a essa ajuda, o padre pode dar continuidade ao seu projeto de expansão paroquial da igreja.

³¹ que significa: Sant’Ana de Itaúna Apostolado do Amor a Deus e aos Amores ao Próximo

³² Informação coletada do documento feito pelo Padre Guilherme, hoje ex-padre.

³³ *Adveniat* é a organização de ajuda dirigida por católicos na Alemanha para pessoas na América Latina e no Caribe. O nome *Adveniat* é tirado da segunda Oração do Senhor (latim: *adveniat regnum tuum*). É a base da crença cristã na promessa do Reino de Deus. “Venha o teu reino.” A *Adveniat* quer ajudar a construir este Reino de Deus que começou com a vinda de Jesus. Todos são convidados a este Reino de Deus (Mt 22:1-10), especialmente os pobres, os marginalizados, os doentes e os necessitados. <https://www.adveniat.de/ueber-uns/vision/>

Durante esse período, o Padre Luciano tentava dar continuidade às obras e à expansão da Igreja pelos bairros que ficavam no entorno de Itaúna, iniciando-se por sua arquitetura interior. Diferente de qualquer outro ambiente designado a reuniões, ou a grupos coletivos, cada espaço de uma igreja é pensado e direcionado para o grupo religioso.

Com inspiração em sua própria tradição, esse movimento impõe ao grupo modos e atitudes distintas dentro desse ambiente: ritos repetitivos e solenidades, tradições e elementos da doutrina fixam na mente e no corpo, valores e práticas, internalizados como um legado vivido e estimulado em conjunto, no grupo. Produz-se uma memória que pode ter pontos de compartilhamento com diferentes sujeitos. (ALMEIDA 2021, p. 15)

Desta forma, a Igreja vai crescendo e, em 18 de julho de 1979, a paróquia adquire o seu primeiro terreno para a construção de uma capela, dentro do Complexo do Salgueiro. O terreno fica localizado no bairro Recanto das Acácias e lá foi construída a primeira capela pertencente à paróquia, chamando-se Capela Nossa Senhora de Aparecida.

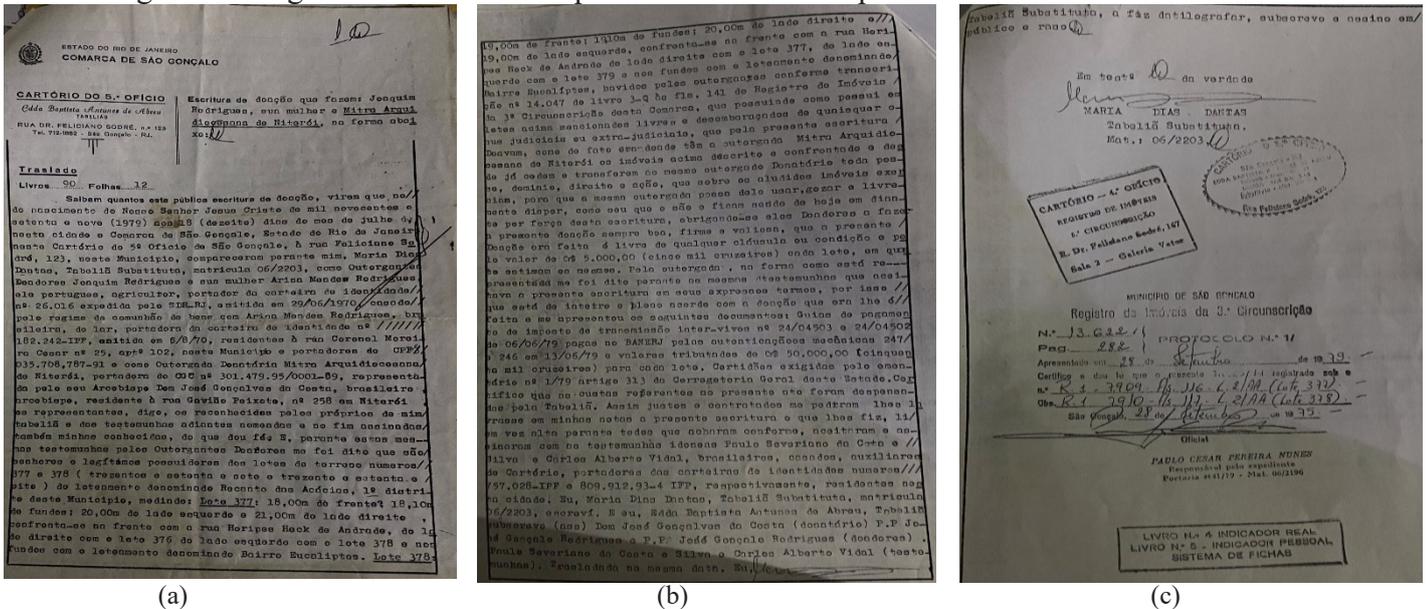
Através de conversas com antigos fiéis da Paróquia, o objetivo das capelas pensadas pelo Padre Luciano foi conseguir levar a Igreja a todos os cantos do bairro, sendo a Igreja de Sant’Ana a central e outras espalhadas pelos bairros mais distantes, para que aqueles que estivessem distantes conseguissem frequentar e ser atendidos pelas pastorais, perto de suas casas. Le Goff (2003) em seu livro, *História e Memória*, aponta, contudo, a necessidade de crítica das fontes para afastamento de uma postura ingênua por parte do historiador

O certo é que as fontes tradicionais do historiador nem sempre são mais “objetivas” e nem mais “históricas” do que o que o historiador crê. A crítica das fontes tradicionais é insuficiente, mas o trabalho do historiador deve exercer – se em ambos os níveis. (LE GOFF, 2003, p. 40.)

Partindo do pressuposto de que todas as fontes merecem atenção desde que usadas criticamente, foram realizadas conversas com pessoas que frequentam a paróquia há muitos anos, as quais afirmaram que conheciam o casal Joaquim Rodrigues, português e agricultor, e sua esposa Arina Mendes Rodrigues, que era brasileira e do lar, os quais foram responsáveis pela doação do lote 377: 18,00m de frente, 18,10m de fundos; 20,00m de lado esquerdo e 21,00m do lado direito.

Foi registrado no cartório do 5º ofício da comarca de São Gonçalo – RJ, no dia 18 de julho de 1979. Abaixo estão os registros feitos da escritura de doação do terreno, documento disponibilizado pela paróquia, com a autorização do seu Pároco, Frei Ilson Fontenele.

Figura 10: Registro do terreno da capela Nossa Senhora Aparecida.



Legenda: (a) – Página 01 do Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo do terreno da capela Nossa Senhora Aparecida.

(b) – Página 02 do Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo do terreno da capela Nossa Senhora Aparecida.

(c) – Página 03 do Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo do terreno da capela Nossa Senhora Aparecida.

Nesse momento, a Arquidiocese tinha um novo Arcebispo, o Dom José Gonçalves Costa, que chegou em Niterói em 1975, num momento político bastante conturbado da Igreja Católica com o Regime Militar. Dom José Gonçalves passou a olhar para as minorias, organizando pastorais assistenciais, com a criação de creche e centros comunitários.

Porém, no começo da ditadura, Dom José foi Bispo Auxiliar do Cardeal Dom Jaime Câmara, o mesmo que, após instaurarem o Regime Militar, abençoou o governo e ainda disse que “contara com o auxílio divino obtido por nossa Mãe Celestial”.³⁴

A segunda capela veio quase um ano depois da primeira, no dia 23 de abril de 1980 e foi construída no segundo terreno, dessa vez no bairro das Palmeiras. Este foi o último bairro pertencente ao Complexo do Salgueiro. O casal de doadores, José Lourenço de Azevedo e a sua esposa Lourivaldina de Souza Azevedo, brasileiros, casados sob o regime de comunhão de bens,

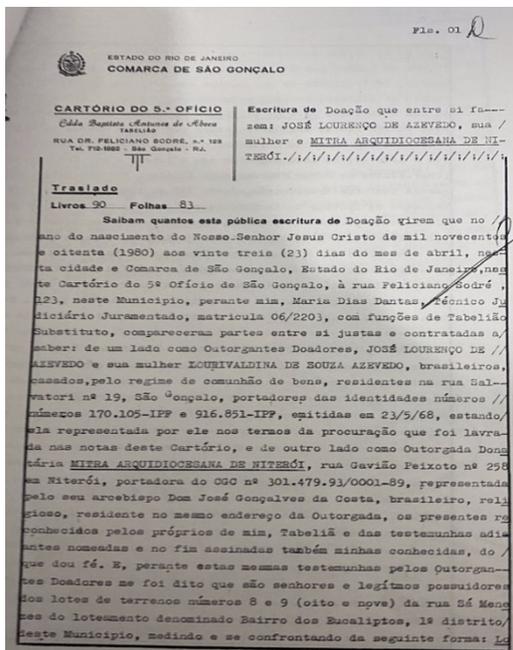
³⁴ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/especial-veja-8230-e-tudo-acabou-na-mais-longa-ditadura/>

fizera a doação de dois lotes de terrenos, números 08 e 09, da rua Sá Menezes, que nos anos 80, era chamado de Bairro Eucalipto.

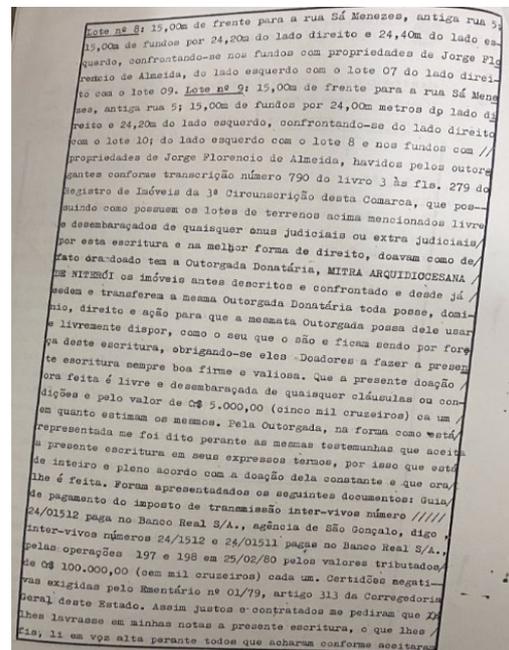
Segundo a escritura de doação disponibilizada pela Igreja, a medida do lote nº 8 é 15,00m de frente para a rua Sá Menezes, antiga rua 5; 15,00m de fundos por 24,20m do lado direito e 24,40m do lado esquerdo, confrontando-se nos fundos com propriedades de Jorge Florêncio de Almeida; do lado esquerdo, com o lote 07 e, do lado direito, com o lote 09. O lote 09 tem 15,00m de frente para a Rua Sá Menezes, antiga rua 5; 15,00m de fundos por 24,00m do lado direito e 24,20m do lado esquerdo, confrontando-se do lado direito do lote 10; do lado esquerdo com o lote 8 e nos fundos com propriedades de Jorge Florêncio de Almeida.

Foi motivo de bastante alegria para o pároco Luciano, que logo que recebeu a notícia sobre as doações e começou a mover campanha para o crescimento pastoral da capela, que fica no bairro das Palmeiras.

Figura 11: Registro do terreno da capela Nossa Senhora da Conceição.



(a)



(b)

Legenda: (a) – Página 01 do Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo do terreno da capela Nossa Senhora da Conceição.

(b) – Página 02 do Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo do terreno da capela Nossa Senhora da Conceição.

A capela foi muito bem pensada para os moradores que residem neste bairro, porque é o lugar mais longe de todos os bairros pertencentes ao complexo do Salgueiro. Para chegar até a matriz, Sant'Ana, a população local demorava horas, pois o bairro não é tão próximo da Igreja.

A opção era ir a pé ou então esperar o transporte público, que em momento nenhum o local teve muitas opções de transporte público para abranger a todos que residem por lá.

A terceira capela construída foi a Nossa Senhora das Graças, que fica situada no Conjunto da Marinha, um bairro antes de chegar no bairro das Palmeiras. Essa capela foi inaugurada no dia 13 de março de 2000, após a Marinha do Brasil doar o terreno para a Mitra Arquidiocesana de Niterói.

O conjunto da Marinha foi projetado para os Marinheiros morarem no local. O bairro fazia parte do Programa da Caixa de construções de casas para os que servem a Marinha, conhecida como CCCPM, que segundo o site oficial da Marinha do Brasil, surgiu:

Surgiu num momento em que o Rio de Janeiro, então Capital da República, enfrentava uma crise sem precedentes no setor de habitação popular provocada pelas reformas urbanas levadas a cabo pelos governos municipais, desde o século anterior, que demoliram milhares de moradias insalubres e impróprias e onde residia a maioria dos trabalhadores. Paradoxalmente, agravava este quadro o fato de que a cidade atraía imigrantes de todo o Brasil, agrário e pré-industrial, em busca de ocupação nas grandes obras tocadas pelo setor público. A Marinha era na época uma grande empregadora de mão de obra em seu Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, então instalado no continente. Ao mesmo tempo, empregava milhares de trabalhadores temporários nas obras de construção do novo Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras (AMIC), sem contar a tripulação dos navios e bases da Esquadra sediados na cidade³⁵.

Santos (2020, p. 20) afirma que o Programa da Caixa para construções de casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM) é uma Autarquia³⁶ Federal criada por decreto-lei em 1936, vinculada ao Ministério da Defesa, supervisionada pelo Comando da Marinha e dirigida por um Presidente, oficial general, nomeado pelo Presidente da República. Ou seja, o relatório anual da Caixa, de 2019, afirma que a Anarquia foi criada com o objetivo de auxiliar à Marinha do Brasil na obtenção de moradia para o seu pessoal que foi contratado como mão de obra para trabalhar na construção do Arsenal de Marinha e em seus navios na cidade do Rio de Janeiro.

A Caixa de Construções descreve sua missão como “facilitar a aquisição de moradia própria ao pessoal do Comando da Marinha, tem como principal atividade a oferta de financiamento imobiliário e como atividades secundárias o oferecimento de empréstimo imobiliário e assessoria imobiliária. O principal produto oferecido pela Caixa de Construções é o Financiamento Imobiliário (FI), concedido com recursos próprios do orçamento da autarquia e denominado “Programa PROMORAR. Os outros produtos oferecidos pela autarquia são o Empréstimo Imobiliário (EI) para compra de material de construção, reforma de imóvel, complemento de renda para aquisição de imóvel e legalização de imóvel, um programa de parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e outros agentes que permite acesso os imóveis construídos em terrenos da Autarquia ou outros imóveis disponibilizados pela iniciativa privada,

³⁵ Site Oficial da Marinha do Brasil. <https://www.marinha.mil.br/cccpm/?q=historia> Acesso em 01/10/2023

³⁶ De acordo com o Artigo 5º, Inciso I do Decreto-Lei nº 200 de fevereiro de 1967, uma Autarquia é um ente com personalidade jurídica com autonomia administrativa e financeira, pertencente à administração pública indireta, criada para a descentralização de serviços e que desenvolve atividades típicas da administração pública (BRASIL, 1967).

em condições especiais, o “Programa PREAMAR”, viabilizado via financiamento ou empréstimo imobiliário para beneficiários vivenciando situações de risco relacionadas à violência urbana, ou que tiveram suas residências danificadas por ações da natureza, a “Assessoria Imobiliária” que é oferecida de forma gratuita e a “Bolsa de Imóveis”, destinada à divulgação da venda ou aluguel de imóvel de beneficiário da Caixa de Construções (CCCPM, 2019) (SANTOS, 2020, p. 22).

Segundo uma conversa informal com a secretária da Paróquia, que já trabalhava no período em que o terreno foi doado, ela afirma que um marinheiro, frequentador da Paróquia e morador até os dias de hoje no Conjunto da Marinha, articulou a doação deste terreno junto com o Vice-almirante Armando Fernandes de Carlos, o qual era o responsável pela CCCPM nos anos 80 até o começo dos anos 90.

Segundo ela, esse morador residia próximo ao terreno que estava vazio, onde mais tarde seria construída a Capela, e estava preocupado com o aumento da criminalidade no bairro e com perda do local para o poder paralelo. Por conta disso, reuniu-se com o pároco da época, Padre Marcos Drumond Calixto, e conversou sobre a possibilidade de construir uma capela neste terreno, caso conseguisse a doação.

Prontamente o padre Marcos aceitou e o marinheiro foi até o Vice-almirante para conseguir a doação. Primeiro, foi emitida a Declaração da Autarquia Federal, em outubro de 1989, dizendo sobre a doação do terreno, mas só no dia 13 de março de 2000 foi emitida a Certidão de Registro de Imóveis.

O responsável pelas negociações, o Marinheiro com o nome fictício de Lucas, morador do bairro, pediu para não ser identificado e gravado, nem mesmo os áudios por motivo de segurança, porém afirmou que poderia colocar no texto que ele é atualmente um marinheiro aposentado, de 88 anos, morador do Conjunto da Marinha e frequentador da Capela Nossa Senhora das Graças, o qual tem a sua devoção. Tais informações indicam não só as relações da marinha com a Igreja Católica, como também os modos de ser chamada a atuar em locais pobres e de risco.

Essas relações acontecem há muitos anos, como ocorreu em 1920, com o surgimento da União Católica Militar, conforme aponta Pedro Torres:

O surgimento da União Católica Militar, no contexto da década de 1920, mediante apoio da Igreja católica, militares de alta patente e de políticos alinhados ao governo federal (à época dirigido por Epitácio Pessoa e, em seguida, por Arthur Bernardes), representou o surgimento daquilo que Gramsci (1978) apontava como sendo um aparelho de hegemonia, isto é, uma organização social que trabalhava na construção do consenso, na edificação da hegemonia. A UCM surgiu, na década de 1920, propondo promover a disciplina militar (a não adesão ao tenentismo) e o respeito às autoridades (alusão aos governantes, em especial à presidência da República) mediante o fornecimento de uma educação católica. O catolicismo era apresentado como solução da crise política e militar. Naquela conjuntura, a UCM atuava como um aparelho de hegemonia conservador que se propunha, através da difusão do

catolicismo, restabelecer o consenso perdido no âmbito militar (TORRES, 2022, p. 90).

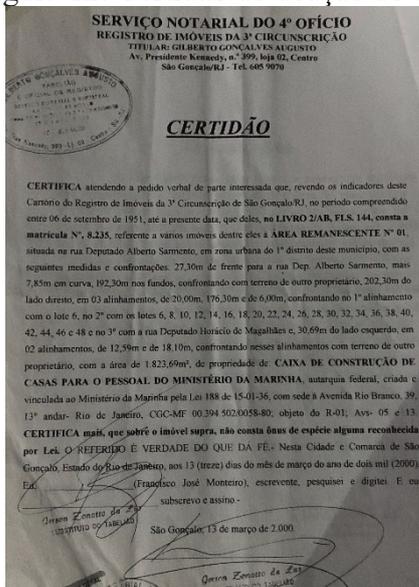
Apresentado como solução, o catolicismo buscou uma reconfiguração simbólica conservadora no meio militar, operando por meio de discursos e pela (re)criação de tradições (TORRES, 2022). Segundo os documentos disponibilizados pela Igreja, trata-se de um terreno grande, segundo a certidão disponibilizada pela Igreja. As medidas do terreno são

27,30m de frente para a rua Deputado Alberto Sarmiento, 7,85m em curva, 192,30m nos fundos, confrontando com terreno de outro proprietário, 202,30m do lado direito, em três alinhamentos, de 20,00m, 179,30 e de 6,00m, confrontando no 1º alinhamento com o lote 6, no 2º com os lotes 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 48, 40, 42, 44, 46 e 48 e no 3º com a rua Deputado Horácio de Magalhães e 30,69m do lado esquerdo, em 02 alinhamentos, de 12,59m e de 18,10m, confrontando nesses alinhamentos com terreno de outro proprietário, com a área de 1.823,69m².³⁷

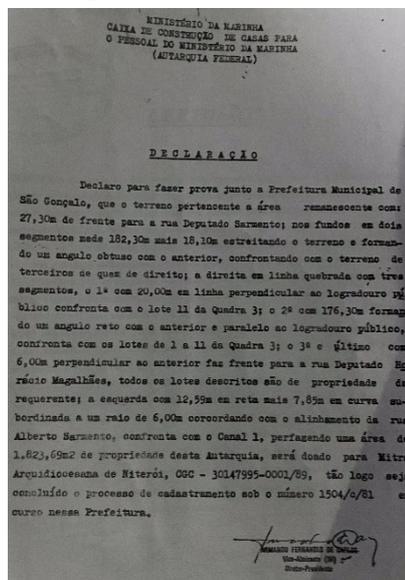
Neste documento, também disponibilizado pela Igreja, além de certidão com os dados sobre a doação e as medidas do terreno, há também uma declaração, emitida pelo Ministério da Marinha, de Autarquia Federal, contendo as informações do terreno e declarando a doação do terreno para a Mitra Arquidiocesana de Niterói.

Abaixo, estão dois registros dos documentos disponibilizados pela Igreja, em relação à Capela Nossa Senhora das Graças, localizada no Conjunto da Marinha – Salgueiro. Esses documentos, registrados em cartório, atestam a doação do terreno feita pela Marinha do Brasil para a Mitra Arquidiocesana de Niterói.

Figura 12: Certidão de doação do terreno feita pela Marinha do Brasil.



(a)



(b)

Legenda: (a) – Certidão da Marinha do Brasil

³⁷ Retirado da Certidão disponibilizada pela Igreja.

(b) – Declaração da Marinha do Brasil.

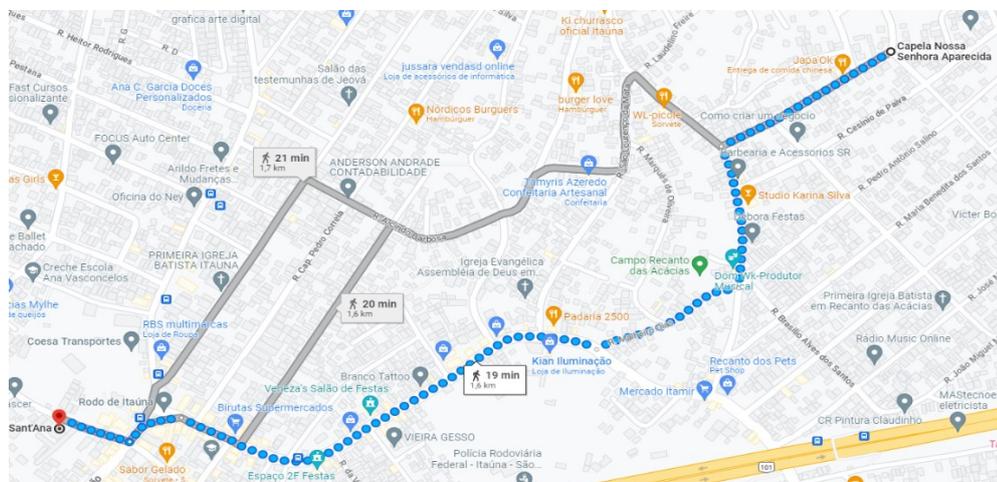
O documento emitido pela Marinha do Brasil pertencente a Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha, Autarquia Federal. Foi assinado pelo vice-Almirante e Diretor Presidente, Armando Fernandes de Carlos, que segundo o site oficial da Marinha do Brasil ficou responsável no período de 1987 até 1990.

Após a sua doação, foi erguida no terreno uma capela e o anexo, para comportar um número maior de pessoas no dia da festa da padroeira. Dessa maneira, começa a ser possível a realização de almoço para arrecadar fundos para o próprio local, um espaço que possa abrigar uma ação social com atendimentos médicos, jurídicos e estéticos, para a população carente que vive no local.

2.2 Capela Nossa Senhora Aparecida

A Capela Nossa Senhora Aparecida foi a primeira a ser construída no Complexo do Salgueiro, localizada no Recanto das Acácias. O motivo de sua construção no local foi a doação do terreno para que Padre Luciano construísse a Igreja, conforme mencionado anteriormente. Dentre as três capelas, a que possui o título de Nossa Senhora Aparecida, é a mais próxima da Paróquia, ficando praticamente a 2km de distância, conforme consta no mapa a seguir:

Figura 13: Distância da capela Nossa Senhora Aparecida para a Paróquia Sant'Ana de Itaúna



Legenda: Distância da Paróquia até a Capela Nossa Senhora Aparecida.

No momento presente, a Capela vem sofrendo com a violência no bairro. Em 2017, foi colocada uma barricada, feita com montanha de terra e entulhos, na rua que dá acesso a mesma,

impedindo a entrada de qualquer veículo e dificultando ainda mais a circulação de carros, principalmente para as pessoas com deficiência que usam cadeira de rodas.

Segundo o relato de uma antiga paroquiana que frequenta a Igreja até os dias atuais, a qual viveu nos tempos dos primeiros padres que passaram pela Paróquia,

A construção da Capela, para o Padre Luciano era fundamental para levar os ensinamentos da Igreja a todos as pessoas que estão vindo morar no bairro das Acácias, Salgueiro e Luiz Caçador. Foi num período conturbado em nosso país e a construção dessa Capela foi importante para todas as pessoas que começaram a vir morar aqui³⁸.

A Capela atende a população de três bairros do Complexo do Salgueiro: Luiz Caçador, Salgueiro e Recanto das Acácias, local onde está situada. Localizada em um ponto estratégico, a distância para os moradores destes bairros, é curta.

Figura 14: Capela Nossa Senhora Aparecida e saída dos fiéis



(a)



(b)



(c)

Legenda: (a) – Fachada da Capela Nossa Senhora Aparecida
 (b) – Missa no terreno da Capela
 (c) – Parte de dentro da Capela pós-reforma.

³⁸ Entrevista a uma antiga paroquiana que pediu para não ser identificada. Quantos anos ela tem? Em que ano nasceu?

Através das conversas informais com alguns paroquianos, descobri que até o começo dos anos 2000, a Capela tinha bastante movimentação no seu dia a dia, ofertando catequese, primeira comunhão, batismo e celebrações de missas aos fins de semana. Isso ocasionou uma intensa movimentação e socialização em seu entorno, principalmente com as missas nos fins de semana.

Porém, com o passar dos anos, transitar no bairro começou a ficar perigoso, com o tráfico começando a predominar, com pessoas armadas, roubos e pontos de venda de drogas espalhados no local. Era o aumento da criminalidade em todo o estado do Rio de Janeiro:

No início dos anos 2000, as taxas de homicídio voltaram a subir e atravessaram os governos de Anthony e Rosinha Garotinho, além dos meses em que Benedita da Silva esteve no lugar do primeiro, em 2002, ano de eleições gerais. Favelas do Rio tinham chefes do tráfico que atuavam no varejo de drogas e a lógica de então era a de enfrentamento a partir de operações da Polícia Militar paliativas. Hoje o que nós estamos mais uma vez fazendo é criando ações emergenciais para combater uma situação que está ainda localizada (BETIM, 2018, p. 8)³⁹.

Padre Marcos, o pároco da Paróquia Sant'Ana no período de 2000 a 2003, para zelar pela sua segurança e a dos paroquianos, viu-se obrigado a modificar a rotina da Capela, cortando missas toda semana, diminuindo o batizado e primeira comunhão. Com menos missas e ações das pastorais, que também foram diminuindo ao longo os anos, os moradores relatam a sensação de perceber, aos poucos, o bairro sendo perdido para os criminosos que chegavam na região.

O funcionamento da Capela passou por mudanças, tendo missas somente aos domingos à tarde e transferindo os batismos para a Matriz. Por causa das barricadas, carros, ônibus e caminhões não conseguem mais acessar algumas ruas do bairro. Atualmente, para conseguir chegar ao local, os moradores e visitantes só conseguem ter acesso subindo a rua a pé.

Aos poucos as missas do domingo passaram a acontecer somente no primeiro e no último sábado do mês, na parte da tarde, e a primeira comunhão somente na Matriz de Sant'Ana. Assim sendo, com a proporção de criminalidades, as movimentações na capela e no seu entorno foram reduzidas.

O direito à segurança, espécie de direito social, traz para o Estado o dever de implementar políticas públicas de segurança que garantam aos cidadãos o direito de ir, vir e transitar com tranquilidade nos locais públicos e, também, assegurem a defesa de sua integridade física e de seu patrimônio. O direito à segurança é parte fundamental do direito à qualidade de vida e do próprio direito fundamental à vida, na medida em que a insegurança traz aumento de violência e perturbação à ordem pública e social (FERRER, 2007, p. 106).

³⁹ A história das operações e planos de segurança no Rio: três décadas de fracassos. El País, 2018.

2.3 Capela Nossa Senhora das Graças

No Conjunto da Marinha, existe a segunda capela pertencente à Paróquia, que está localizada no terceiro portão da Marinha, como é conhecido pelos moradores locais. Neste bairro, a criminalidade fica ainda mais exposta, deixando clara a sua superioridade diante das centenas de pessoas que moram no local.

Atualmente, todas as ruas do bairro encontram-se com algum tipo de barricada. As opções variam: existem as manilhas de concretos, de aterros, de barras de ferros, que em alguns lugares são os trilhos de alguma linha de trem abandonada, de pneus de carros abandonados, além de buracos que são abertos no chão, parecendo uma vala, impedindo o acesso a determinados locais.

O bairro da Marinha vem sofrendo com enchentes, falta de saneamento básico e segurança pública. O caso mais recente foi o que aconteceu em fevereiro de 2023, uma enchente causada pelas fortes chuvas, causando transtorno para os moradores locais, com enchentes pessoas desabrigadas, ruas sujas de lama e escolas sem aula⁴⁰.

Abaixo, temos os registros da Capela, que atualmente funciona no primeiro e no terceiro sábado do mês, com celebrações de missas e funcionamento das pastorais dos vicentinos, obra do berço, das crianças e litúrgica.

A sua festa é comemorada no dia 27 de novembro, com procissão pelas ruas dos bairros, missas e um almoço, quando é possível. Conforme a fala de João, paroquiano frequentador muito antigo da capela, essas procissões ocorriam com a escolta da guarda municipal de São Gonçalo e a presença da Polícia Militar para fazer a segurança, mas os tempos foram mudando e hoje o que temos são os bandidos armados observando para ver se não tem nenhum policial infiltrado na procissão.

⁴⁰ Algumas escolas servem de “ponto de apoio”, que foram estabelecidos pela Defesa Civil do município para os moradores que perderam tudo ou tiveram suas casas afetadas de alguma forma pelas fortes chuvas na região.

Figura 15: Capela Nossa Senhora das Graças



a)



b)



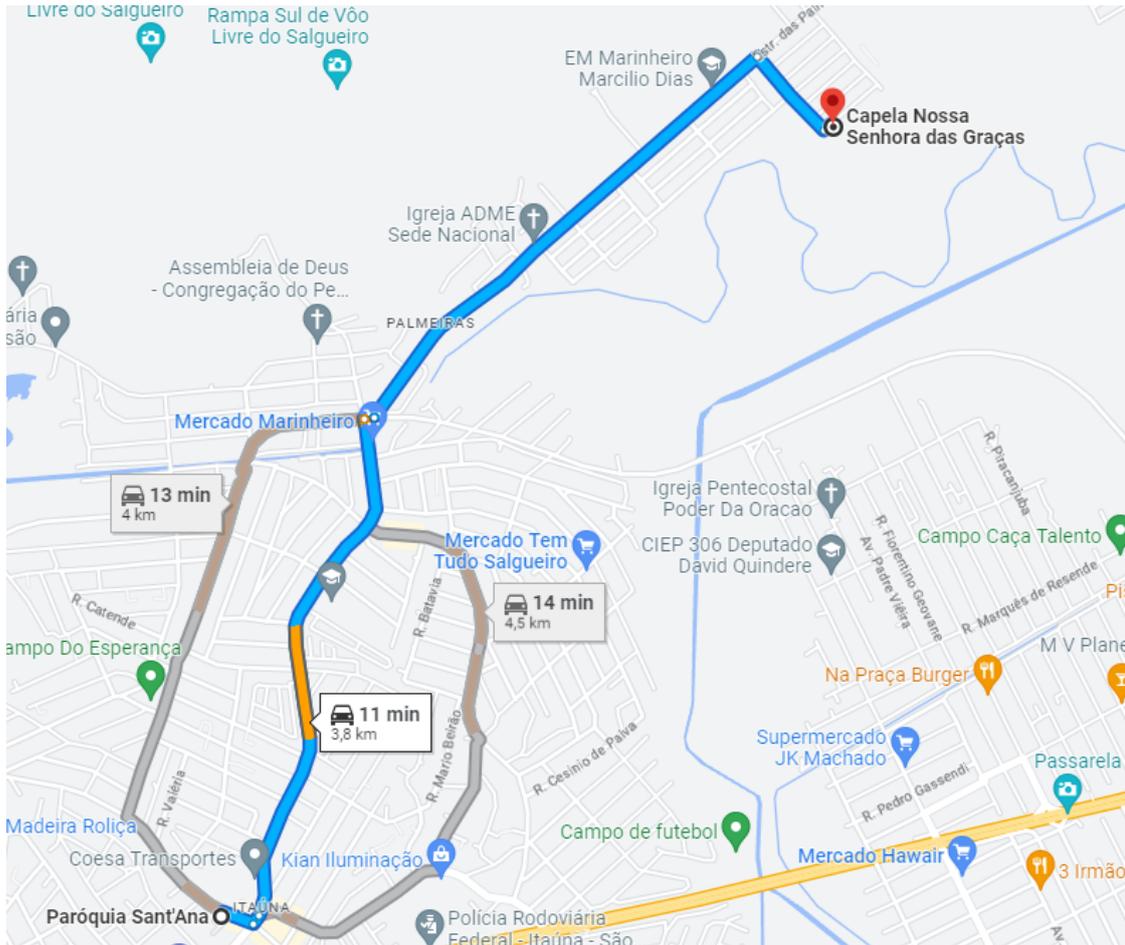
c)

Legenda: (a) – Entrada da Capela Nossa Senhora das Graças – Conjunto da Marinha.;
 (b) – A parte de dentro da Capela Nossa Senhora das Graças – Conjunto da Marinha;
 (c) – A parte do anexo, construído atrás da Capela Nossa Senhora das Graças.
 Fonte: Pastoral da Comunicação da Paróquia Sant’Ana de Itaúna – PASCUM. (2022).

Usando a Paróquia Sant’Ana de Itaúna como ponto de partida, em direção à Capela Nossa Senhora das Graças, vai ser possível observar que a distância da Paróquia até o local é de aproximadamente 4km. O ponto de referência é a rua em frente à Escola Municipal Marcílio Dias.

No mapa a seguir, é possível observar a distância e as rotas alternativas para chegar até o local. Vale ressaltar que todos esses caminhos possuem mais de uma barricada, dificultando a vida dos moradores no local.

Figura 16: Distância da Paróquia à Capela Nossa Senhora das Graças



Legenda: Distância da Paróquia Sant'Ana até a Capela Nossa Senhora das Graças.

A Capela Nossa Senhora das Graças, além de missas, oferta alguns serviços para a população local, como distribuição mensal feita pela pastoral do Vicentinos⁴¹ de 20 cestas básicas para famílias pobres, catequese e aula de alfabetização aos sábados pela manhã. Essas distribuições ocorrem uma vez ao mês.

Além disso, também possui a pastoral de emergência, que dá assistência às famílias que sofrem com as enchentes, causadas pelas chuvas, sendo a última em fevereiro de 2023. O barco foi o único meio de transporte para levar alimentos e socorrer famílias no local. Nascimento (2003) destaca que,

em ambientes degradados, estigmatizados e esquecidos pelo poder público a transgressão da lei é percebida pelas pessoas como uma forma de resolver tensões da participação social, uma vez que, à medida em que a desorganização social cresce, decaem os valores comunitários e abre-se cada vez mais espaço para o surgimento de grupos com comportamentos desviantes (OLIVEIRA *apud* NASCIMENTO, 2023, p. 88).

⁴¹ Abordaremos no Capítulo 3.

Ou seja,

por sua vez, espaços marginalizados, com pouca acessibilidade a bens materiais e serviços de infraestrutura urbana são terrenos férteis para o afloramento de violência e criminalidade, principalmente no âmbito da juventude, uma vez que o jovem é ainda um ser imaturo e pode muito ser conduzido de acordo com circunstâncias vivenciadas em seu contexto. (TANGERINO, 2007, p. 12).

2.4 Capela Nossa Senhora da Conceição

Por fim, temos a Capela Nossa Senhora da Conceição, que fica localizada no Conjunto das Palmeiras, a mais distante da Paróquia, com mais de 5km de distância, ela fica no último bairro do Complexo, onde também a criminalidade é muito presente e toma conta de todo o local. Abaixo segue alguns registros da Capela.

Figura 17: Imagens da Capela Nossa Senhora da Conceição



Legenda: (a) – a fachada da Capela;
 (b) – a parte de dentro da capela;
 Fonte: Pastoral da Comunicação da Paróquia Sant’Ana de Itaúna.

No período de 2018 e 2019, a capela passou por reformas e a principal mudança foi na fachada que estava caindo. Na parte interna, houve reparos, pintura, troca dos fios elétricos, instalação de ventiladores e troca de telhas. Foi pedido um registro da capela antes das reformas, mas a secretaria disse que até o presente momento ela não tinha encontrado.

A Capela Nossa Senhora da Conceição chegou a funcionar entre 2017 e 2019 todos os fins de semana com missas, procissões e festas da padroeira, atendimentos comunitários com

serviços de clínico geral e funcionamento da pastoral da educação. Encontra-se atualmente fechada, sem nenhum serviço.

Com a pandemia da Covid -19, foi desativada sem nenhuma previsão de quando irá reabrir novamente. Em janeiro de 2023, o pároco alegou que a dificuldade de acesso e a instabilidade da segurança local também são fatores consideráveis para a não reabertura da capela.

Ela foi construída no Conjunto das Palmeiras ou (PM), como é chamada pelos moradores, um dos bairros mais pobres de todo o Complexo do Salgueiro. Fazendo um recorte nos últimos 15 anos, o bairro, ao invés de crescer, foi diminuindo em população e esquecido de vez pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo, tomado totalmente pelo tráfico.

Nos anos de 2011, havia uma grande expectativa de crescimento do local, com as obras do píer, que fica na Praia da beira, em Itaoca e da estrada que começaria neste Píer e iria até a COMPERJ, em Itaboraí, passando pelos Conjuntos da Marinha e Palmeiras. Foi um grande sonho para os moradores desses locais. Alguns chegaram a receber visitas de alguns engenheiros da Petrobras para avaliar algumas casas que precisaram ser compradas e depois demolidas, para poder construir a pista que ligaria até Itaboraí. Porém, não foi bem isso que aconteceu e segundo a matéria⁴²

Governo Federal gastou em média US\$ 7 bilhões em encomendas "emergenciais" de equipamentos, montagem e construção das instalações para abrigá-los. Fizeram acordos diretos, sem concorrência, com 21 empresas privadas - todas, atualmente, investigadas em processos por corrupção. Levaram quatro anos para resolver a abertura da estrada de 18 quilômetros vital para transportar milhares de toneladas de peças (vasos pressurizados, torres e reatores, entre outros) entre o píer na Praia da Beira, em Itaóca, São Gonçalo, e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí. Só contrataram a obra na véspera do Natal de 2011, seis meses depois da decisão, sem concorrência e também sem a completa desapropriação das terras. Pagaram US\$ 63,5 milhões - custo médio de US\$ 3,5 milhões por quilômetro -, e estabeleceram prazo de 16 meses. Quase dois anos depois, apenas 20% da estrada estavam prontos. Deram à empreiteira Egesa mais oito meses e um adicional de US\$ 1 milhão. O prazo ampliado se esgotou, e a estrada não ficou pronta. Dispensaram a Egesa e contrataram a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia, sem licitação.

Com as obras abandonadas e parte da estrada pronta, o tráfico passou a tomar conta do píer, como mencionado no capítulo anterior. Tornou-se o principal local de fuga e entrada de drogas e armas via a Baía de Guanabara. Desde então, o local passou a ser conhecido como “pistão⁴³”, virando um local de livre acesso para o transporte de armas e drogas da região.

⁴² <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/510508/noticia.html?sequence=1> Acesso em 11/08/2023

⁴³ O “pistão” vem sendo um dos principais responsáveis pelas enchentes que ocorrem quando tem temporais. A crosta de asfalto utilizada não permite o escoamento da água. Somado ao rio que hoje acabou se tornando um valão cheio de lixo, faz com que todo o bairro sofra com a enchente.

O Conjunto da PM não possui saneamento básico e coleta de lixo de forma regular, as ruas não possuem asfaltos e são cheias de buracos, muitas delas causadas pelas barricadas instaladas no local. O transporte público é precário. Um rio que divide o bairro em dois, atualmente virou um valão a céu aberto. Em época de fortes chuvas, transborda e enche todas as casas do bairro, causando um transtorno ainda maior na vida dos moradores do local.

Antes do seu fechamento, a Capela oferecia alguns serviços a população local, como aulas de catequese para as crianças com grupos formados duas vezes ao ano, assistência da pastoral da saúde que levava até local alguns serviços para todos que moravam lá, como segunda via de identidade, corte de cabelo, orientação jurídica, massagem, título de eleitor, orientação sobre pagamento do programa Bolsa Família, dentre outros serviços essenciais.

2.5 Criminalidade e desigualdade presentes no Complexo do Salgueiro

O Complexo do Salgueiro é marcado por violência excessiva do tráfico e das enchentes que ocorrem quando chove, provocando transtorno aos moradores que vivem nos locais afetados. Silva sintetiza:

A categorização de um conjunto de bairros ou localidades extremamente diversas entre si denota um caráter negativo, aproximando da categorização de “favela”, no caso de algumas localidades (BIRMAN, 2008; FREIRE, 2008). Essa homogeneização espacial faz daquela região um lugar moralmente inferior, composto em sua maioria por “favelados” e “bandidos”, sendo potencialmente, portanto, considerado um lugar perigoso, com pessoas de pouca educação e nível social inferior. A visão da “favela como caos urbano, de irregularidade e ilegalidade, em oposição ao espaço regular e ordenado dos bairros” (FREIRE 2008:91) tem sentido semelhante ao que é, portanto, “difundido por urbanistas e planejadores racionalistas, que insistem em dividir a cidade em espaços ‘formais’ e ‘informais’, tendo o tráfico de drogas como mediador e controlador das relações sociais. Ao designar um lugar como favela, informa-se aos demais que aquele local denota uma reputação negativa, prejudicando a sua imagem pública (SILVA, 2013, p. 31).⁴⁴

Sobre isso, Freire afirma:

Para ele e muitos outros moradores com os quais interagi, são o estilo de vida e o comportamento das pessoas, principalmente nos espaços públicos, que atribuem o caráter de favela ao local e o status negativo de favelados à sua população. Entre os moradores, a categoria favelada possui diferentes significados, mas sua enunciação evoca sempre comportamentos percebidos como moralmente inferiores, associados ou não, como ser mal-educado, falar palavrões, entre outros. Nessas diferentes definições, fica claro que a qualidade de ser pobre não se equipara à qualidade de ser favelado, visto que a segunda forma de classificação não está ligada à sua condição social, mas a certos valores morais. (FREIRE, 2008, p. 91)

⁴⁴ Dissertação de Robson Campaneruti Silva. Título: *Saindo da calçada: mapeamento das redes sociais de lideranças femininas do bairro do Salgueiro, em São Gonçalo/RJ*, 2013.

Denominamos, ao longo da pesquisa, o Complexo do Salgueiro como os bairros de Itaúna, Recanto das Acácias, Luiz Caçador, Fazenda dos Mineiros, os Conjuntos da Marinha e da Palmeiras, Salgueiro e Itaoca, que possui um lixão atualmente desativado. Essas áreas estão interligadas por estarem sob o domínio de uma mesma facção criminosa, o Comando Vermelho (CV).

O bairro de Itaúna, dentre todos os outros existentes no Complexo do Salgueiro, é o que possui um razoável nível de saneamento básico e uma atuação mínima do poder público. Os outros carecem dessa atenção do governo, principalmente dos Conjuntos da Marinha e Palmeiras, que sofrem todos os anos com enchentes provocadas pelas fortes chuvas na região.

Segundo o historiador Alexandre Martins, em matéria no site *O São Gonçalo*, conta que o nome “Salgueiro” surgiu por causa do Sr. Salgueiro, português que tinha um comércio no que hoje é a esquina entre Estrada das Palmeiras e Estrada da Sapucaia. De fato, “Salgueiro” é apenas o nome de umas das principais quadras do bairro, que ao certo, se chama “São Lourenço” em sua totalidade. Ele também afirma que:

A fazenda São Lourenço, que existia no lugar que hoje se tornou o Salgueiro, foi loteada na década de 1960 e o BNH, que se chama Banco Nacional de Habitação, um órgão Federal, fez um conjunto de casas para os trabalhadores da região irem morar. As casas tinham o planejamento da “puxadinha”, isto é, um espaço no fundo do quintal para que pudesse ser feita mais uma construção, como meia-água, que era bastante comum para os filhos que se casam cedo e não possuem condições para comprar uma casa nova (Jornal O São Gonçalo, 2021, p. 11).

Uma antiga moradora confirma o que Alexandre Martins escreve, “o Sr. Salgueiro foi um rapaz muito importante, ele ajudava o próximo, era dono de alguns terrenos e foi responsável por abrir algumas ruas do bairro. Ele teve muitos filhos e morreu de velhice, deixando os seus bens para os filhos administrarem.”

Através dessa história, podemos dizer que o “Jardim São Lourenço”, nome que vem estampado nos ônibus da região e conhecido pela população local como “Salgueiro”, foi por causa da Fazenda São Lourenço, que existia antes do Banco Nacional de Habitação chegar na região, cujo dono era o Sr. “Salgueiro”, que foi um português bastante popular e tinha um comércio na região.

Atualmente, o nome “Jardim São Lourenço” não é lembrado pela população e nem mesmo pela prefeitura, pois, com o passar dos anos, com o grande aumento da criminalidade e o aumento de bairros próximos um do outro, o nome que ficou conhecido e atualmente chamado por todos, até mesmo imprensa, é o “Complexo do Salgueiro”. No mapa abaixo, é possível observar o tamanho do Complexo no Município de São Gonçalo.

Figura 18: Mapa do Complexo do Salgueiro.



Legenda: Mapa do Complexo do Salgueiro.

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/15/rj-tem-7-entre-as-10-maiores-cidades-com-as-mais-altas-taxas-de-letalidade-policia-do-pais.ghtml>, acesso em 27 de maio de 2022.

Portanto, ao contrário da homogeneização cunhada pela palavra Complexo, Salgueiro apresenta diversas microáreas que detêm variadas histórias locais. O bairro mantém identidade relacional com os demais acima descritos, que em diversos contextos e situações se diferenciam e se hierarquizam (DA SILVA, 2013).

O polo mais positivo, espacial e moralmente, é aquele que se encontra na parte mais nobre do bairro, em direção a Itaúna. Ali é possível observar que as casas, os equipamentos urbanos e as relações de vizinhança apresentam como um local calmo, com menos criminalidade visível, em relação ao restante do Complexo.

Já os polos mais negativos são os que se encontram na parte de dentro do Complexo, como os bairros das Acácias, que fica entre o Salgueiro e o Luiz Caçador; Itaoça, onde se encontra o antigo lixão e os conjuntos da Marinha e Palmeiras, onde possui um alto índice de violência.

O bairro de Itaoça é marcado pelo antigo lixão, que foi desativado em 2012, deixando os catadores do local sem ter o que fazer, segundo a matéria da “Voz da Favela”:

O lixão, desativado oficialmente em 2012, configurava um espaço de residência e de fonte de renda para um grande número de gonçalenses. Porém, seu fechamento não se atentou às condições dos catadores, contrariando a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que assegura, em metas, sua inclusão social e emancipação econômica (VOZ DA FAVELA, 2012).

Atualmente, os moradores da região passam por grandes necessidades, devido à falta de assistência do governo, que prometeu olhar mais para o bairro depois do fechamento do lixão, que era uma fonte de renda da população local. Hoje, contam com o projeto “SOS Lixão Itaoca”.

O projeto, formado apenas pelo trabalho voluntário e sustentado sem nenhuma contribuição privada ou governamental, define seu objetivo exclusivamente no ato de ajudar o próximo. A ideia de criar a ação veio de Alex Ramos, repórter fotográfico que conheceu a situação por entre as câmeras e se sensibilizou com o que registrava. Ele diz que a primeira atuação aconteceu em parceria com seus colegas de trabalho. “Vendo a situação, o sofrimento da população de Itaoca, a situação muito precária, nós juntamos dinheiro. Um deu 50 reais, outro 20, outro preferiu comprar brinquedo e, nós fomos lá no Natal.”⁴⁵

Figura 19: Antigo lixão de Itaoca.



Legenda: Lixão de Itaoca, São Gonçalo – RJ.

Fonte: <https://www.anf.org.br/sos-lixao-de-itaoca-solidariedade-e-voluntariado-em-sao-goncalo/> Acesso em 04 de março de 2023.

O bairro de Itaoca também é conhecido por ser uma das portas de fuga e de embarque e desembarque do tráfico, visto que é próximo a orla da Baía de Guanabara e muito explorado pelos traficantes do Complexo ou também de outros lugares que usam a água como meio de fuga.

⁴⁵ <https://www.anf.org.br/sos-lixao-de-itaoca-solidariedade-e-voluntariado-em-sao-goncalo/> Acesso em 01/10/2022

Figura 20: Píer de Itaoca



Legenda: Píer que foi construído na Baía de Guanabara, uma das principais rotas de fuga usada pelos traficantes.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/album/2018/08/29/militares-cercam-o-complexo-do-salgueiro-pelo-mar-para-impedir-fuga-de-bandidos.htm?foto=12>. Acesso: 09 de março de 2023.⁴⁶

O caso mais recente e que repercutiu na imprensa foi uma foto em que os criminosos aparecem próximo a uma pequena embarcação, na Baía de Guanabara, e apontam um fuzil em direção ao Shopping São Gonçalo, que fica localizado as margens da BR – 101 (Rodovia Manilha – Niterói), na altura de Boa Vista. Segundo informações do “Jornal O São Gonçalo”, “Extra” e o “O Fluminense”, esse registro foi uma clara demonstração de poder e abuso por parte dos criminosos.

Figura 21: Imagem dos bandidos na Baía de Guanabara.



Legenda: Traficantes ostentam armas na Baía de Guanabara, em frente ao Shopping São Gonçalo, na BR 101, Niterói – Manilha. Acesso: 15 de março de 2023.⁴⁷

⁴⁶ Imagem retirada do site <https://noticias.uol.com.br/album/2018/08/29/militares-cercam-o-complexo-do-salgueiro-pelo-mar-para-impedir-fuga-de-bandidos.htm?foto=12>. Acesso em 01/02/2023

⁴⁷ Imagem retirada da página oficial X (antigo Twitter), com o nome @ComplexodoSalgueiro

Desse mesmo píer saem, todos os dias, pequenas embarcações em direção a Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro. Os barcos fazem um trajeto bem mais curto que o tradicional caminho, durando aproximadamente 30 minutos de Itaoca até a Ilha. Um caminho muito mais perto para um morador de um desses bairros do Complexo do Salgueiro, que, normalmente, teria que se deslocar para o centro de Niterói; de lá, ir em direção à praça Araribóia e ir de barcas até a Praça XV, no Rio de Janeiro; em seguida, pegar uma nova barca em direção a Ilha de Paquetá.

A criminalidade é um ponto muito presente no Complexo do Salgueiro, principalmente os seus confrontos com a polícia, que acontecem com frequência. No ano de 2018, São Gonçalo e todo Estado do Rio de Janeiro foi afetado pelo decreto assinado pelo ex-presidente Michel Temer que determinou intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro.

O Decreto 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, tinha por objetivo “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública” (BRASIL, 2018). Para isso, foi criado o cargo de interventor (de natureza militar), que comandaria toda a esfera de segurança pública do Rio, sem estar sujeito às normas estaduais que possam conflitar com as medidas da intervenção.

Considerado o maior refúgio do Comando Vermelho no estado, o Complexo do Salgueiro foi um dos principais alvos da intervenção, convivendo comumente com operações militares e violentos confrontos. Essas intervenções no Salgueiro passaram a ser mais comuns principalmente a partir do segundo semestre de 2018, mobilizando cada vez mais militares. (LOPES; FERREIRA, 2020, p. 288).

Após alguns meses do fim da Intervenção Militar no Estado, os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) nos mostram alguns dos resultados da Intervenção Federal sobre a incidência de crimes no estado:

as mortes por intervenção de agentes do estado cresceram 35,9% em relação a 2017 (1.532 mortes contra 1.127); o número de lesões corporais seguidas de morte cresceu 43,6% (56 casos em 2018 contra 39 em 2017). Cresceu também o número total de roubos, 0,5% a mais que no ano anterior (231.624 contra 230.437); diminuiu em 3% o número de policiais mortos em serviço (foram 28 em 2018) e em 7% (4.936 contra 5.346 no ano anterior) o número de homicídios dolosos. O número de apreensões de drogas (tráfico de drogas), um dos principais objetivos na “luta contra a criminalidade” no estado, diminuiu durante a Intervenção: 1,1% apreensões a menos que em 2017 (LOPES; FERREIRA, 2020, p. 289).

No dia 30 de novembro de 2018, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, declarou que quando assumisse não iria prorrogar a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2018 encerra-se a intervenção militar no Estado, deixando um saldo mais negativo do que positivo para a população mais pobre, moradora de favela.

Desde então, o que vem acontecendo são ações do governo, junto com a Polícia Militar, mas essas “operações”, como são chamadas, não surtem efeito para acabar com a criminalidade local, até porque são os moradores que vêm sofrendo com o excesso de violência causado pelas operações, com tiros e invasões de casas, colocando em risco a vida dos moradores.

Foi o que aconteceu no dia 20 de novembro de 2021⁴⁸, quando um policial morreu numa emboscada feita pelos bandidos da região. O local exato do ocorrido foi em Itaúna, num dos acessos a BR-101 Niterói – Manilha. Após a morte do policial militar, começou uma grande operação policial que durou 48 horas e culminou na morte de 10 pessoas, que logo depois foram jogadas para dentro de um mangue, localizado no Conjunto das Palmeiras. A questão do tráfico não foi solucionada. Às sete da manhã do dia 22, os moradores começaram a retirar os corpos do mangue e, até então, as investigações não concluíram se as vítimas foram ou não torturadas.

Recentemente, no ano de 2023, o Ministério Público indiciou 11 Policiais Militares por causa da morte da “Traficante Rayane Hello Kitty”⁴⁹, que, segundo a afirmação da Promotoria, os PMs realizaram um falso sequestro de uma família, para fazer a operação no local e matar a traficante, mesmo ela se rendendo⁵⁰. O abuso de poder é muito presente e traz consequências. Sobre isso, Cunha Júnior argumenta:

Não se confunde o uso do Poder com o seu abuso, o uso do poder é sempre um agir em conformidade com a Constituição, as leis e as normas administrativas. O abuso do poder é um atuar em descompasso com o Direito, violando as normas jurídicas e os direitos e garantias do cidadão (CUNHA JÚNIOR, 2011, p. 89).

Presença maciça em todo o Estado do Rio de Janeiro, o tráfico e as organizações criminosas vêm fazendo parte do cotidiano do carioca e tomando conta a cada da Região Metropolitana de São Gonçalo, que mesmo com algumas “megas operações”⁵¹, a dominação continua crescendo e se reinventando a cada dia.

A criminalidade afeta não somente as pessoas que cometem atos ilegais, ela também envolve toda a sociedade, pois, mesmo que o indivíduo não pratique um crime, está sujeito a ser vítima dele. Além disso, a prática de um ato ilegal atinge pessoas de diversas faixas etárias, classes sociais, níveis de educação e raça. Assim, controlar a criminalidade é algo importante para o desenvolvimento da sociedade (PIO; BRITO; GOMES *apud* BECKER, 2021, p. 18).

⁴⁸ Segundo o noticiário do G1: A Polícia Militar fez uma grande operação na região depois que o sargento Leandro Rumbelsperger da Silva morreu vítima de uma emboscada na manhã de sábado (20).

⁴⁹ Foi uma das traficantes mais procuradas no Rio de Janeiro, depois de ser investigada por crimes de roubos e homicídios.

⁵⁰ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/03/pms-sao-denunciados-pelo-homicidio-da-trafficante-hello-kitty.ghtml> Acesso em 01/08/2023

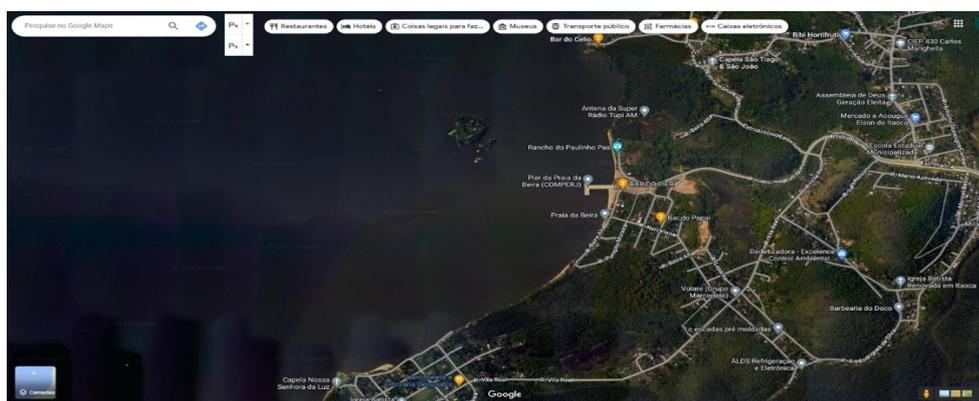
⁵¹ Termo utilizado pela Polícia Militar e pela imprensa para se referir às operações em alguns bairros do Rio de Janeiro. Acesso em 01/08/2023

No presente ano 2023, aconteceu mais um caso envolvendo a polícia e os traficantes da região. Exatamente no dia 23 de março de 2023, uma “megaoperação” das polícias civil e militar, deixou 13 pessoas mortas e 3 gravemente ferida⁵². Conforme a notícia, além das mortes e dos feridos, os policiais apreenderam 13 fuzis, 2 pistolas e 4 homens foram presos. Tudo isso aconteceu no Conjunto da Marinha, na mesma rua onde hoje fica a Capela Nossa Senhora das Graças. Segundo o portal de notícias G1, a operação ocorreu para prender Leonardo Costa Araújo, o Léo 41 ou Léo Pará, um dos criminosos mais procurados do país. Ele é investigado pela morte de mais de 40 agentes de segurança no Pará, já tendo sido indiciado por seis delas.

O Complexo do Salgueiro, além dos seus bairros, possui algumas saídas para outros lugares, bairros vizinhos. Sua proximidade com bairros vizinhos, como o Portão do Rosa, Guaxindiba, Jardim Catarina e um acesso a baía de Guanabara, chama a atenção, principalmente dos bandidos rivais, que olham para o Complexo, como um local de desejo para assumir o seu controle.

Atualmente, é possível acessar os bairros de Guaxindiba e o Jardim Catarina pelo “pistão”, que corta esses dois locais. Porém, quem usufrui são os criminosos, que tomaram conta de toda obra e além disso, usam como rota de fuga, começando lá no pier em Itaóca e indo por esses bairros.

Figura 22: Bairros de Itaoca e Praia da Luz



Legenda: Território de Itaóca e Praia da Luz

O bairro da Praia da Luz⁵³ possui um local com uma vista privilegiada para o mar da Baía de Guanabara, tendo, inclusive, um ponto de embarcação que sai todos os dias do pier de Itaóca até a Ilha de Paquetá, uma viagem que dura cerca de 25 minutos, bem menos tempo, se

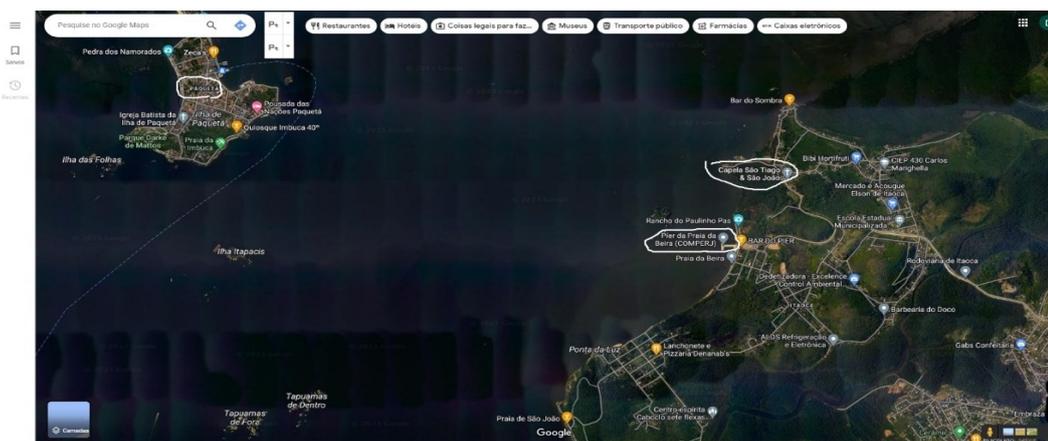
⁵² G1 notícias.

⁵³ O bairro possui uma capela beira mar com viés histórico e turístico para a cidade, que infelizmente não recebe visitas, devido a alta criminalidade ao seu entorno.

optar ir pela Praça XV, no Rio de Janeiro, que demora em média 1h. Essas embarcações são de pequenos barcos, conduzidos por pescadores da região.

O local é um dos pontos turísticos do município de São Gonçalo, mas a prefeitura desconsidera o local, ficando abandonado, sendo cuidado e preservado somente pelos moradores e comerciantes do local que ainda recebem fregueses para apreciar o por do sol na região. Na imagem a seguir, é possível ver a distância do local até a Ilha de Paquetá.

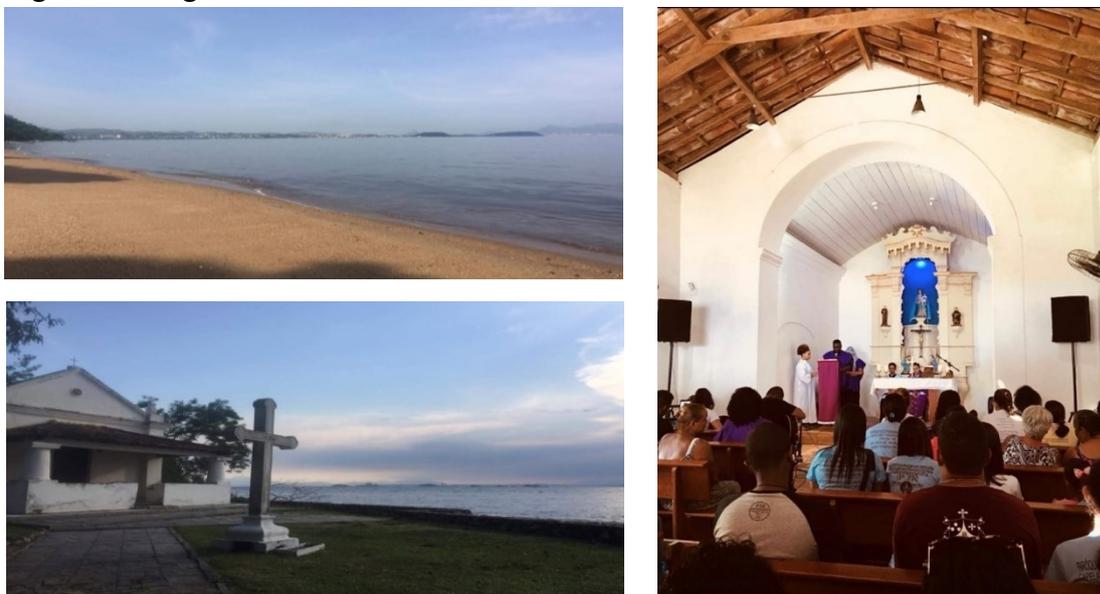
Figura 23: Bairros de Itaoca e Ilha de Paquetá



Legenda: Proximidade da Ilha de Paquetá com o bairro de Itaoca.

Abaixo, temos alguns registros da Praia da Luz, retiradas de arquivo pessoal.

Figura 24: Registros da Praia da Luz



Legenda: Registro pessoal feito em 2019, na Praia da Luz.

2.6 Desigualdade Urbana e Social no Complexo do Salgueiro

A desigualdade urbana e social é presente por todos os cantos do Complexo, principalmente com a falta do básico, que é direito de todos, como o saneamento básico, transporte público, ensino de qualidade, atividades culturais e esportivas dentre outros, que não é possível encontrar no Complexo do Salgueiro ou em qualquer outro lugar denominado como favela, pois esses pontos só os grandes centros e lugares desenvolvidos que podem ter direito a esses privilégios.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o artigo 7 diz que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção de lei”, mas, para os moradores do Complexo do Salgueiro, isso não acontece. A desigualdade urbana logo fica em evidência, pois o mínimo não é garantido, como saneamento básico, coleta de lixo, água encanada, mobilidade urbana, o respeito. Além disso, é necessário o entendimento de que nem todo morador de favela é traficante, cabendo a todos o direito à saúde, educação, transporte, saneamento básico de qualidade.

As desigualdades urbanas se manifestam quando apenas uma parcela da população é capaz de usufruir das condições urbanas necessárias para assegurar o bem-estar urbano e, por meio disso, assegurar a sua reprodução social, enquanto outras pessoas não conseguem acessar à totalidade das condições urbanas necessárias para garantir o bem-estar urbano condizente com as necessidades para assegurar a reprodução social (RIBEIRO, 2016, p. 214).

Ainda que haja diferenças entre as cidades, em todas elas há pessoas ou grupo de pessoas que conseguem obter os benefícios urbanos que asseguram bem-estar, enquanto outros grupos são impedidos de acessá-los em sua totalidade. No Complexo do Salgueiro não é diferente, a desigualdade existe dentro do Complexo, como o “centro”, que é Itaúna, que possui condições melhores, como saneamento básico, água encanada, variedade de comércios, não tem enchentes causadas pelas chuvas e dentre outros.

Concordamos com Corrêa (2004), para quem a cidade é um produto de uma condição coletiva, que envolve diversos atores, como o poder público, a prefeitura, o governo do Estado e os grupos da sociedade civil, os quais constroem formal e informalmente, bem como produzem bens de consumo, serviços, entre outros. Portanto, afirma:

Cada um desses atores tem interesses específicos na produção da cidade. As ações desses atores produzem os espaços nas cidades de forma desigual, com mais investimentos em determinadas áreas, e menos em outras, e isso provoca uma valorização diferente pela cidade, como consequência quem pode pagar mais pelos bens e serviços da cidade escolhe onde se localizar, e quem não pode pagar caro se localiza onde consegue, ou seja, onde sobra (CORRÊA, 2004, p. 35).

Esses atores citados por Corrêa são o poder público, que privilegia um grupo e exclui outro, alimentando a ideia de desigualdade presente no país. Para Villaça (1998), essa separação dos grupos sociais no espaço urbano é definida como segregação das classes sociais. O pobre acaba sendo excluído dos grandes centros urbanos, por não conseguir sobreviver no centro da cidade. Eles são obrigados a ocuparem espaços inferiores, como os morros e espaços irregulares de baixo custo, longe dos grandes centros, identificados como lugar de isolamento, abandono e, sobretudo, de destituição econômica.

A desigualdade destes espaços priva ou limita grande parte da população de acesso aos bens, em especial, moradia, ou seja, aos serviços e equipamentos públicos, a infraestrutura urbana, como, água, esgoto e energia, e aos locais onde se encontram as ofertas de trabalho, que estão concentradas nas áreas mais valorizadas da cidade (PAIVA, 2020, p. 41).

A falta de assistência governamental propiciou a chegada do tráfico de drogas na região. É muito comum observar os sinais e marcas que o tráfico deixou ou deixa, como barricadas⁵⁴ instaladas em diversas ruas da favela, pessoas armadas com fuzis e pistolas andando tranquilamente, na rua, na padaria, no mercado e perto de escolas e igrejas. Andam a pé, de moto ou em carros roubados. Além disso, as marcas deixadas nas paredes, com os dizeres de “CV” e “Bem-vindo a Síria”⁵⁵. Segundo reportagem:

Uma das faces mais visíveis do crime organizado: barricadas instaladas por traficantes e milicianos no Rio de Janeiro com o objetivo de impedir a entrada da polícia e a invasão de quadrilhas rivais. O resultado? Comunidades sitiadas, sem acesso a serviços essenciais. Quem sofre diariamente ainda vive com as ameaças dos bandidos⁵⁶ (G1, 2023).

Abaixo, é possível observar as barricadas instaladas numa das principais vias de acesso do Complexo do Salgueiro, que estão presentes em toda parte. Isso não ocorre somente no Complexo, mas sim em toda região do segundo maior município do Estado, São Gonçalo.

⁵⁴ São obstáculos presentes nas principais vias que impedem ou dificultam a entrada da polícia na região.

⁵⁵ Codinome dado a algumas favelas do Rio.

⁵⁶ <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/03/05/traficantes-decidem-quem-entra-e-quem-sai-de-comunidades-cercadas-por-barricadas-no-rj-desespero-medo-impotencia.ghtml> Acesso em 01/10/2023

Figura 25: Barricadas em uma das vias principais do Complexo do Salgueiro⁵⁷



(a)

(b)

Nos últimos anos, o número de denúncias em relação a barricadas construídas pelo tráfico tem aumentado consideravelmente. O único período que esse número diminuiu foi durante a pandemia, nos anos de 2020 e 2021. Já em 2022, as denúncias aumentaram consideravelmente, chegando ao mesmo patamar de 2019, que foi de 10.466 denúncias.

Figura 26: Denúncias de barricadas construídas pelo tráfico



Legenda: Gráfico demonstrativo das denúncias de barricadas construídas pelo tráfico no período de 2016 a 2022, feito pelo Disque – Denúncia⁵⁸.

⁵⁷ Imagens retiradas de uma matéria do G1 Notícias, sobre operação no Complexo do Salgueiro.

⁵⁸ Gráfico retirado da matéria produzida pelo fantástico. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/03/05/traficantes-decidem-quem-entra-e-quem-sai-de-comunidades-cercadas-por-barricadas-no-rj-desespero-medo-impotencia.ghtml>. Acesso: 10 de março de /03/2023.

Uma observação importante nesse gráfico é que no período da intervenção militar, que aconteceu no ano de 2018, o número de barricadas não diminuiu. Com isso, esses espaços das favelas são constantemente bombardeados por diversos fatores existentes, mas ficando cada vez mais longe de uma ajuda governamental.

Dada a constituição espacial das favelas, muitas foram as problemáticas e as tensões vivenciadas pelos seus moradores. A forma material da paisagem e conseqüentemente a precariedade socioespacial, proporcionou em determinados grupos (não moradores das favelas) uma indesejabilidade frente esta nova realidade socioespacial. Deste modo, os espaços das favelas foram bombardeados a partir de múltiplas direções, sendo ora pela invisibilização dos problemas existentes, inclusive pelo próprio Estado, ora pela estigmatização, especialmente nos discursos dos representantes políticos, dos grupos hegemônicos e/ou da própria mídia, que reforçavam as formas de violência simbólica sobre as favelas e seus habitantes (ROBAINA, 2022, p. 5).

Diante exposto, é possível observar como a ausência do Estado afeta e escancara a desigualdade social e urbana. Devido ao desleixo do governo, fecham-se os olhos para as favelas durante todo o mandato e só aparecem no período eleitoral com promessas ilusórias para aqueles que agonizam por dia melhores, sem enchentes e violências.

Sendo assim, conforme aponta Arroyo (1997), a cidade é investida de uma orientação pedagógica expressa em seu “modus vivendi”, ou seja, o processo educativo da pedagogia da cidade, não acontece apenas nas escolas, pois vivência de mundo como um todo, é um processo educativo, seja nos cenários, ritualizações e nas instituições, a educabilidade é uma constante dessa orientação da pedagogia da cidade.

Analisando em cima deste contexto, conforme aponta Netta (2010), a cidade pedagogiza ao passo que civiliza. Ou seja, esse projeto de civilização é viabilizado a partir da cultura do político, do coletivo e no espaço social. Porém, essa construção vem de um processo lento e tenso.

A cidade, como referência de civilidade, era construída em oposição ao mundo rural, conferindo à lei a função de organizar, classificar e colecionar os territórios urbanos, atribuindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e a micropolítica familiar dos grupos que estiverem mais envolvidos em sua formulação. (ROLNIK, 1999).

2.7 Local de memória

A começar pelo Livro Tombo, a Igreja Católica considera-o como um alto valor histórico e significativo para a instituição. O livro registra os lançamentos que contemplam acontecimentos históricos, atos e fatos significativos, bem como os procedimentos administrativos de maior relevância para a Igreja. Essas anotações devem ser feitas em ordem

cronológica, indicando o dia, mês, e ano, como também o assunto abordado. A escrita precisa ser objetiva, sucinta e clara, com assuntos essenciais para o registro.

O padre responsável pela paróquia ou pela secretaria pode redigir o livro, relatando a vida das comunidades e pastorais na Igreja. Este arquivo deve ser guardado cuidadosamente na paróquia, não podendo, em hipótese alguma, ser retirado de lá. Essas informações minuciosas foram extraídas através da secretaria geral da Mitra Arquidiocesana de Niterói.

O Código de Direito Canônico⁵⁹ descreve:

Can. 535 - § 1. Em cada paróquia, haja os livros paroquiais, isto é, o livro de batizados, de casamentos, de óbitos, e outros, de acordo com as prescrições da Conferência dos Bispos ou do Bispo diocesano; cuide o pároco que esses livros sejam cuidadosamente escritos e diligentemente guardados.

§ 4. Em cada paróquia haja um cartório ou arquivo, em que se guardem os livros paroquiais, juntamente com as cartas dos Bispos e outros documentos que devem ser conservados por necessidade ou utilidade; tudo isso, que deverá ser examinado pelo Bispo diocesano ou seu delegado na visita canônica ou em outro tempo oportuno; o pároco cuide que não chegue a mãos estranhas.

§ 5. Também os livros paroquiais mais antigos sejam guardados diligentemente, de acordo com as prescrições do direito particular.

Can. 1283 – Antes que os Administradores iniciem o desempenho de seu encargo...

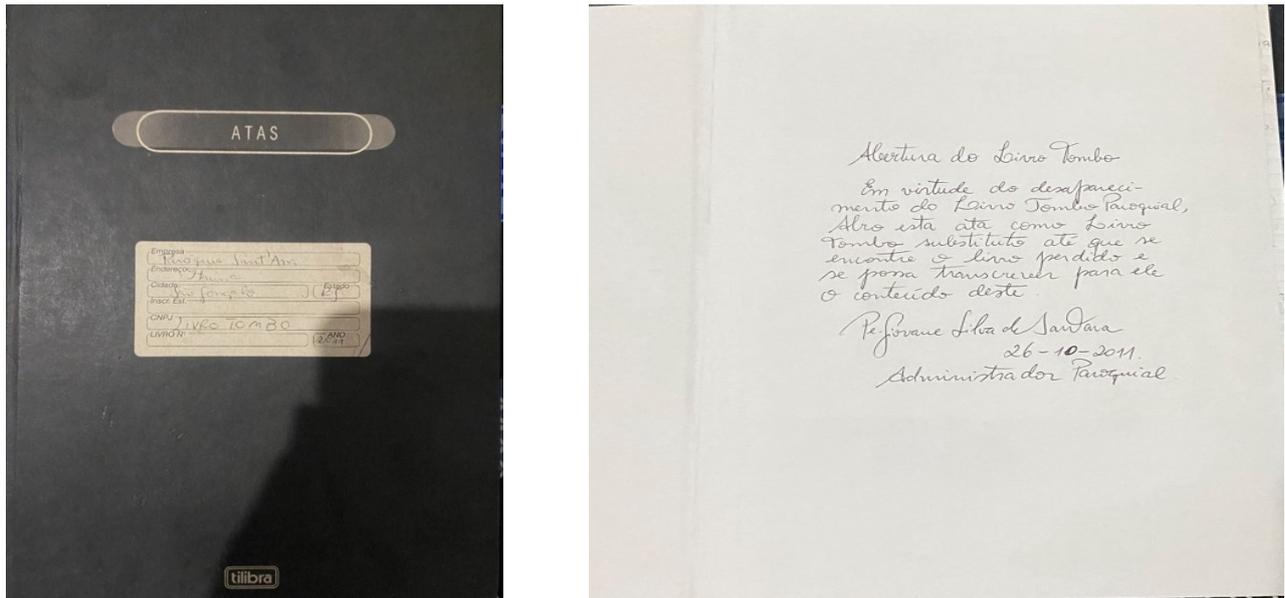
2º deve-se redigir um inventário exato e particularizado, assinado por eles dos objetos, imóveis, móveis preciosos ou de certo valor cultural, com respectiva descrição e avaliação; o inventário já redigido seja revisto.

3º conserve-se um exemplar desse inventário no arquivo da administração e o outro no arquivo da cúria; anote-se em ambos qualquer mudança que afete o patrimônio.

Porém, na Paróquia não aconteceu como esperado. Quando perguntamos sobre o Livro, a secretaria disse que não poderia informar, porque o antigo pároco levou consigo para a sua nova paróquia e até janeiro de 2023 ele não tinha devolvido ao novo padre. O motivo foi que não teve tempo para atualizar o livro e, por isso, retirou-o da paróquia e levou consigo. Quando terminasse de atualizar, iria devolver ao atual pároco. Guilherme Moreira, o antigo pároco e que hoje não é mais padre, saiu da paróquia em junho de 2021, levando consigo o Livro, o qual só foi devolvido em fevereiro de 2023, depois de muita insistência.

⁵⁹ O conjunto de leis que rege a estrutura institucional da Igreja Católica Apostólica Romana. Ele regulamenta todos os segmentos da vida eclesial; sua organização, governo, ensino, culto, disciplina e práticas processuais. Podemos dizer também que o direito eclesial compreende a totalidade da missão da Igreja no mundo, em seus três aspectos fundamentais: a missão de governar, a missão de ensinar e a missão de santificar⁵⁹.

Figura 27: Livro Tombo



Legenda: Capa e primeira página do Livro Tombo

Como é possível observar, o Livro Tombo da paróquia se encontra neste caderno de ATAS na cor preta; no meio, a sua identificação, contendo nome, endereço, Estado e o ano de abertura, que é de 2011. O que causou espanto, logo no primeiro momento, foi o fato de o livro ter sido aberto no ano de 2011. Quando vi, prontamente perguntei à secretária o motivo de ele ter sido escrito a partir do ano indicado, sendo que a Paróquia vai completar 49 anos de existência. A secretária explicou que isso ocorreu porque o pároco que esteve à frente da Paróquia, Padre Mário César, no período de fevereiro de 2004 a agosto de 2011, pouco antes de sair, queimou alguns documentos e o antigo livro foi um desses documentos.

Com o desaparecimento do livro, a memória dos primeiros registros foi perdida, tendo só como arquivos alguns documentos e imagens guardadas por alguns antigos paroquianos. Entre esses arquivos, estavam as homilias⁶⁰ do primeiro pároco da Matriz, Padre Luciano. Segundo conta Cássio, que frequentou e foi seminarista na paróquia naquela ocasião, ele tinha o costume de escrever suas homilias numa folha de caderno e as guardava em suas coisas.

Entretanto, com o passar dos anos, segundo a secretária Ana, esses documentos ficavam com o Padre responsável pela Paróquia, pois na igreja não existia um local específico para guardar esses documentos. Com isso, essas homilias escritas e outros documentos, até o mesmo o Livro Tombo, ficaram na mão do Padre Mário. Essas homilias escritas, assim como algumas fotos antigas e o Livro foram queimados pelo Padre Mário, perdendo toda a história da Igreja local.

⁶⁰ Pregação do padre sobre as leituras durante a missa

Portanto, foi recomendado ao Padre Giovane⁶¹ que ele abrisse um novo Livro Tombo e começasse a registrar o que era feito desde então. Assim, ele o fez. Logo na primeira página, o padre colocou de forma bem resumida o motivo da abertura do atual Livro e a data de quando começou a escrever.

Por fim, o Padre Giovane encerra os seus registros no Livro Tombo no dia 31 de dezembro de 2015, quando transcreve sobre o seu processo de transferência para uma nova Paróquia, a mando do Arcebispo, Dom José Francisco. Padre Guilherme assume como pároco, conforme é descrito por ele, no Livro.

Com a mudança, a forma como era escrito o Livro também mudou. Ao contrário do Padre Giovane, que era mais descritivo em suas escritas, o Padre Guilherme escrevia os acontecimentos na Paróquia de forma resumida, em alguns momentos ele divide até em períodos.

Depois disso, houve a chegada do atual padre, Frei Ilson, que até o presente momento não conseguiu registrar o que fez e o que vem acontecendo na vida paroquial da Igreja. Só no mês de abril de 2023 que ele conseguiu recuperar o livro, que estava em mãos do antigo pároco, o qual só devolveu após dois anos de sua saída. O Livro Tombo de número 2 possui 200 páginas. No entanto, existem apenas 36 páginas de registro ao longo dos 13 anos de existência.

Após esses acontecimentos com a história e memória da Paróquia, o atual pároco, Frei Ilson, está providenciando uma sala, para começar a guardar os arquivos da Igreja, tanto da Matriz, quanto das Capelas, como o lugar central para buscar essas informações históricas da Igreja. Esse movimento começou através desta pesquisa, quando foi preciso buscar informações.

2.8 Paróquia Sant’Ana de Itaúna

Dentro do bairro de Itaúna, fica localizada a Igreja de Sant’Ana, onde foi celebrada a primeira missa no dia 17 de julho de 1974, no primeiro dia da novena da padroeira, pelo seu primeiro pároco, padre Luciano Neves. Depois disso, o local foi crescendo e, atualmente, segundo relatos da secretaria Maria, a Paróquia Sant’Ana de Itaúna é uma das Igrejas mais importantes para o Vicariato São Gonçalo e Arquidiocese de Niterói. Tal relevância se dá devido à sua estrutura, que, apesar de ser num local considerado por muitos padres pertencentes da Arquidiocese, como um local “perigoso” e “hostil”, possui uma estrutura que muitas

⁶¹ Pároco que chegou após a queima do livro tombo.

paróquias de áreas nobres não possuem. Por ser uma favela, o local deixa de receber alguns eventos promovidos pelo Vicariato, com a alegação de estar inserida em uma “área de risco”⁶².

No Complexo do Salgueiro, a Paróquia⁶³ é vista como um local de memória. De acordo com Pacheco (2010), esses locais são idealizadores de identidades e atuam também como espaços de formação. De acordo com Nora (1993), esses locais seguem os três sentidos da palavra, sendo, ao mesmo tempo, material, simbólico e funcional.

Importante salientar que muitas das vezes a memória e a história acabam se misturando. Conforme Almeida (2021), quando memória e história se entrelaçam, datas e acontecimentos públicos podem sofrer claros fenômenos da memória, nomeados a partir de transferências ou projeções que ocorrem quando misturamos nossa vivência e experiências com eventos históricos dos quais participamos ou não.

Além dessas diversas projeções, que podem ocorrer em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar no relato ou na biografia (POLLAK, 1992, p. 3).

Durante sua primeira missa até os anos de 1980, a paróquia, que naqueles primeiros anos era considerada uma capela, não tinha missas todos os dias. As celebrações aconteciam duas ou três vezes ao mês. Apenas na primeira semana de inauguração, houve missa os nove dias seguidos, por causa da novena de Sant’Ana.

No ano de 1989, o Pároco, Padre Luciano Neves Teixeira, e o Vigário Paroquial⁶⁴, Padre Fausto Rodrigues dos Santos, perceberam que o território paroquial estava em expansão e que tinha locais distantes do Complexo até a Paróquia. Por isso, decidiram dividir todo o seu território em comunidades paroquiais.

Desse modo, o pároco e o vigário efetivaram a divisão do território do Complexo do Salgueiro, o qual abrange a Paróquia Sant’Ana de Itaúna, em 14 comunidades. Conforme afirma a secretaria, para essas comunidades, foi designada uma coordenação e vice coordenação, as quais seriam responsáveis pela administração e pelo bom andamento dela, levando evangelização e ajuda a quem precisasse, como se as comunidades fossem uma extensão da igreja em todo o complexo. Os nomes das 14 comunidades são:

⁶² Termo utilizado quando se refere a um local onde possui um alto índice de criminalidade.

⁶³ A forma como a Paróquia é descrita no site oficial da Arquidiocese de Niterói, nos documentos e como as pessoas que frequentam costumam chamar, quando se referem a Igreja.

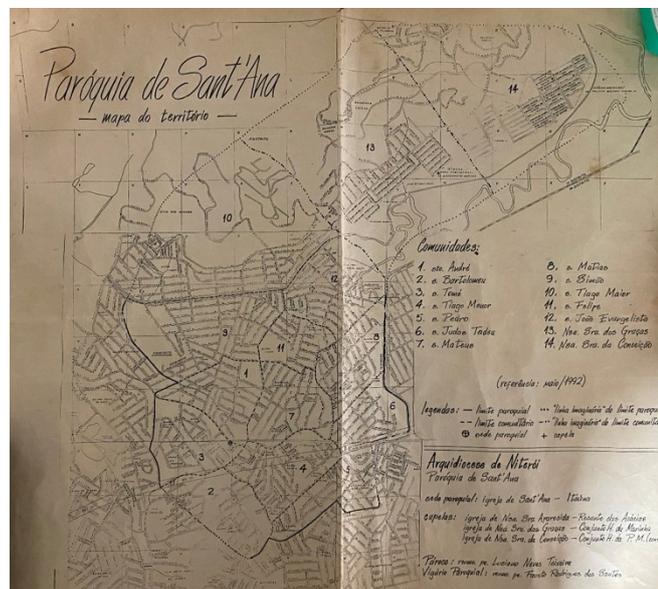
⁶⁴ Sacerdote que o bispo diocesano nomeia para auxiliar o padre na paróquia.

Tabela 1 - Comunidades

1. Santo André	8. São Matias
2. São Bartolomeu	9. São Simão
3. São Tomé	10. São Tiago Maior
4. São Tiago Menor	11. São Felipe
5. São Pedro	12. São João Evangelista
6. São Judas Tadeu	13. Nossa Senhora das Graças
7. São Mateus	14. Nossa Senhora da Conceição

Essa divisão foi representada pelo padre e pelo vigário, em um mapa feito em maio de 1992 que ainda existe e se encontra nos arquivos da paróquia.

Figura 28: Mapa do Território



Legenda: Mapa territorial da Paróquia Sant'Ana de Itaúna.

Como podemos observar, o mapa tem mais de trinta anos de existência, ficando protegido por um plástico e enrolado dentro de um canudo. Possui marcas de envelhecimento, com a cor da folha envelhecida, uma fita durex no meio para evitar que rasgue e amassados nos cantos, bem como alguns rasgos no final do mapa. Também é possível observar que em alguns pontos do mapa, há dados que foram apagados por causa do tempo.

Na história da paróquia, seis padres passaram por ela. O padre Luciano ficou de 1974 até dezembro de 1995. Em seu último ano, celebrou seus cinquenta anos de padre na capela Nossa Senhora das Graças, no Conjunto da Marinha. Logo depois, devido ao seu estado de

saúde e sua idade avançada, foi levado para o convívio dos seus familiares, em Belo Horizonte, onde veio a falecer em 21 de julho de 1999.

Em seguida, passaram pela paróquia: Padre Fausto – janeiro de 1995 a julho de 1997; Padre Marcos Drumond – agosto de 1997 a janeiro de 2004; Padre Mário César – fevereiro de 2004 a agosto de 2011; Padre Giovane Silva – agosto de 2011 a fevereiro de 2015; Guilherme Moreira (ex-padre) – fevereiro de 2015 a junho de 2021; e, atualmente, está o Frei Ilson, que chegou em junho de 2021 e continua até a presente escrita.

A Paróquia, além das três capelas existentes, também foi dividida em comunidades, pastorais⁶⁵ e movimentos⁶⁶, que estão presentes e ajudam no andamento da Igreja no seu território paroquial. As comunidades paroquiais são lugares que possuem sede, capelas, casas ou espaços comuns, e esses servem como territórios extensores da Igreja. Nesses lugares, há o costume de se realizar atividades, como confraternização, roda de conversa, orações e, uma vez ao ano, celebração da missa.

A seguir, podemos observar na tabela as pastorais existentes na Paróquia Sant’Ana e se elas atuam somente na paróquia ou se estende para as capelas.

Tabela 2 - Pastorais

Pastorais	Onde acontece
Pastoral da Acolhida	Atividade na Paróquia
Pastoral do Batismo	Atividade na Paróquia
Pastoral da Criança	Atividade na Paróquia e nas capelas
Pastoral da Comunicação	Atividade na Paróquia
Pastoral da Juventude	Atividade na Paróquia
Pastoral Litúrgica	Atividade nas paróquias e nas capelas
Pastoral dos Coroinhas	Atividade na paróquia e capelas
Pastoral dos Cerimoniários	Atividade na Paróquia
Pastoral do Dízimo	Atividade na paróquia
Pastoral da Educação	Atividade na Paróquia
Pastoral Familiar	Atividade na Paróquia
Pastoral dos Acólitos	Atividade na Paróquia
Pastoral da Obra do berço	Atividade na Paróquia e capelas
Pastoral da saúde	Atividade na Paróquia
Pastoral da sobriedade	Atividade na Paróquia
Pastoral Vocacional	Atividade na Paróquia
Pastoral dos Vicentinos	Atividade na Paróquia

⁶⁵ Após o Concílio Vaticano II, que ocorreu no período de 1962 a 1965, ficou definido que se compreende que “Pastoral” refere-se ao compromisso da Igreja na assistência às necessidades do ser humano, dentro da situação de mundo em que habita. Portanto, a ação da pastoral tem a união da fé cristã e da vida, com compromisso concreto de transformação social.

⁶⁶ Já os Ministérios são mais voltados para aquelas organizações e missões oficializadas pela hierarquia da Igreja.

Além das pastorais, como foi explicado acima, funcionam também os Movimentos, que estão presentes na Paróquia. Abaixo segue a lista dos movimentos presente na paróquia.

Tabela 3 - Movimentos

Movimentos	Onde atuam
Apostolado do Sagrado Coração de Jesus	Atividade na Paróquia
SAIAADAP ⁶⁷	Atividade na Paróquia
Grupo de oração	Atividade na Paróquia e capelas
Mãe Rainha 3x admirável	Atividade na Paróquia e capelas
Associação Nossa Senhora de Fátima	Atividade na Paróquia
Legião de Maria	Atividade na Paróquia
Terço dos homens	Atividade na Paróquia
Mães que oram pelos filhos	Atividade na Paróquia
Missões populares – COMIPA	Atividade nas Capelas
Ação Social	Atividade na Paróquia e capelas
Comissão da Solidariedade	Atividade nas Capelas

Alguns desses movimentos chegam às capelas por causa, principalmente, dos problemas sociais presentes onde ficam localizadas, nos bairros do Recanto das Acácias, Marinha e Palmeiras. Os movimentos das missões populares, ação social e comissão da solidariedade têm suas ações voltadas, principalmente, para a área da capela.

A ação social, que é organizada uma vez ao ano para todas as pessoas, leva diversos serviços sociais gratuitos, como emissão de documentos (segunda via), corte de cabelo, manicure, serviço do CRAS⁶⁸, massagem e dentre outros.

Já a comissão de solidariedade é responsável pelos bairros onde estão localizadas as capelas. Por serem áreas que sofrem constantemente com a violência e causas naturais⁶⁹, eles são os encarregados de ajudar a conseguir doações e abrigo, para atender aos moradores que necessitam de ajuda.

⁶⁷ SAIAADAP - Sant'Ana de Itaúna Apostolado do Amor a Deus e aos Amores ao Próximo

⁶⁸ CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

⁶⁹ Fortes chuvas no período do Verão e Inverno.

Também temos os Ministérios, que são parecidos com as Pastorais, mas eles têm uma definição voltada especificamente para os sacramentos e leis da Igreja Católica e não uma linha social, de ajuda material.

Tabela 4 - Ministérios

Ministérios	Onde atuam
Música	Atividade na Paróquia e capelas
Catecumenato	Atividade na Paróquia e capelas
Catequese	Atividade na Paróquia e capelas
Ministros da Eucaristia	Atividade na Paróquia e capelas
Divina Misericórdia	Atividade na Paróquia e capelas
C.O.R Mirim, feminino e Masculino	Atividade na Paróquia e capelas
E.C.C	Atividade na Paróquia e capelas
EJC	Atividade na Paróquia e capelas

Desse modo, essas pastorais buscam ajudar as minorias que convivem em seu entorno, seja atuante ou não da Igreja. Mas, a ajuda só é disponibilizada após um cadastro e uma visita da Pastoral, para ter a certeza que a pessoa precisa ser assistida. Com essas visitas pastorais, eles colaboram para propagar a doutrina Católica e sua concepção de mundo, principalmente para os não católicos.

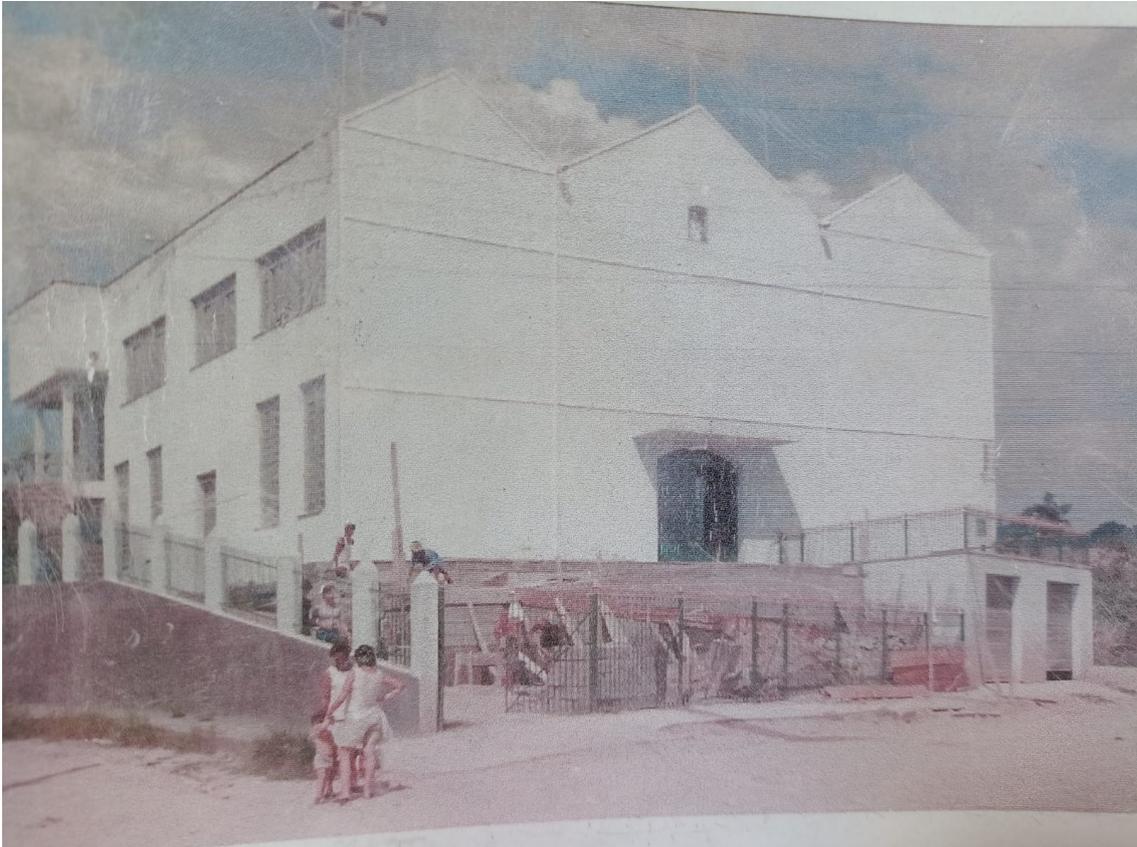
2.9 Memória da paróquia

Na paróquia, com a perda de boa parte da memória, coube aos antigos paroquianos buscarem seus antigos registros fotográficos, fotos antigas da Igreja de Sant'Ana. Uma antiga paroquiana, que frequenta desde os primeiros anos de existência do local, Maria Clara, disse que encontrou algumas fotos de como era a Paróquia antigamente. Abaixo, é possível observar as mudanças realizadas pelos padres que passaram pela Paróquia.

Durante os seus 48 anos de existência, ela passou por algumas mudanças. Por exemplo, sua cor, que já foi branca. Depois passou para azul, mas atualmente é um tom mais claro de bege. Além disso, sua entrada, que antes era uma grande escada que levava até a igreja, mas depois mudou para rampa e continua até os dias atuais. A criação de uma torre na parte da

frente, para colocar um sino é a novidade atual, mudando completamente a sua fachada, que antes era simples, sem muito detalhes a ser explorado.

Figura 29: Paróquia Sant'Ana



Legenda: Paróquia Sant'Ana nos anos 90.

Conforme podemos observar, na frente realizavam-se as obras para a retirada da escada com intuito de construir uma rampa, dando maior acessibilidade. No lado esquerdo, vemos duas portas, uma delas funcionava a secretaria e a outra era a garagem do padre, com uma passagem que dava até a sua casa, que ficava no alto, atrás da igreja. No fundo da imagem, no lado direito, no alto, é possível ver a parte da varanda e a entrada principal da casa. Não tinha sino, então, a ideia econômica do falecido Padre Luciano foi colocar um sistema de som no alto da Igreja que tocava uma gravação do sino em horários padronizados e em algumas orações que ele mesmo fazia durante a semana.

Figura 30: Parte interna da Paróquia.



Legenda: Paróquia Sant'Ana nos anos 90.

As paredes eram desenhadas com passagens e ilustrações bíblicas feitas por três paroquianos que doavam seus serviços à Paróquia. Atualmente, esses paroquianos faleceram. Tempos depois, após 2010, a igreja passou por novas obras, mudando totalmente o que era antes, trocando os desenhos de dentro da igreja por pinturas e arquiteturas mais modernas, com o teto rebaixado e leds, já que antes a iluminação era por luminárias e lâmpadas antigas. A seguir, temos uma nova imagem da Paróquia, com suas novas mudanças, ficando totalmente diferente do que ela era inicialmente tempos atrás, com o Padre Luciano, o primeiro pároco da Igreja local.

Figura 31: Paróquia Sant'Ana depois das primeiras reformas



Nessa imagem, observamos quando a Paróquia era pintada de amarela. Essa reforma ocorreu no período de 2010 a 2012, quando ela foi pintada dessa cor. Antes, a sua cor era azul.

Figura 32: Paróquia Sant'Ana atualmente.



Legenda: Fachada atual

Nesses últimos registros acima, é possível observar a evolução da Paróquia Sant'Ana, desde o seu começo até os dias atuais. Isso promove a todos os fiéis e aos moradores locais o amor e o sentimento de pertencimento, de tradição e de histórias, mostrando essa ligação entre bairro e morador. Essa conexão gera e nutre uma memória coletiva forte, que pode despertar ou estimular uma disputa no campo da memória e do imaginário popular, pois a memória do bairro e a tradição andam juntos para os entrevistados e, para a maioria, a memória do bairro

ou é a paróquia, ou está nela (Almeida, 2021). E não apenas a do bairro como um todo, alguns têm suas memórias depositadas na paróquia. A igreja cumpre, assim, a função de um local de memória:

Lugares de Memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória, se a imaginação o investe de uma aura simbólica (NORA, 1993, p. 21).

No próximo capítulo, adentramos no aspecto educacional presente em Sant'Ana e no Complexo do Salgueiro, conhecendo suas escolas municipais, estaduais e algumas atividades desenvolvidas com os alunos da região. Por fim, conheceremos um pouco da pastoral da educação, que tem um papel importante tanto para a paróquia, quanto para os jovens do Complexo do Salgueiro.

3 A EDUCAÇÃO PRESENTE EM SANT'ANA E NO COMPLEXO DO SALGUEIRO

Atualmente, temos no Complexo do Salgueiro, nove escolas municipais, que estão espalhadas pelos bairros pertencentes ao Complexo. As escolas são:

Tabela 5 – Escolas Municipais no Complexo do Salgueiro

Escolas Municipais	Bairros
E.M. JOÃO AIRES SALDANHA	Conjunto das Palmeiras
E.M. MARINHEIRO MARCÍLIO DIAS	Conjunto habitacional da Marinha
UMEI PROF^a NATALINA MUNIZ DE OLIVEIRA	Conjunto habitacional da Marinha
E.E.M. SALGADO FILHO	Itaoca
E.M. CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	Itaoca
E.M. WILLIAN ANTUNES DE SOUZA	Fazenda dos Mineiros
E.M. PASTOR HAROLDO GOMES	Itaúna
E.E. (MUN) PROF^a NIUMA GOULART BRANDÃO	Salgueiro
E.M. BELARMINO RICARDO SIQUEIRA	Luiz Caçador

Essas são as escolas municipais presentes no Complexo do Salgueiro. Um detalhe importante é que o Conjunto da Marinha possui uma escola e uma creche municipal. Já no Conjunto das Palmeiras, a Escola Municipal João Aires Saldanha, foi desativada, devido à alta criminalidade. Em uma das operações policiais, a escola ficou toda perfurada de bala.

Portanto, os alunos dessas escolas, foram transferidos automaticamente para uma escola mais próxima, que foi a Escola Municipal Marinheiro Marcílio Dias, que fica no Conjunto da Marinha. Dessas escolas, a Escola Municipal Pastor Haroldo Gomes é a única que possui Educação de Jovens e Adultos, oferecendo o ensino para todas os moradores que moram no Complexo do Salgueiro. Com isso, além das escolas municipais, também possui escolas estaduais, que são cinco e ficam espalhadas pelos bairros do Complexo do Salgueiro.

Tabela 6 – Escolas Estaduais no Complexo do Salgueiro

Escolas	Bairros
CIEP 430 CARLOS MARIGHELLA	Itaoca
CIEP 248 PROFESSOR TULIO RODRIGUES PERLINGEIRO	Salgueiro
CE ARMANDO GONÇALVES	Salgueiro
CIEP 439 LUIZ GONZAGA JUNIOR GONZAGUINHA	Luiz Caçador
CE FREDERICO AZEVEDO	Itaúna

Dessas cinco escolas estaduais, somente o Colégio Estadual Frederico Azevedo possui Educação de Jovens e Adultos e fica localizada na saída de Itaúna, um pouco mais distante das demais escolas e dos bairros do Complexo do Salgueiro. Nessas escolas, funcionam o Ensino Fundamental II (equivalente do 6º ao 9º ano) e o Ensino Médio (1º ao 3º ano).

No local também são oferecidas aulas de reforço e teatro. Frederico Azevedo, existe um projeto para começar um pré-vestibular social gratuito para os alunos que desejam fazer as provas universitárias.

O Ciep 248 Professor Túlio Rodrigues Perlingeiro cedeu parte de suas salas para a UMEI Professora Natalina Muniz de Oliveira, que fica localizada no Conjunto da Marinha. O motivo foi a última enchente que ocorreu no local, em fevereiro de 2023, quando a água chegou quase no teto, fazendo com que se perdesse boa parte dos seus materiais. A solução encontrada pela Secretaria de Educação foi pedir abrigo no Ciep, que fica próximo, o qual possui um espaço amplo e sua localização é no alto, sem risco de enchente.

As escolas e creches particulares também se fazem presentes no Complexo do Salgueiro e o seu quantitativo é bem maior que as escolas públicas municipais e estaduais. Uma das mais antigas e que possui um viés mais religioso, voltado para religião evangélica especificamente, é o Colégio Sete de Setembro, onde possui um no bairro Fazenda dos Mineiros e outro no Salgueiro.

Também possui duas escolas com um viés católico, Externato São Carlos e o Centro Escolar Cátia Cristina. Ambos não possuem uma relação direta com a Paróquia, mas todos os anos participam da confecção de tapete de Corpus Christ, onde as crianças dessas escolas vão até a igreja e confeccionam seus tapetes para a celebração.

3.1 Desigualdade causada pela violência

As escolas, seja municipal, estadual ou particular, sofrem todos os anos com a guerra do tráfico e as “operações policiais” em dias letivos, principalmente quando acontece em horário de entrada ou saída dos alunos.

Dessas escolas, as que mais sofrem com operações policiais ou conflitos entre traficantes são as escolas do Salgueiro, Fazenda dos Mineiros, Marinha e Palmeiras. Essas escolas, todas as vezes em que acontece alguma relacionado a violência, fecham as portas para preservar as vidas dos alunos e dos funcionários.

As outras não têm o costume de fechar, só quando o conflito pulsa muito forte, com casos mais graves. Nessas situações alarmantes, essas escolas também fecham.

Um caso mais recente, ocorreu no Conjunto da Marinha, na Escola Municipal Marinheiro Marcílio Dias, onde num dia normal de aula, com escola cheia de alunos e funcionários, ocorre durante o dia uma operação policial e conforme aponta os relatos descritos na matéria jornalística, os funcionários e alunos se viram obrigados a sentarem no chão da sala de aula e no corredor, para se protegerem do que estava ocorrendo lá fora, que era a guerra do tráfico com a polícia, que perdura até os dias de hoje e está muito longe de um fim.

Figura 33: Imagem da escola no dia da operação policial.



Legenda: Alunos e funcionários sentados no chão da sala de aula, protegendo-se dos tiros no local. A imagem está distorcida, por causa das crianças que estão presente na mesma. Fonte: Site G1 notícias,

O educador popular e fundador do projeto socioeducativo UniFavela, que realiza suas atividades em uma das principais favelas do Rio de Janeiro, favela da Maré, Laerte Breno, comenta como foi a sua vivência escolar, retratando uma realidade de todos aqueles que vivem em uma favela e sofrem com operações policiais e guerra do tráfico.

Foi uma realidade duramente afetada: aulas suspensas, atraso no conteúdo, tem o abalo psicológico de além de você lidar com o exame em si, o Exame Nacional do Ensino Médio, você lida com os impactos psicológicos da violência armada que está ali presente na porta da sua casa. Se a gente não reconhecer essa disparidade, a gente vai entrar no papel de normalização da barbárie⁷⁰ (LAERTE, 2023, p. 2).

Pontua Laerte ao site “observatório de favelas” que a vivência de um estudante morador de uma favela, constantemente, é estar na linha de tiro, devido à guerra do tráfico com a polícia militar.

Uma das funcionárias da escola, cujo o nome fictício de Maria Lúcia, trabalha na escola municipal Marcílio Dias como merendeira e afirmou que estava presente no momento da guerra entre o tráfico e a polícia, dizendo que aquele dia do ocorrido foram momentos desesperadores e de terror, devido ao grande volume de tiros, helicóptero sobrevoando o local e as crianças chorando desesperadas com medo de acontecer alguma coisa com elas.

O fato aconteceu durante a manhã, porém, as crianças e os funcionários só saíram da escola por volta das 17h, quando a guerra deu uma trégua e todos foram embora. Nas outras escolas, as aulas foram suspensas até reestabelecer a paz no local. Por insegurança, as escolas do Complexo do Salgueiro ficaram três dias sem funcionar, só voltaram quando perceberam que não ia ter mais conflito entre traficantes e polícia.

Conforme aponta um estudo realizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)⁷¹, a política de guerra às drogas reproduz uma rotina de confrontos entre a polícia e grupos que controlam o varejo de drogas sem resultados eficientes para reprimir o tráfico de armas e drogas, principal justificativa para a realização das operações policiais.

Os tiroteios intensos acontecem muitas vezes em horário escolar, prejudicando o funcionamento das escolas, colocando em risco a vida dos estudantes e impactando diretamente no desempenho destes. Como mostram os dados da pesquisa, a exposição aos constantes

⁷⁰ <https://observatoriodefavelas.org.br/escolas-na-linha-de-tiro-impactos-dos-conflitos-armados-na-educacao-publica/> Acesso em 01/10/2022

⁷¹ <https://drogasquantocustaproibir.com.br/educacao/> Acesso em 11/07/2023

episódios de violência aumenta as chances de reprovação, evasão escolar e afeta a renda futura desses indivíduos.

Os professores, conforme aponta Candau (2005), a cada situação que encontram no seu dia a dia escolar, veem na necessidade de reinventar a educação escolar, para que possa oferecer espaços e tempos de ensino-aprendizagem significativos e desafiantes para os contextos sociopolíticos e culturais atuais e as inquietudes de crianças e jovens que estão presentes nas escolas locais.

A problemática da violência, a guerra do tráfico com a polícia, é algo presente e até mesmo comum na vida desses alunos, uma questão que se alinha a outros problemas educacionais, conforme afirma Candau (2013), onde aponta que os problemas enfrentados pela educação escolar está na ordem do dia e abarca diferentes dimensões, como a universalização da escolarização, qualidade da educação, projetos políticos-pedagógicos, dinâmica interna das escolas, concepções curriculares, relações com a comunidade, função social da escola, indisciplina e violência escolares e fora, processos de avaliação no plano institucional e nacional, formação de professores e dentre outras que vão surgindo a cada dia.

Parto da afirmação de que não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceder uma experiência pedagógica “desculturizada”, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade. Existe uma relação intrínseca entre educação e cultura(s) (CANDAU, 2013, p.13).

Com isso, os professores e alunos, quando acontece algum confronto entre a polícia x bandido em dia letivo, são obrigados a se reinventar nas suas práticas. Primeiro, para se proteger e, segundo, para aprender a lidar com a desigualdade escolar. Na idealização frente aos dias letivos, a exemplo, a conta não é a mesma que uma escola no centro da cidade. Enquanto não há aula nas escolas do Complexo do Salgueiro, devido à guerra do tráfico, nas escolas do centro da cidade há aula normalmente, já que lá a assistência das políticas públicas chega, o que não se pode dizer o mesmo do Complexo do Salgueiro.

Uma situação comum nas escolas do Complexo do Salgueiro são operações e confrontos. Nessa realidade, há uma norma da Secretaria de Educação para não dar falta ou passar matéria nova para os alunos, como uma maneira da Secretaria minimizar os prejuízos. Nas escolas que nem sequer funcionam no dia, a ordem é colocar presença para todos os alunos e, nos conteúdos, colocar alguma orientação que, posteriormente, a Secretaria de Educação envia às escolas.

Esse posicionamento da Secretaria é o famoso “jeitinho brasileiro” para solucionar os problemas de qualquer forma. Na verdade, não acaba solucionando nada. Os principais

prejudicados são os alunos, que perdem, por vezes, um, dois ou até mesmo uma semana de dias letivos. Com essa norma da Secretaria, o aluno acaba perdendo esses dias letivos e, no final, a conta de no mínimo duzentos dias letivos se torna uma verdadeira mentira.

Os alunos há muitos anos não conseguem usufruir de seu direito à Educação, garantido na Lei de Diretrizes e Bases, artigo 24, inciso I, que diz sobre a carga horária mínima anual de oitocentas horas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Evidentemente, em uma visão mais ampla, não seria possível dizer que, em todas as escolas, a Educação fornecida é a mesma. Primeiro, porque cada um tem a sua particularidade. Mas, conseqüentemente, porque, ao se colocar como referência uma escola que fica localizada no Conjunto da Marinha e compará-la com uma que fica no centro do município de São Gonçalo, a diferença substancial seria a regularidade de práticas de ensino continuadas. Além disso, a vivência delas são diferentes. A escola do centro não vai precisar se preocupar em fechar por causa de uma operação policial, com alunos sendo prejudicados por não completarem o mínimo de dias letivos exigidos por lei.

As escolas que ficam em Itaúna e no Luiz Caçador raramente fecham suas portas. Por entenderem que estão mais no centro, as diretoras acreditam que não são afetadas pelas operações. Porém, recebem críticas dos moradores, pois muitos de seus alunos vêm desses locais que os policiais atuam e ficam prejudicados por falta e perda de aulas.

Além dos estudantes, moradores são prejudicados, sobretudo os que moram nos bairros mais afetados pelas operações, pois os ônibus são suspensos e os moradores que trabalham em locais fora do Complexo precisam andar longas distâncias para trabalhar ou até mesmo levar o seu filho a escola, porque a diretora achou melhor, no meio de um fogo cruzado, não suspender as aulas.

Inseridas num contexto de violência, as escolas experimentam a desconstrução de lugar de segurança. A série de situações de crianças vitimizadas pelos conflitos armados nesses territórios se contrapõe ao compromisso do Estado com a educação a todos os grupos sociais, assegurando “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, previsto no artigo 53, do capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estado deveria garantir que a escola fosse um lugar de segurança, de sociabilidade, de produção de conhecimento, mas, ao invés disso, o Estado interrompe aulas, atendimentos de saúde, coloca a população sob estresse e sob risco de vida (MACHADO, 2023, p. 18)⁷²

Figura 34: Pichação em uma das passarelas do Rio de Janeiro



Legenda: Pichação com os dizeres “muito tiro pouca aula, pouca aula mais bandido!” localizada próxima a passarela 9 da Avenida Brasil. Foto: Thaís Valencio / Observatório de Favelas⁷³

Apesar de não ser no Complexo do Salgueiro, a imagem se faz presente, pelo simples fato de representar a atualidade presente nas escolas locais dos bairros pertencentes ao Complexo. A localidade certa é próxima a passarela 9 da Avenida Brasil. Essa pichação se destaca devido à mensagem representar todas as escolas das favelas. Faz-se necessária a discussão sobre com a relação do abandono escolar se relaciona com a inserção de crianças e adolescentes aos grupos que controlam o varejo de drogas.

Uma pesquisa realizada do “Observatório de favelas” junto com a “Rotas de Fuga” investigou 230 jovens que são ligados à rede do tráfico de drogas em 34 favelas cariocas, cuja faixa etária varia entre 11 e os 14 anos. A pesquisa mostrou que esses jovens tiveram algum motivo para sair da escola e desses jovens, 93% abandonaram a escola, sendo que quase a metade (46%) o fez entre os 11 e os 14 anos, mesma faixa etária que predomina o ingresso no tráfico e o início do consumo de drogas.

⁷² <https://observatoriodefavelas.org.br/escolas-na-linha-de-tiro-impactos-dos-conflitos-armados-na-educacao-publica/> Acesso em 01/11/2023

⁷³ <https://observatoriodefavelas.org.br/escolas-na-linha-de-tiro-impactos-dos-conflitos-armados-na-educacao-publica/> Acesso em 09/01/2023

Sobre esses dados, é possível notar a normalidade das operações policiais sem planejamento nas favelas do estado do Rio de Janeiro, causando conflitos armados e centenas de casos de violação de direitos da população desses locais sejam violados. Todo o dinheiro que é destinado para essa política bélica em que o estado insiste em financiar poderia melhorar a infraestrutura das escolas, salários dignos aos professores, segurança nesses espaços educacionais e investir, de fato, em medidas para diminuir a evasão escolar.

No entanto, o que temos é dinheiro investido em armamentos, manutenção de caveirões, helicópteros e drones. Recursos esses que poderiam ser utilizados para garantir a vida da população que já sofre historicamente com a negação dos direitos básicos e que vê na educação um caminho para melhorar as condições de vida. Dessa forma, o abismo social se mantém sem expectativa de mudança.

Essas questões que já foram explicitadas sobre todo o Complexo do Salgueiro, fazem pensar sobre a Pedagogia da Cidade. Toda cidade é detentora de uma instrução socializadora e investida de uma função pedagógica, em que se moldam valores e modelos de conduta, pois podemos dizer que a cidade detém uma função social advinda da experiência da urbanidade, das vivências, das práticas e projetos citadinos (NETA, 2010).

“[...] pois a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.” (LEFEBVRE, 2001, p. 47).

Ou seja, conforme aponta Michel Foucault (1981), a pedagogia da cidade começa a ser definida a partir do poder, pois é um conjunto das relações de força que constroem singularidades e se insere em todo lugar onde existe particularidade, sendo então mais um exercício que uma posse e, não é um privilégio adquirido, mas efeito de conjunto de suas posições estratégicas sendo, então, pertinente para a análise dos processos formativos dos cidadãos habitantes da urbe.

Sendo assim, Neta (2010) aponta que a pedagogia da cidade começa a ser esboçada a partir da relação firmada entre o estilo de vida urbano e o aprendizado da civilidade, na medida em que a pedagogização ocorrida no mundo social citadino está enredada por equipamentos, instituições e espaços.

Roche (2000) lembra que a cidade desempenha um papel específico ao se beneficiar dos meios e dos equipamentos necessários e, quando está no centro de um conjunto de organização, é repartido desigualmente sobre todo o território, uma vez que “[...] a urbanidade se caracterizava [...] pela complexidade das relações sociais e as maneiras pelas quais elas se reagrupavam [...] impondo à constante heterogeneidade do face-a-face social [...]” (ROCHE, 2000, p. 74).

Em seu texto, NETA (2010) segue ressaltando que o público e o privado constituem o cidadão em processo constante de educabilidade, ou de forma mais ampla de pedagogização seja no lar e em família, nas escolas, seja nas cerimônias cívicas e religiosas, pois, como nos lembra Coulanges (2007, p. 248) a cidade é uma organização social com crenças e usos diversos e o cidadão, está submetido em tudo e sem reservas a ela; pertencendo-lhe inteiramente.

O cidadão contém a cidade e, ao mesmo tempo está contido nela. É essa relação entre um e outro que viabiliza uma dada pedagogização pela e na cidade. Essa pedagogização só é possível porque, como nos alerta Castells (*apud* ARROYO, 1997), as cidades são sistemas vivos, feitos, transformados e experimentados por seres humanos e, por isso são os cidadãos as raízes da cidade. (NETA, 2010, p. 8).

Conforme aponta Almeida (2021) em sua pesquisa, a Igreja Católica apresenta um vasto histórico em educação no Brasil, preenchendo lacunas que o Estado deveria completar, admitindo sua preocupação e intencionalidade em abraçar para si essa questão. Investindo em projetos e cedendo seus espaços, seguindo princípios voluntariado, onde os serviços oferecidos são livres e gratuito.

Assim como ocorre nos serviços educacionais e pastorais oferecidos pela Paróquia Sant'Ana de Itaúna, que agregam na oferta da ação socializadora.

Então, entendemos que a localidade da paróquia, juntamente com suas atividades religiosas socializadoras, como as pastorais, suas atividades educativas e experiências contribuem para a manutenção de uma memória local. O sentido de permanência e constância, vinda da localização da paróquia, ligado aos eventos religiosos, ecumênicos, educacionais e públicos, podem criar no imaginário dos moradores uma sensação de familiaridade, conforto, segurança e até uma marcação de tempo cronológico em suas vidas (ALMEIDA, 2021, p. 110).

A presença da paróquia e seus edifícios também compõem a socialização proporcionada pela cidade. Os agentes religiosos e os moradores produziram esses lugares de culto, de apoio, de assistência e de socialização.

(...) Os estudos da religião têm relevância por serem absolutamente centrais para a compreensão de sociabilidades e dinâmicas existentes em favelas, periferias e presídios, assim como para analisar o Estado e as diferentes políticas públicas que estão sendo formuladas no Brasil. (...) Trata-se de considerar a religião como componente das mais diversas instâncias públicas e da vida social como uma gama de autores vem defendendo⁷⁴. Nesse sentido, a identificação da religião como uma reminiscência a ser superada no espaço público pelo avanço e consolidação da modernidade deixa de colaborar para a análise de contextos e interações sociais que emergem com força nas margens e no centro do próprio Estado (CUNHA, 2013, p. 20).

⁷⁴ Birman e Leite (2003), Giumbelli (2002, 2008), Montero (2006, 2009, 2012), Burity e Andrade (2011), entre outros.

3.2 Educação em meio à criminalidade

As escolas, possuem um papel fundamental na vida dos estudantes e também das famílias que ali depositam confiança todos os dias, as suas esperanças de que vão conseguir um futuro promissor, longe da criminalidade.

Durante a pesquisa, pude visitar duas escolas municipais, uma no Salgueiro e outra em Itaúna e percebi a diferença que essas escolas estão fazendo para conseguir diminuir a evasão escolar e incentivar esses alunos a estudarem e nadarem contra a violência que assombra o bairro e os jovens com o forte aliciamento do tráfico.

Numa dessas escolas, em conversa com a diretora, ela conta sobre a importância das atividades fora da escola para as crianças, como os passeios culturais. Ela conta que realizou passeios para a cidade imperial de Petrópolis, Bio Parque (zoológico) e AquaRio(aquário). Afirma que a cada passeio, as crianças se sentiam realizadas e encantadas com tudo que viam de novidade.

Muitas dessas crianças, segundo afirma a diretora, tiveram uma oportunidade que talvez, só a escola pudesse proporcionar, ainda mais que foi gratuito e num dia letivo. Nessas aulas passeios, os alunos aprenderam um pouco mais sobre a história do nosso país, os diversos tipos de animais presentes em nosso país e também as mais variadas espécies de peixe, inclusive viram bem de perto um famoso “peixe palhaço” que fez muito sucesso num filme infantil.

Para Freinet (2011), a aula passeio é um momento no qual elimina-se a distância entre professor e aluno, pois ambos ao explorar tudo o que pode ser descoberto fora do ambiente escolar passam a ter uma relação de igualdade e “camaradagem”. Isso possibilita uma aprendizagem efetiva, pois os alunos, ao vivenciar o mundo lá fora, adquirem o gosto pelo aprender de forma prazerosa, acabando de vez com o desinteresse que é encontrado dentro da sala de aula, com conteúdo que não tem nada a ver com sua realidade, causando assim o fracasso relacionado a aprendizagem.

Outro projeto interessante, feito em outra escola municipal, levou uma turma inteira de quinto ano do Ensino Fundamental para ir ao cinema, assistir ao filme “Nosso Sonho”, que conta a história da dupla de funk Claudinho e Buchecha. Segundo a orientadora pedagógica da escola, foi uma experiência única para esses alunos, ainda mais que muitos deles nunca tinham ido antes ao cinema e tiveram uma oportunidade de conhecer uma história de amigos que começaram a fazer sucesso através do funk e viveram no Complexo do Salgueiro.

O resultado positivo dessa aula passeio foram os alunos, voltando para suas casas, cantando a música “Nossos Sonhos”, que embalou o sucesso dos amigos “Claudinho e Buchecha” no transporte em direção as suas casas e no dia seguinte, vários moradores comentando sobre a ida das crianças ao cinema.

Nessa escola, eles também foram na Casa da Descoberta na UFF, conheceram uma cozinha onde produz pizzas, a Parmê. Foram também ao Sesc e, na sequência, visitaram a UERJ – FFP, que fica em São Gonçalo. Assim, puderam conhecer um projeto de biologia que investigava a vida dos animais.

Por meio da aula passeio, o educador tem vários métodos de transformar a sua prática em sala de aula em um momento dinâmico e significativo, pois são várias as maneiras que se podem trabalhar diversos conteúdos, através do que foi visto fora da sala, provocando o interesse e a participação do aluno.

Ao fazer a conexão do que foi visto e aprendido na aula passeio com o currículo estabelecido pela escola, o docente dá significado ao conhecimento, pois os alunos aprenderão melhor o conteúdo curricular por meio do que foi vivenciado, podendo a partir dos conhecimentos aprendidos construir novos saberes. Entretanto, para que isto se concretize, “é necessário que as situações de aprendizagem tenham um sentido real para as crianças, mobilizando-as nessa busca [...]”. (DIAS; FARIA, 1994, p. 30).

Um projeto que cheguei a desenvolver durante o período de um ano em que pude lecionar na Escola Municipalizada Nilma Goulart, no Salgueiro, foi sobre a linguagem utilizada pelos alunos na sala de aula. Com o nome de “Dicionário da Rapaziada”, tinha o intuito de reunir as mais diferentes gírias e expressões que as crianças utilizavam no seu dia a dia, tornando-se algo bastante comum para elas.

Durante esse projeto, pude conhecer vários termos utilizados por essas crianças, abaixo cito alguns deles:

Dando uma de pão – “atitude estranha”

Fé – “ok”

Mec mec – “suave, tudo bem”

Se liga – “prestar atenção, ficar atento”

Pega a visão – “alerta, escuta aqui”

Tá ligado? – “Entendeu?”

Com isso, a ideia central desse projeto foi valorizar a linguagem utilizada pelos alunos, também fazendo produções de paródias em cima dessas linguagens, de acordo com a proposta curricular., fazendo com que esses alunos se sintam mais à vontade em sala de aula e explorar o aprendizado dessas crianças a partir de suas vivências e práticas do dia a dia em que convivem.

Essas experiências vivenciadas pelos alunos, tornam-se valiosas e ricas de aprendizado, pois, eles vivem momentos, que talvez possuam dificuldade de ter acesso, sendo a educação, a principal porta de entrada para essas crianças da região, possibilitando construir o seu próprio conhecimento.

Para o Freire (1981), a educação não é uma simples transmissão de conhecimento, mas uma possibilidade de o educando construir o seu próprio conhecimento, baseado em suas vivências. Desse modo, a educação deverá ser um processo que contribui para a sua formação e para sua responsabilidade social e política.

Concordando com a ideia de Freire, Demo (1996, p.16) aponta que a educação não é somente o ato de ensinar, instruir, treinar ou domesticar. A educação “é, sobretudo formar autonomia do sujeito histórico competente, uma vez que o educando não é objetivo de ensino, mas sim sujeito do processo”.

Essas ideias apresentadas pelos autores acima, apontam para a concepção de uma educação transformadora, focada no desenvolvimento e na autonomia do indivíduo para construir uma sociedade mais participativa e justa.

Portanto, as experiências culturais em favelas devem ser referências decisivas para a políticas públicas, conforme aponta Fortunato (2020), que diz que, especialmente, enfatizam o protagonismo dos sujeitos sociais situados na intervenção cultural e artística no território, fazendo que nesse cenário, a cultura ganhe seu horizonte como prática social e se vincula definitivamente ao debate sobre a mudança de significado da cidade como obra humana compartilhada.

Por fim, é importante que a sociedade olhe para as favelas para além dos problemas sociais existentes, reconhecendo e valorizando suas manifestações culturais e educacionais. E que a violência vivida pelos moradores é diária, porém, a educação e a cultura vivenciada pelos moradores, merecem ser potencializadas e exaltadas por todos e não taxar o local como somente um reduto de criminalidade.

3.3 Atuação da pastoral da educação na paróquia Sant’Ana de Itaúna

Em Sant’Ana, existe a Pastoral da Educação, que começou os seus trabalhos em fevereiro de 2022, uma das pastorais mais novas da Paróquia. Esta possui dois coordenadores, que são professores e oferecem alfabetização para adultos, explicadora e estudo da religião. A pastoral tem atuações na paróquia e também nas Capelas Nossa Senhora das Graças, no Conjunto da Marinha e Nossa Senhora Aparecida, que fica no Recanto das Acássia.

Na coordenação atualmente, Glória diz que a pastoral segue os princípios da CNBB, que são:

Promover, articular e organizar ações evangelizadoras no mundo da educação, compreendido como pessoas, instituições e ambientes relacionados à educação, com a finalidade de ser sinal do Reino de Deus e de construir um ser humano fraterno, livre, justo, consciente, comprometido e ético⁷⁵.

Conforme a fala da Coordenadora da Pastoral, atualmente, ela atende dezesseis adultos auxiliados em seus processos de alfabetização, com conteúdo e atividades elaboradas por professores da pastoral. As atividades são pensadas com ideias relacionadas à humanização, cidadania e, inclusive, sobre o ensino religioso, já que todas as pessoas que a frequentam são católicas. Também atendem 23 crianças, na faixa de idade entre onze e dezesseis anos, oferecendo aulas de reforço e ensinando sobre o catolicismo, já que essas crianças são além disso, oriundas da Catequese.

Segundo o documento 41 da CNBB, para uma Pastoral da Educação, educação, humanização e personalização são complementares e até sinônimos (CNBB, 1986 *apud* VITTI; BETIATO). Isso significa que, quanto mais eficaz a educação, maior será a humanização e mais intensa a personalização. Em outras palavras, quanto mais educados, mais livres e mais humanos seremos (VITTI; BETIATO, 2009, p. 21).

Com os adultos, além das atividades descritas acima, são trabalhadas atividades lúdicas, com caráter religioso. Segundo a coordenadora, com viés educativo, usa os meios educacionais para alfabetização, ensinando um pouco mais sobre o catolicismo para os que desejam apreender.

Nessa pastoral específica, possuem, além da coordenação, mais seis pessoas ativas, que ajudam na alfabetização direta desses alunos que frequentam as aulas na Pastoral da Educação. Todas essas pessoas são professores, sendo duas na área de Ensino Fundamental I⁷⁶, uma professora de Artes, um professor de Matemática e duas de Português. As coordenadoras, Glória e Laura, são aposentadas, mas exerciam a função de Orientadora Pedagógica em seus respectivos trabalhos.

Na Catequese, que também é um meio de educação direta fornecida pela Igreja Católica, aprende-se, em específico, sobre o catolicismo. São formadas pessoas leigas, que antes de ministrarem suas aulas para as crianças e adultos, passam primeiro por uma formação de dois anos e meio, na qual aprendem de forma aprofunda sobre o catolicismo. Essa formação é

⁷⁵ <https://cnbbs2.org.br/pastoral-da-educacao/> <https://cnbbs2.org.br/pastoral-da-educacao/> Acesso em 19/09/2023

⁷⁶ Do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental.

disponibilizada pela própria Arquidiocese, na qual Padres e Professores ministram suas aulas. Por fim, existe o Setor Juventude, conforme a CNBB afirma:

Na CNBB, em âmbito nacional, o Setor Juventude é o espaço que articula, convoca e propõe orientações para a Evangelização da Juventude, respeitando o protagonismo juvenil, a diversidade dos carismas, a organização e a espiritualidade para a unidade das forças ao redor de algumas metas e prioridades comuns à luz do documento 85 “Evangelização da Juventude”, das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e Documento de Aparecida. Há um bispo e um assessor responsáveis pelo Setor que, contando com a colaboração de uma equipe colegiada de assessores, respondem pela evangelização da juventude⁷⁷.

A pastoral da educação também possui suas atividades em duas capelas, com aulas de reforço escolar aos sábados, na parte da manhã, para alunos do quinto ao nono ano do ensino fundamental. Atualmente, somando as duas capelas, a pastoral possui 15 crianças assistidas.

Essas aulas acontecem no num pequeno “anexo” de andares da capela, onde o primeiro é uma cozinha e no segundo, são salas que também era usada para as aulas de catequese. Nem todos esses alunos são católicos e também e este não é um critério para se matricular no reforço fornecido pela pastoral.

Todos os alunos estudam numa das escolas presentes no Complexo do Salgueiro. Segundo a coordenadora da pastoral, todos esses alunos carregam consigo um sonho de viverem dias menos violentos, onde consigam andar livremente, sem nenhuma preocupação com os frequentes confrontos do tráfico local com a polícia militar.

Numa das aulas, foi pedido para que escrevessem ou desenhassem que futuro queriam para si e a grande maioria escreveu e desenhou o desejo de “viver em paz”, onde descreviam que queriam menos violência, menos criminosos armados nas ruas do bairro, fim das “bocas de fumo⁷⁸” na rua de casa e que os confrontos armados entre bandido e polícia tivessem um fim.

Segundo a coordenadora da pastoral, as crianças assistidas pela pastoral da educação possuem uma realidade cercada pela criminalidade, onde afirma que “para quem não mora numa realidade como essa (favela), é assustador ouvir tiros quase todos os dias e está andando normalmente armado pelas ruas do bairro, agora para essas crianças que nasceram aqui, é uma realidade comum, onde só assusta, quando acontece algum embate entre polícia e bandidos, onde infelizmente, em sua grande maioria, temos vítima fatal devido a brutalidade das operações e balas perdidas”.

⁷⁷ <https://jovensconectados.org.br/setorjuventude/> acesso no dia 8 de julho de 2023.

⁷⁸ Expressão conhecida como ponto de venda de drogas, no Rio de Janeiro.

Outros pedidos como “saneamento básico, ruas sem buracos, praça com parque e chuvas fracas”, foram escritos numa das aulas da pastoral, conforme foi relatado pela coordenadora Glória. O pedido pela chuva fraca, acontece devido as enchentes causadas pelas fortes chuvas, que nos últimos anos, fez alguns moradores dos bairros da Palmeiras e Marinha, perderem seus pertences, devido ao grande volume de chuva que ocorre em alguns períodos do ano.

Com isso, é possível perceber como a ausência do poder público, o abandono com o Complexo do Salgueiro, afeta todos os moradores, principalmente as crianças, que muitas das vezes, não tem o seu direito que é garantido por lei exercido, devido ao esquecimento e domínio do tráfico na região.

Portanto, neste último capítulo, adentramos na educação presente no Complexo do Salgueiro oferecida pelas escolas assim como pela Paróquia por meio de sua ação pastoral. Diante do que foi exposto, é possível compreender que todos podem sim enxergar a favela não como um reduto da criminalidade, mas sim com local cheio de possibilidades para encarar os desafios que a vida impõe e o caminho ideal é uma educação justa e igualitária, para todos os povos.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi possível refletir sobre a Paróquia Sant'Ana de Itaúna, no Complexo do Salgueiro, conjunto de bairros que surge durante o período do Regime Civil Militar e que, anos após a sua criação, acaba se tornando uma das maiores favelas fora da cidade do Rio de Janeiro, comandada por uma das maiores facções locais, o Comando Vermelho (CV). Vista como um dos locais mais perigosos do município de São Gonçalo, o Complexo do Salgueiro atualmente é marcado pelo cenário de violência e confrontos entre a polícia do Estado e os traficantes.

Para uma aproximação com o objeto desta pesquisa, a Paróquia e sua participação na pedagogia da cidade, foi preciso fazer um recorte histórico para entender o contexto do período, começando pelo Regime Militar e pelas posições da Igreja Católica e seus representantes.

A despeito do apoio da instituição ao Regime, ao longo do tempo, o contexto fica ainda mais severo e criminoso, com prisões de padres e religiosos acusados de conspirar contra os militares. A igreja começou a rever o seu apoio, usando até mesmo a Campanha da Fraternidade para reforçar a ideia de ir contra todos os ataques de censuras, torturas e mortes que ocorriam.

A Igreja esteve dividida. Alguns setores se opuseram ao regime. Com a inserção do AI-5, a Igreja começa a ser afetada. Após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, a Igreja Católica não foi mais vista como uma aliada do Regime, já que “estabeleceu a opção pelos pobres e um olhar para a diversidade cultural do mundo e consequentemente dos fiéis, onde se aproximaram dos trabalhadores da cidade e do campo, dando assistência e apoio” (ANGELOZZI, 2017, p. 115).

O capítulo também discutiu as aproximações de ações de alfabetização da Igreja e do pensamento de Paulo Freire, notando que a Igreja desenvolvia processos de análise e leitura da realidade a partir das CEBs e pastorais, processos educativos fora dos espaços escolares.

Já no segundo capítulo, foi possível conhecer a fundo sobre o Complexo do Salgueiro e os seus bairros de origem, sendo todos dominados pelo comando vermelho (CV) e atualmente vive um alto índice de criminalidade.

Ao procurar documentos que ajudassem a construir uma história da paróquia, a pesquisa se deparou com uma lacuna. Com isso, a ajuda dos moradores com os seus relatos, matérias de jornais e até mesmo artigos foram fundamentais para a composição deste capítulo. Além disso, apontou-se para casos de violência que atualmente ocorrem com certa frequência na região. Por exemplo, barricadas, homens armados, direito de ir e vir dos moradores limitado e medo

constante de operações policiais. Esse é o atual retrato do morador local, que sofre a cada dia com a criminalidade. Além do Complexo, neste capítulo conhecemos as três capelas pertencentes à paróquia, que estão localizadas em três bairros distintos, sendo que uma delas encontra-se fechada, devido a violência que toma conta do seu entorno.

A história e memória da paróquia foram abordadas, sobretudo sobre o funcionamento das pastorais sociais, que ajudam os que sofrem com a ausência do Estado. Documentos foram queimados, livro tombo saiu da paróquia, houve ausência de registros de memória. Enfim, com a pesquisa, foi possível perceber o quanto a história local é apenas pautada na oralidade e o quanto se negligenciou o cuidado com documentos históricos. Essas ações fizeram com que uma parte da história e registros se perdessem, tendo atualmente, apenas, os relatos dos paroquianos, que, por medo de morar numa favela, pediram para não serem identificados.

Como resultado das indagações que esta pesquisa levantou, o atual pároco está em busca de dados, documentos, memórias da paróquia para fazer um acervo e uma sala de exposição com o intuito de inaugurá-los no jubileu de ouro da paróquia que ocorrerá em 2025.

Além disso, as pastorais sociais presentes exercem um serviço de ajuda e assistência a algumas famílias carentes que habitam o Complexo do Salgueiro, independente da sua religião. Esse gesto de ajuda faz a diferença para muitas famílias, que dependem desse amparo social para poder sobreviver.

Nos últimos anos, começa o declínio da Igreja Católica e o aumento dos evangélicos, principalmente com novos templos sendo construídos, o que é relatado no último capítulo desta pesquisa. Neste capítulo, através dos mapas, foi possível ver a quantidade de igrejas neopentecostais presentes no Complexo, inclusive no entorno das capelas. Isso demonstrou o crescimento dos evangélicos com suas ocupações em diversos espaços do complexo do salgueiro. O Sínodo organizado no atual papado é uma resposta a esse crescimento.

Por fim, vimos as escolas presentes nos bairros do Complexo. A violência tornou-se seu principal inimigo, causando muita das vezes, pânico, medo e fechamento das escolas. O aluno que reside nos bairros pertencentes ao Salgueiro não cumpre os dias letivos exigidos por lei. Comparando com um aluno que estuda em uma rede de ensino particular ou até mesmo em outras escolas municipais que se encontram localizadas no centro de São Gonçalo, o estudante do Complexo encontra-se em nítida desvantagem em sua formação.

A ideia de que o Complexo é um local que só tem traficantes está frequentemente presente nas mídias, até mesmo nos debates entre os candidatos nas eleições de 2022. O que esta pesquisa entendeu foi que no Complexo também tem cultura, educação, religiosidades,

natureza, comércio, histórias e memórias. Realizar esta investigação foi escrever parte das histórias e memórias locais.

Mas uma marca muito importante da pedagogia da cidade aí presente é o medo. Lopes reflete:

Recordo-me de Theodor Adorno (2002, p. 61) ao dizer que “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro”. Não, logicamente não vou comparar o horror do holocausto – por si, incomparável com qualquer outro acontecimento histórico – com as falas de violências deste trabalho, mas a reflexão de Adorno pode nos servir de base para questionar nossa realidade. Como escreveríamos poemas enquanto o Salgueiro vivenciava chacinas? Em certos momentos, precisamos utilizar do nosso espaço de fala (também) para denunciar, sobretudo, situações que fogem da grande mídia e de resoluções justas por parte do Estado. (LOPES, 2023, p. 192).

Assim, o Complexo do Salgueiro não é somente um local de tráfico e de violência, mas de homens e de mulheres que possuem sonhos, afetos, talentos e trajetórias. A escritora Chimamanda Adichie acrescenta que não podemos cair nos perigos de uma história única, visto que “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso” (2009, p. 16).

Esse fato também pode ser visto, quando a pesquisa se refere à Paróquia, pois suas histórias e memórias, com missas, procissões, pastorais, conflitos, arquivos queimados por um padre, fechamento de capela devido à violência e a queda de público e o crescimento de templos neopentecostais ao seu entorno, demonstra que o local possui muitas histórias que nos levam a pensar como a Igreja, de modo geral, se apresente no Complexo do Salgueiro.

Desse modo, observamos nesta pesquisa o nascimento de um aglomerado de bairros, que atualmente a violência toma conta. A fundação da Paróquia Sant’Ana que marcou o local, com seus patrimônios, memórias e artefatos históricos, relatados e marcados pelos moradores locais e pelas escolas, ocupa um papel transformador na vida dos moradores e estudantes que sonham com dias melhores.

Assim sendo, a proposta central dessa pesquisa foi contar parte de uma história do Complexo do Salgueiro e da Paróquia Sant’Ana de Itaúna, procurando perceber como a paróquia participa da pedagogia da cidade, mostrando o período em que esta nasceu para depois abordar as memórias, pastorais e o papel central da educação em todo o complexo. Não necessariamente encontrou-se respostas, mas novos questionamentos e novas investigações sobre temas tão importantes e centrais para o meio acadêmico, principalmente sobre o Complexo do Salgueiro como um todo, um local rico em história, memórias e marcas, que muitas vezes, se tornam possíveis.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ADORNO, T. W. *Crítica cultural e sociedade*. In: Indústria cultural e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 45-61.
- ALMEIDA, Fernanda de Oliveira Felix de. *Igreja Nossa Senhora do Desterro e Campo Grande: Entre Memórias e Histórias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2021.
- ALMEIDA, Milton José. *O triunfo da escolástica, a Glória da educação*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ALVES, Nilda. *Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas*. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda. Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas – sobre redes de saberes. Petrópolis; DP et al, 2008, p. 13-38.
- ANGELOZZI, Gilberto Aparecido. *Igreja, Estado e Poder: As relações entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- ARROYO, Miguel G. *O aprendizado do direito à cidade: Belo Horizonte — a construção da cultura política*. Belo Horizonte: Educação em Revista, n. 26, dez. 1997, p. 23-38.
- ASSMMAN, Hugo. Teologia de La Práx, Montevideo, 1970. ASSMMAN, Hugo. Tarefa e Limitações de uma Teologia do Desenvolvimento, Vozes 1968. BRANDÃO, Carlos. In: Paulo Rosas (Org.) Paulo Freire: Educação e Transformação Social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luis Eduardo. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 208.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira: práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999 a 2006)*. São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.
- BETIM, Felipe. *A história das operações e planos de segurança no Rio: Três décadas*. El País, Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632_353673.html Acesso em 19 de março de 2023.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOFF, C. *Pastoral de Classe Média na Perspectiva da Libertação*. Revista Eclesiástica Brasileira, ed. 51, 1991, 5–28. Disponível em: <https://doi.org/10.29386/reb.v51i201.2989>

BOFF, Leonardo. *E a igreja se fez povo*. São Paulo: Vozes, 1986.

_____. *O caminhar da igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____. *Novas fronteiras da igreja: o futuro de um povo a caminho*. Campinas: Verus Editora, 2004.

_____. *Teologia desde o cativo*. Bogotá, 1975.

BOHN, S. R. *Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. *Opinião pública*, v. 10, nº 2, out. 2004, p. 288-338.

BONDÍA, J. L. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 19, jan./fev./mar./abr. 2002, p. 20-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt&format=pdf>

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967. Presidência da República, 25 fevereiro 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm Acesso em: 04 janeiro 2023.

_____. *Marinha do Brasil*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cccpm/?q=presidente&page=1> Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

_____. *Relatório de Gestão*. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/cccpm/files/relatorio_gestao_2019.pdf Acesso em 17 de abril de 2022.

BRITO, A. dos S. C. *Os reflexos da ditadura civil militar no Ensino à luz das relações de poder (1964-1985)*. VII Congresso Nacional de Educação, 2021.

CANDAU, Vera Maria. *Reinventar a escola*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Multiculturalismo e educação: desafios e práticas pedagógicas*. 4.ed. Puc-Rio, 2013.

CAMURCA, Marcelo. *Teologia da Libertação: uma teologia da periferia e dos excluídos*. *Com Ciência*, Campinas, n. 146, mar. 2013. Disponível em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542013000200008&lng=pt&nrm=iso Acesso em 21 jan. 2024.

CNBB. Documento 85 – Evangelização da Juventude – Desafios e Perspectivas Pastorais. 9. ed. Brasília: Loyola, Paulinas, Ave Maria, Paulus. Petrópolis: Vozes. 168 *política* Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CORREA, R. L. *O Espaço Urbano*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

COSTA, J. R. da. *O regime civil- militar no brasil (1964-1985): legitimações, consenso e colaborações*. ANPUH – Brasil, 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019, p. 1-13.

- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2ª ed., 2007.
- CUNHA, Christina Vital. *Da macumba às campanhas de cura e libertação: A fé dos traficantes de drogas em favelas no Rio de Janeiro*. Tomo, São Cristóvão – Sergipe, 2009.
- CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Administrativo*. 10. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2011.
- DA SILVA, Robson Campaneruti. *Saindo da calçada: mapeamento das redes sociais de lideranças femininas do bairro do Salgueiro, em São Gonçalo/RJ*. Niterói: UFF, 2013.
- DELEUZE; Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. 2ª ed. São Paulo; Editora 34, 2011
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- ESTEVEZ, Alejandra. *Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FAUSTO, Boris. *A História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- FÁVERO, Osmar. *Lições da História: os avanços de 60 anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil*. In: PAIVA, Jane; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis: DP, 2009
- FERRAÇO, Carlos Eduardo; ALVES, Nilda. *Conversas em redes e pesquisas com os cotidianos: a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades*. In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Orgs.). *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?* Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 41-64.
- FERRER, Flávia. *O direito à segurança*. In: *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 26, p. 109-125, jul./dez. 2007.
- FORTUNATO, Julio Cesar Gomes; SERPA, Juliana Cassia de Avellar; CASSIANO, Adriana; CONRADO, Luciane Medeiros de Souza. *A escola e a interculturalidade nas favelas do Rio de Janeiro*. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 19, 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/19/a-escola-e-a-interculturalidade-nas-favelas-do-rio-de-janeiro> Acesso em 24 de jan. de 2024.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UECE, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981
- FREIRE, Leticia de Luna. *Da 'favela' ao 'bairro': diferentes usos e concepções dos espaços de uma localidade em transformação*. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro (BA). *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 4. ed. São Paulo: Edição Loyola, 2001

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

HYPÓLITO, Dom Adriano. *A ira de Deus na terra da violência*. Revista Playboy. São Paulo. Entrevista concedida a Audálio Dantas, 1978.

KRONEMBERGER, A. B. *Dom Adriano entre os libertadores da América*. São Paulo: PUC, 2018.

LACERDA, Marina Basso. *Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política*. In: J. L. P. Guadalupe; B. Carranza. (ed.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

LEITE, Hugo Leonardo Silva de Oliveira; CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Graves medidas para grandes problemas: o anticomunismo como prioridade da ação de Dom Antônio de Almeida Morais Jr à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife, 1952-1960*. In: Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”. Luiz C. L. Marques (Org.). Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. ISSN: 2176-9060. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/>. Acesso em 24/jan/2024.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LEHER, Roberto. *Educação popular com estratégia política*. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (Org.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Editora Alínea, 2007.

LOPES, Lucas Salgueiro. *A violência é uma criança com medo: educação social, marginalidade e representações sociais de violências no Complexo do Salgueiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 2023.

LOPES, Lucas Salgueiro; FERREIRA, Arthur Viana. *Os usos da educação para paz-cidadania como modelo para práticas socioeducativas com populações empobrecidas em ambientes não escolares*. São Paulo: USP, 2019.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Wagner. Teologia da esperança – Jürgen Moltmann. Disponível em: <
<https://teologiacontemporanea.wordpress.com/2009/10/07/teologia-da-esperanca-jurgen-moltmann-e-a-analise-escatologica-existencial/>> Acesso em 10 de dezembro de 2023.

MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. Revista Espaço Plural, nº 27, 2012, pp. 39-53.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETA, Olívia Moraes de Medeiros. *É possível uma pedagogia da cidade?* Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, nº 10, dez. 1993, p.7-28.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 30, nº 60, 2010, p. 143-154.

PAIVA, Maria Cristina Pereira de. *Habilitação e desigualdades socioespaciais no Rio Grande do Norte*. Rio Grande do Norte: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. XVI Semana de Humanidades, 2008.

PIO, J. G.; BRITO, A. C. S.; GOMES, A. L.. *Criminalidade na cidade do Rio de Janeiro: As influências das políticas públicas e as relações a curto e longo prazos*. Revista Brasileira De Ciências Sociais, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610601/2021> Acesso em 24 de jan de 2024.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, V. 5, nº 10, 1992.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.23, n.45, p.171-186, jan./jun.2010

RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio. *Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível municipal*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, 2016, p. 285-305.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *Políticas públicas ou controle sócio-territorial: conflitos e disputas em torno das práticas da fundação leão XIII nas favelas cariocas (1947-1962)*. XIV Encontro Nacional da ANPUR: Rio de Janeiro, 2011.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução Ana Maria Scheerr. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo: Studio Nobel, 1999

SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. Ed. Campinas: Autores associados, 2008.

SECCO, Lincoln Ferreira. *Assassinato de Carlos Marighella*. Hoje na história. Entrevista. 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/40408> Acesso 29 de dezembro de 2023

SERPA, Andréa. Conversas: possibilidades de pesquisa com o cotidiano. in: *Conversa como metodologia de pesquisa por que não?* Org. RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen S. Rio de Janeiro: Ayvu, 93 - 118 p., 2018.

SILVA, J. C. da; TORRES, A. M. *O golpe na elaboração intelectual de Paulo Freire: a alfabetização de [jovens e] adultos na ditadura civil - militar*. Debates em Educação, [S. l.], v. 13, n. Esp, p. 125–152, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEsp125-152. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12025>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. *Métodos de pesquisa – [organizado por] GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.*

Site Oficial da Arquidiocese de Niterói. Disponível em: <https://arqnit.org.br/portal/> Acesso em 15 de setembro de 2023.

Site Oficial O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-adriano-hypolito-bispo-de-nova-iguacu-sequestrado-torturado-em-76-20160361#ixzz8NldDjOsf> Acesso em 22 de dezembro de 2023.

_____. <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-adriano-hypolito-bispo-de-nova-iguacu-sequestrado-torturado-em-76-20160361#ixzz8NITA52Ml> Acesso em 22 de dezembro de 2023.

_____. <https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/coluna/2023/10/chamado-de-radical-na-ditadura-dom-mauro-morelli-dedicou-vida-a-luta-contr-a-fome.ghtml>

SOS lixão. Disponível em: <https://www.anf.org.br/sos-lixao-de-itaoca-solidariedade-e-voluntariado-em-sao-goncalo/> Acesso em 08 de janeiro de 2023.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Arigó, o pássaro que vem de longe*. In: Centro de Memória Sindical. Coleção: Trabalhadores em Luta, nº 1. Rio de Janeiro, CEDI, 1989.

TANGERINO, D. P. C. *Crime e cidade: violência urbana e Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

TORRES, Pedro Henrique Lessa. *A cruz e a Espada: O surgimento da união católica militar e sua atuação político-educacional (1971-1930)*. Niterói, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, G. *O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social*. In: _____. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 23-44.

_____. *Observando o familiar*. In: VELHO, G. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 121-132.

VERONESE, Josiane Petry. *Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões*. Ed. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2001.

VILLAÇA, Pablo. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo. Studio Nobel. 1998.

VITTIA, Moacir José; BETIATO Mario Antônio. *Fundamentos para uma Pastoral da Educação*. Curitiba, 2009.